



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA,
EDUCAÇÃO E LINGUAGENS

PÉRICLES FERNANDES CAIRO DA COSTA LIMA

OS DISCURSOS DO NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO NO
PODCAST RETRATO NARRADO

VITÓRIA DA CONQUISTA

2024

PÉRICLES FERNANDES CAIRO DA COSTA LIMA

**OS DISCURSOS DO NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO NO
PODCAST RETRATO NARRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, como requisito final e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientador: Prof.º Dr.º Cássio Roberto Borges da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA

2024

L71d Lima, Péricles Fernandes Cairo da Costa.
Os discursos do neoconservadorismo Brasileiro no Podcast Retrato Narrado. / Péricles Fernandes Cairo da Costa Lima, 2024.
103f.
Orientador (a): Dr. Cássio Roberto Borges da Silva
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2024.
Inclui referências: f. 95 – 103.
1. Biopoder- Discurso político. 2. Extrema direita. 3. Neoconservadorismo. 4. Podcast – Retrato Narrado. I. Silva, Cássio Roberto Borges da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 401.44

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

ATA DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DA UESB.

Aos cinco dias do mês de março de 2024, por meio digital/virtual, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, os membros da Banca Examinadora constituída pelos professores: Dr.^a Zamara Araújo dos Santos (PPGCEL/UESB); Dr.^a Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA) e Dr. Cássio Roberto Borges da Silva (PPGCEL/UESB), orientador, reuniram-se para julgar a dissertação: **Os discursos do neoconservadorismo brasileiro no podcast *Retrato Narrado***, de autoria de Péricles Fernandes Cairo da Costa Lima. Depois da apresentação pelo candidato e arguição pela banca, deliberou-se aprovação, condicionando-se o efeito legal desta Ata, para o fim específico de emissão de diploma de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens; Linha de Pesquisa: Estudos transdisciplinares das linguagens, à entrega de versão definitiva da dissertação em até 30 dias decorridos da data de defesa, conforme preconiza artigo 62, capítulo XXIV – Da Versão Final da Dissertação, da Resolução Consepe Nº 38/2020 – que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. Nada mais havendo para ser tratado, a comissão examinadora encerrou a sessão pública de defesa, da qual lavrei a presente ata que, após a sua leitura, será assinada por mim, pelos demais membros da banca e pelo candidato ao título de mestre.

Vitória da Conquista, 05 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente



CASSIO ROBERTO BORGES DA SILVA
Data: 05/03/2024 10:46:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador - Prof. Dr. Cássio Roberto Borges da Silva

Examinadora Interna – Prof.^a Dr.^a Zamara Araújo dos Santos

Examinadora Externa – Prof.^a Dr.^a Flávia Cristina Silveira Lemos

Documento assinado digitalmente



PERICLES FERNANDES CAIRO DA COSTA LIMA
Data: 22/03/2024 15:21:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando – Péricles Fernandes Cairo da Costa Lima

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8695 | ppgcel@gmail.com

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeizinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP.: 45031 - 300
PABX.: (77) 3424 - 8600

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Maslova** e **Altamirando**, o “**Nandão**” (*in memoriam*), por despertarem o gosto pela leitura e pela escrita, e por sempre acreditarem em mim.

Ao meu irmão **João Pedro**, pelo companheirismo de toda a vida.

Ao meu tio **Júlio César** e aos meus avós **João Cairo** (*in memoriam*) e **Acy** (*in memoriam*), pelo incentivo e comprometimento com a minha educação.

A **Rafael, Lobão, Pabu** e **Lucas**, amigos do peito que estão sempre ao meu lado.

A **Andressa, Ive** e **Joana**, colegas da Turma 2022 que dividiram comigo as dores e as alegrias de se fazer pesquisa ao longo desses dois anos.

Aos demais familiares e amigos que torcem por mim.

A todos que compõem o **PPGCEL**, em especial ao professor **Marcus Lima**, por proporcionarem um espaço de desenvolvimento de conhecimento e de vínculos para além da vida profissional.

À **equipe da Rádio Novelo**, pela gentileza e confiança em me fornecer os roteiros dos episódios, que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora **Luana Viana**, pelo acolhimento e generosidade comigo, lembrando que há sim trocas genuínas na carreira acadêmica.

A **Layanne**, minha psicóloga, por todo o apoio e suporte que têm me ajudado a seguir caminhando.

Ao professor **Cássio Roberto**, meu orientador, pela paciência e dedicação durante toda essa trajetória, sempre me incentivando a ir além nas reflexões e na escrita.

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)**, pelo financiamento que tornou possível este trabalho.

“Sei que o nó do pensamento
não é um nó de momento,
não se afrouxa com a mão.
Ele aperta de saudade
quando surge o carrasco
cujo nome é solidão”.

(Nando da Costa Lima, *Abraço negado*, dez. 2010)

RESUMO

Esta pesquisa empenha-se em investigar os discursos e estratégias do neoconservadorismo brasileiro a partir do *podcast* Retrato Narrado (2020a). Por ser uma produção dedicada a construir um perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro, esse material favorece não apenas o estudo de novas formas de difusão dos discursos políticos, mas também permite levantar algumas hipóteses sobre a legibilidade histórica do protagonismo alcançado recentemente pelo conservadorismo na cena política brasileira. Ao longo da pesquisa, recorreremos às discussões de Michel Foucault (1988, 2008, 2010, 2014) sobre as relações entre poder e saber e sobre a noção de *biopoder*, a fim de compreender as práticas discursivas e as estratégias políticas que caracterizaram a formação dos Estados modernos, e que também estiveram presentes no surgimento de regimes autoritários, na Europa, na primeira metade do século XX. Complementando essa abordagem, analisamos as reflexões de Achille Mbembe (2016, 2018) a respeito do colonialismo, da ideia de raça e de necropolítica, temas que também desempenham, aqui, um papel decisivo. A fim de examinar a ascensão do fenômeno neoconservador nas últimas décadas, recorreremos a autores que efetuaram diferentes recortes temporais e geográficos: Jason Stanley (2020), que investiga a “política fascista”, concebendo-a sob o prisma das práticas sectárias; Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), que discutem a destruição das democracias por vias democráticas; Enzo Traverso (2021), que analisa as diferenças entre o fenômeno atual e o nazifascismo das décadas de 1930 e 1940; Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020), que empregam a noção de neoconservadorismo para analisar o crescimento de movimentos religiosos no cenário político da América Latina, a partir da década de 1990; e Wendy Brown (2019), que discute as relações entre neoliberalismo e a ascensão da política antidemocrática. À luz desse referencial, examinamos, por fim, o discurso midiático digital apresentado em Retrato Narrado (2020a) que, ao buscar compreender a ascensão política de Jair Bolsonaro e a construção da visão de mundo dessa personagem, possibilita também um melhor entendimento das formas de organização e atuação do neoconservadorismo brasileiro, desde a redemocratização até os dias atuais. O estudo mostrou que a base dos discursos e estratégias do neoconservadorismo está pautada numa visão hierarquizada da sociedade, que expõe diferentes grupos historicamente marginalizados da população a riscos diversos, e representa uma ameaça à democracia.

Palavras-chave: biopoder; extrema direita; neoconservadorismo; podcast; Retrato Narrado.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the discourses and strategies of Brazilian neoconservatism through the podcast "Retrato Narrado" (2020a). As a production dedicated to constructing a profile of former President Jair Bolsonaro, this material not only facilitates the study of new forms of political discourse dissemination but also allows for the formulation of hypotheses regarding the historical legibility of conservatism's recent prominence in Brazilian politics. Throughout the research, we draw on Michel Foucault's discussions (1988, 2008, 2010, 2014) regarding the relationships between power and knowledge and the notion of biopower, in order to understand the discursive practices and political strategies that characterized the formation of modern states, as well as their presence in the emergence of authoritarian regimes in Europe in the first half of the 20th century. In addition to this approach, we analyze Achille Mbembe's reflections (2016, 2018) on colonialism, the idea of race, and necropolitics, themes that also play a decisive role here. To examine the rise of neoconservatism in recent decades, we turn to authors who have examined different temporal and geographical contexts: Jason Stanley (2020), who investigates "fascist politics," conceiving it through the lens of sectarian practices; Steven Levitsky and Daniel Ziblatt (2018), who discuss the destruction of democracies through democratic means; Enzo Traverso (2021), who analyzes the differences between the current phenomenon and the Nazi fascism of the 1930s and 1940s; Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado, and Juan Marco Vaggione (2020), who employ the notion of neoconservatism to analyze the growth of religious movements in Latin American politics since the 1990s; and Wendy Brown (2019), who discusses the relationship between neoliberalism and the rise of antidemocratic politics. In light of this framework, we finally examine the digital media discourse presented in *Retrato Narrado* (2020a), which, in seeking to understand Jair Bolsonaro's political rise and the construction of his worldview, also enables a better understanding of the organization and actions of Brazilian neoconservatism from the redemocratization period to the present day. The study reveals that the foundation of neoconservative discourses and strategies is based on a hierarchical view of society, exposing historically marginalized groups to various risks and posing a threat to democracy.

Keywords: biopower; far-right; neoconservatism; podcast; *Retrato Narrado*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 — NEOCONSERVADORISMO: ANÁLISES HODIERNAS E MANIFESTAÇÕES LOCAIS	15
1.1 — STANLEY: ULTRANACIONALISMO E “POLÍTICA FASCISTA”.....	17
1.2 — LEVITSKY E ZIBLATT: A MORTE DAS DEMOCRACIAS.....	19
1.3 — TRAVERSO: FASCISTAS OU PÓS-FASCISTAS?.....	23
1.4 — NEOCONSERVADORISMO: RELIGIÃO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA.....	26
1.5 — A RAZÃO NEOLIBERAL COMO DESTRUIÇÃO DO SOCIAL E DO POLÍTICO.....	30
2 — MICHEL FOUCAULT: CORPOS DISCIPLINADOS, POPULAÇÕES REGULAMENTADAS, SABERES SUJEITADOS	33
2.1 — FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A NOÇÃO DE <i>DESCONTINUIDADE</i>	34
2.2 — O PODER DISCIPLINAR E AS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS.....	36
2.3 — BIOPODER: OS PROCESSOS DA VIDA DENTRO DOS PROCEDIMENTOS DE PODER E SABER.....	39
2.4 — NECROPOLÍTICA.....	41
3 — RETRATO NARRADO: A TRAJETÓRIA E OS DISCURSOS DE UM PRESIDENTE (E DO NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO).....	45
3.1 — <i>PODCASTS</i> : SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	45
3.2 — <i>PODCASTS</i> NARRATIVOS E A ADAPTABILIDADE DO JORNALISMO	48
3.3 — RETRATO NARRADO	50
3.4 — ANÁLISE	53
3.4.1 — EPISÓDIO 01 – EM BUSCA DE ELDORADO	54
3.4.2 — EPISÓDIO 02 – INDISCIPLINA MILITAR	57

3.4.3 — EPISÓDIO 03 – OS ANOS EM BRASÍLIA.....	61
3.4.4 — EPISÓDIO 04 – A CONSTRUÇÃO DO MITO	71
3.4.5 — EPISÓDIO 05 – O CAMINHO ATÉ O PLANALTO	78
3.4.6 — EPISÓDIO 06 – A FAMÍLIA PRESIDENCIAL	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga como são construídos os discursos e estratégias do neoconservadorismo brasileiro a partir do *podcast* Retrato Narrado (2020a) — uma produção que constrói um perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) —, tendo como base teórico-metodológica a pragmática dos enunciados de Michel Foucault (1988, 2008, 2010, 2014) e os estudos de Achille Mbembe (2016, 2018) sobre colonialismo, raça e necropolítica.

As manifestações de Junho de 2013 representam um marco nas análises da atuação de movimentos conservadores na política brasileira. Amalgamando reivindicações difusas de grupos heterogêneos, que incluíam desde o aumento da tarifa do transporte público até o descontentamento com o sistema político como um todo, esse fenômeno segue em debate, passada uma década. Mais do que um mero estopim para a reorganização do conservadorismo no Brasil, esse movimento parece ser uma consequência da presença contínua do autoritarismo na sociedade brasileira. Com a destituição do governo de Dilma Rousseff (2016) e a eleição de Jair Bolsonaro (2018), a extrema direita assumiu um papel de destaque inédito no cenário político do país desde a redemocratização. Levando em conta também a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2016, e com os governos implementados previamente em países como a Hungria, a Polônia, a Índia e a Rússia, entre outros, é possível pensar em um fenômeno conservador global.

Por conta de sua difusão em contextos sociais, políticos e econômicos diversificados, torna-se complexo realizar uma análise mais ampla do atual conservadorismo numa escala internacional. Contudo, é possível identificar algumas regularidades nos discursos e nas estratégias políticas empregadas por essa mobilização extremista, como a defesa da família patriarcal heteronormativa e de uma sociedade hierarquizada, ou a invenção de *inimigos* imaginários que habitam o corpo social e que supostamente ameaçam os privilégios do grupo considerado dominante. Um outro ponto em comum, talvez o mais importante, diz respeito ao enfraquecimento da democracia nos países que têm vivenciado a ascensão de forças conservadoras.

O cenário brasileiro demonstra afinidades com essas características, absorvendo táticas vindas de outros contextos, especialmente dos Estados Unidos. Também apresenta, contudo, algumas particularidades: forte influência das Forças Armadas, aliança com segmentos religiosos e conflitos com as formas de organização e de existência dos povos originários e de comunidades quilombolas. Essas tensões e disputas acirraram-se nos quatro anos de mandato

de Jair Bolsonaro (2019-2022) e seguem em evidência mesmo depois de sua saída da Presidência, como explicitou o 08 de janeiro de 2023.

Acreditamos que a análise do *podcast* Retrato Narrado (2020a) pode oferecer alguns indícios do funcionamento de práticas conservadoras que, reunindo atores com interesses variados em torno de uma agenda comum, têm influenciado os rumos da democracia no país. Assim, ao traçar esse objetivo, pretendemos: abordar diferentes perspectivas que ajudem a compreender a ascensão da extrema direita e do conservadorismo nas últimas décadas; apresentar as discussões de Michel Foucault sobre as relações entre poder e saber e relacioná-las ao fenômeno estudado, assim como os debates de Achille Mbembe sobre colonialismo, a ideia de raça e a necropolítica; discutir o *podcast* enquanto um formato midiático recente e suas possibilidades de construção e circulação de discursos; e, por fim, apreender, a partir dos episódios de Retrato Narrado (2020a), as principais estratégias do neoconservadorismo brasileiro e seu potencial impacto em nossa democracia.

Se considerarmos a proposta nuclear de Retrato Narrado (2020a, on-line): traçar “[...] um perfil de uma personalidade de relevo, buscando explicar suas origens, motivações, sucessos, derrotas e contradições”, podemos inferir que o objeto em questão oferece possibilidades de estudo e de compreensão de novas formas de circulação dos discursos midiáticos e, conseqüentemente, de novas configurações de difusão de discursos políticos, observando-se a elaboração dos efeitos visados na construção de um perfil de uma personagem como um Presidente da República.

Por sua capacidade de propagação, as mídias constituem um dos principais meios — se não o principal — para a circulação dos discursos políticos. Foucault considera, ademais, a prática discursiva uma atividade eminentemente política, vinculada, ordinariamente, a disputas relativas a lugares de autoridade distribuídos social e institucionalmente, lugares que implicam prerrogativas de enunciação e que, portanto, estão vinculados a relações de poder.

Para Foucault (2010), os regimes políticos modernos particularizam-se por colocar em prática uma “governamentalidade” focada no controle demográfico das populações e, ao conceber a política como “guerra continuada” (Foucault, 2010, p.15), identifica as matrizes históricas que foram mobilizadas pelo conservadorismo de fins do século XIX a fim de propor um modelo de gestão das populações que previa a “purificação da raça”. Ou seja, já não se trata simplesmente de buscar o bem comum, mas de “defender a sociedade”, ou melhor, de defender uma certa porção da sociedade que passa a ser, desde então, concebida sob a perspectiva da superioridade “racial”. Essa investigação, empreendida em 1976 (Foucault, 2010), empenhava-se em explicar a emergência paradoxal dos regimes totalitários no bojo de uma configuração

biopolítica, ou seja, de um regime político focado no controle e na “proteção” dos contingentes populacionais.

Dentro dessa construção múltipla que envolve a circulação dos discursos midiáticos e políticos, os *podcasts* têm se mostrado como uma nova configuração de possibilidades para enunciados. *Podcasts* “[...] são programas de áudio em formato digital que podem ser produzidos em múltiplas linguagens (narrativa, mesa de debate, reportagem, análise, ficção e outros), onde o ouvinte é capaz de baixar o conteúdo para consumir online ou *offline*” (GLOBO, 2021, *on-line*). Segundo Viana (2020b), os *podcasts* narrativos usam recursos próprios do rádio (locação, trilha sonora, sonoplastia etc.) complementados por possibilidades oriundas do meio digital (como o som tridimensional e efeitos pensados para o uso de fones de ouvido) para a elaboração de reportagens baseadas em uma estrutura narrativa usualmente mais complexa do que aquela que se observa no jornalismo tradicional. Assim, esse formato oferece ao público uma maior capacidade de imersão nas histórias narradas, já que o ouvinte pode se sentir “transportado” para as histórias que estão sendo contadas (Viana, 2020b).

As definições de Viana (2020b) para o jornalismo imersivo possibilitado pelos *podcasts* narrativos aproximam-se daquilo que pode ser encontrado nos estudos sobre Jornalismo Literário. Trata-se de um jornalismo mais aprofundado, que utiliza conhecimentos de diferentes áreas do saber para construir um relato mais humanizado e que pretende gerar uma maior identificação com o público (Martinez, 2016).

Atualmente, a revista *piauí* (grafado em letras minúsculas) é a principal representante brasileira desse estilo de escrita jornalística. Ainda que esteja mais associado ao jornalismo impresso, o Jornalismo Literário pode ser produzido em outros meios, demonstrando o que Edvaldo Pereira Lima (2014) chama de “criatividade adaptativa”. Para o autor, os perfis são o carro chefe desse estilo de jornalismo, possibilitando a compreensão dos interesses, dos ideais, das vivências e de outros fatores que influenciam o comportamento e a visão de mundo da pessoa perfilada — e, numa perspectiva mais ampliada, daqueles que estão ao redor dela.

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que Retrato Narrado (2020a) é um *podcast* que procura construir um perfil capaz de revelar as diferentes facetas da personagem que chegou à Presidência da República. Isso inclui as diversas alianças e influências que transformaram Jair Bolsonaro, até então um deputado com pouca relevância no cenário político nacional, no 38º Presidente do Brasil, fato que pode ser considerado a maior vitória de uma candidatura de extrema direita em uma eleição majoritária desde o início da Nova República. A eleição de Bolsonaro pode ser vista como sintoma de mais um momento reacionário na história do Brasil. Portanto, Retrato Narrado (2020a) também proporciona a investigação e a compreensão das

formas de organização e atuação do neoconservadorismo brasileiro ao longo das últimas décadas, culminando com a vitória eleitoral em 2018.

Cabe-nos, portanto, investigar, aqui, como os *podcasts*, em especial os narrativos, inserem-se no complexo funcionamento da máquina midiática, já que são um formato recente e que tem se popularizado de forma significativa no Brasil. Sendo um formato com apenas duas décadas de existência, os estudos sobre *podcasts* ainda estão em estágio inicial, mesmo na área da Comunicação, como aponta Viana (2020a). Assim, pesquisar um *podcast* narrativo com o arcabouço teórico-metodológico da pragmática dos enunciados pode contribuir para o avanço do entendimento sobre o papel dos novos formatos digitais no desempenho de relações de poder, uma vez que, sob essa perspectiva, o exercício da função enunciativa implica necessariamente o envolvimento nas relações de força que moldam as hierarquias sociais vigentes.

No **capítulo 1**, debateremos autores que discutem sobre o fortalecimento de movimentos conservadores e de extrema direita ao longo das últimas décadas por perspectivas diferentes, mas complementares: Jason Stanley (2020), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), Enzo Traverso (2021), Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020) e Wendy Brown (2019). O **capítulo 2** discute o referencial teórico metodológico que orienta esta pesquisa: as discussões de Michel Foucault (1988, 2008, 2010, 2014) sobre as relações de poder e saber; além dos estudos de Mbembe (2018, 2016) sobre o colonialismo, a noção de raça e a necropolítica. O **capítulo 3** faz, primeiramente, um breve resumo sobre a trajetória dos *podcasts*, tratando também de suas características e o contexto que o tornou tão relevante na última década. Em seguida, apresenta-se a análise do objeto de estudo à luz do referencial teórico-metodológico discutido, buscando investigar como a trajetória de Jair Bolsonaro contribuiu para a sua formação política e ideológica, refletida em seus discursos; e como essa trajetória está atrelada às diferentes formas de organização e atuação de grupos neoconservadores no Brasil ao longo da chamada Nova República (1989-), resultando em discursos e estratégias que buscam estigmatizar determinados segmentos da população, apelando a uma noção hierarquizada de sociedade e representando um risco tanto para esses grupos estigmatizados quanto para a própria democracia brasileira. Por fim, nas **Considerações Finais** fazemos um apanhado do percurso de pesquisa e ensaiamos algumas reflexões a partir do que foi discutido.

1 — NEOCONSERVADORISMO: ANÁLISES HODIERNAS E MANIFESTAÇÕES LOCAIS

Neste capítulo, iremos discutir os diferentes termos e definições propostos por determinados autores para caracterizar a escalada de movimentos conservadores e de extrema direita nas últimas décadas¹. O objetivo não é esgotar os debates sobre esse fenômeno nem apontar qual termo é mais apropriado. Buscaremos, por meio da análise de diferentes recortes (Estados Unidos, União Europeia, América Latina), compreender quais são as semelhanças nas práticas discursivas e não discursivas presentes nesses contextos diversos e como essas estratégias são assimiladas pelo conservadorismo brasileiro, personificado na figura de Jair Bolsonaro, o que nos auxiliará a alcançar o objetivo geral deste trabalho.

A ascensão e o fortalecimento de movimentos conservadores é um fenômeno que tem sido observado, nos últimos lustros, em diversas partes do mundo. Apesar das diferenças que caracterizam os contextos sociais, históricos e políticos que balizaram a ressurgência de tais posturas, alguns pesquisadores acreditam que há um conjunto de elementos que poderiam ser descritos como aspectos regulares em tais movimentos, aspectos que sugerem uma aproximação em relação às táticas mobilizadas, na primeira metade do século XX, por regimes autoritários. Outros estudiosos, entretanto, investem prioritariamente na descrição das especificidades que caracterizam os acontecimentos contemporâneos, criticando o aspecto generalizante que se evidencia, regularmente, nos usos atuais do termo “fascismo”.

Jason Stanley, por exemplo, em *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”* (2020), empenha-se em descrever as técnicas discursivas e as práticas políticas constitutivas desse fenômeno, atrelando-o a uma legibilidade histórica do processo de ascensão do nazifascismo na Europa. Embora admita os riscos de uma possível generalização, Stanley (2020) acredita na necessidade premente de levantar essa discussão, empenhando-se em elaborar um alerta a propósito das possíveis consequências atreladas à difusão de práticas sociais sectárias. Nesse caso, o “risco iminente” justifica o emprego da expressão escolhida

¹ Vale destacar que, dentro do Programa de Pós Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL) em que esta pesquisa se desenvolveu, há um outro trabalho que aborda o neoconservadorismo brasileiro por uma perspectiva teórico-metodológica distinta. Ver: AZEVENDO, Mauri de Castro. **Neoconservadorismo e o recrudescimento da intolerância política na era da pós-verdade**: análise do discurso de ódio da extrema-direita Brasileira no Facebook durante as eleições de 2018. 2020. 155f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgcel/wp-content/uploads/2021/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mauri-de-Castro-Azevedo_2020.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

para descrever o fenômeno analisado: “política fascista”. A noção de “fascismo” passa, então, a designar toda uma miríade de “ultranacionalismos contemporâneos”:

A tarefa de generalizar em torno de tal fenômeno é sempre problemática, já que o contexto de cada país é sempre único. Mas essa generalização é necessária no momento atual. Escolhi o rótulo “fascismo” para qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome. (Stanley, 2020, p. 14)

Enzo Traverso, por sua vez, em *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita* (2021), apesar de incluir o termo no título de seu livro, investe na criação de um neologismo, *pós-fascismo*, para descrever a especificidade dos novos movimentos conservadores, criticando os procedimentos que estão implicados na caracterização desse processo como uma atualização do fascismo histórico. Ao apontar as afinidades, aparentemente paradoxais, dos movimentos atuais com o liberalismo e com o cristianismo, Traverso (2021) levanta distinções em relação aos regimes totalitários do passado, denunciando a parcialidade dos pontos de vista que apelam, basicamente, para os conceitos de populismo e de totalitarismo a fim de equiparar regimes políticos supostamente antagônicos: o stalinismo e o fascismo.

Em *Como as democracias morrem* (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt se propõem, por sua vez, a investigar a forma como líderes eleitos democraticamente podem utilizar instituições e prerrogativas constitucionais para enfraquecer e subverter a democracia *por dentro*. Os autores destacam que, após o fim da Guerra Fria, a maioria dos colapsos democráticos ao redor do mundo não ocorreu por meios militares, mas por medidas adotadas por governos eleitos. A corrosão de uma democracia por via eleitoral promove o aparelhamento de instituições de Estado, legitimando os desvios de função promovidos por autocratas em potencial (Levitsky; Ziblatt, 2018).

No Brasil, muito se tem falado sobre uma ascensão de novos discursos e forças conversadoras após as manifestações de Junho de 2013. Entretanto, diversos estudos apontam que tais movimentos sempre estiveram presentes na cena brasileira, mesmo que, após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), com a consequente redemocratização do país, a manifestação pública de tais posições tenha passado por um processo de atenuação. Uma causa provável dessa resiliência foi a anistia aplicada às violações de direitos civis e políticos praticadas por membros dos governos militares, o que permitiu que esses atores permanecessem inseridos nas distintas esferas do poder político durante a Nova República (Neto, 2020).

As décadas de 1980 e 1990 representam uma virada nas discussões sobre igualdade de gênero, direitos reprodutivos e diversidade sexual. Ao mesmo tempo em que esses debates se

expandiam em nível internacional, houve uma politização reativa em relação a esses temas, cristalizada sob a forma do combate à *ideologia de gênero*. Essa reação foi trabalhada para se tornar uma agenda capaz de unificar grupos heterogêneos em oposição aos grupos que contestam uma organização hierarquizada da sociedade pautada pelo patriarcado (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Assim, a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República pode ser entendida não como um ponto de partida para a escalada das forças neoconservadoras no Brasil, mas como a culminação de diversos fatores, como: o fortalecimento da direita na América Latina após uma “onda vermelha” na primeira década do século XXI; a união entre o conservadorismo religioso e o neoliberalismo; e a consolidação da extrema direita como fenômeno global após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

1.1 — STANLEY: ULTRANACIONALISMO E “POLÍTICA FASCISTA”

Jason Stanley (2020) enfatiza que a atual política conservadora não envolve necessariamente a implementação de um regime abertamente autoritário, o que, entretanto, não a torna menos perigosa. Como ele afirma no subtítulo de sua obra, o traço principal dessa estratégia política é a difusão de práticas discursivas que têm a capacidade de dividir a sociedade em dois grupos: “nós” e “eles”. Para atingir esse objetivo são empregadas diversas técnicas: a invocação de um passado mítico que precisaria ser resgatado; a difusão de fabulações sobre um inimigo imaginário; o uso intensivo e inovador da propaganda política; o ataque às instituições fundamentais do Estado democrático; a difamação das entidades dedicadas à produção de conhecimento e ao ensino; o apelo às hierarquias patriarcais, entre outras (Stanley, 2020).

Eis o objetivo elementar: dividir a sociedade, distinguindo um grupo social “majoritário”, *nós* (composto por indivíduos investidos de direitos e dotados, por “mérito” ou por “natureza”, de um posição social dominante), de outros grupos minoritários, *eles* (compostos, supostamente, por sujeitos que representam um “perigo” iminente para o grupo dominante, seja ele em relação ao patrimônio material, à pureza genética, à estabilidade da estrutura patriarcal, ao exercício da intolerância religiosa etc.). Esse procedimento gera um ambiente de medo e de ressentimento que é manipulado por meio de estratégias discursivas que tendem a instilar a crença em um estado de coisas imaginário, completamente alheio à realidade objetiva e observável. Stanley (2020) destaca que, nesses casos, a percepção da realidade é

substituída pelos efeitos do discurso de um líder que, aparentemente, atende a todos os anseios do grupo que se imagina em uma posição de dominância.

Stanley (2020) começa a destrinchar as táticas da política fascista pela descrição do “passado mítico”. Em conformidade com a elaboração histórica do fascismo ítalo-germânico, esse passado remonta a um tempo de glórias e conquistas obtidas pela raça “pura”. Trata-se de um tempo idílico que teria sido tragicamente destruído pela difusão de valores liberais e cosmopolitas. Há, portanto, uma tentativa de convencer um certo segmento da população de que o seu “direito natural” de dominar os outros grupos teria sido usurpado e, portanto, as posições dominantes na hierarquia social precisariam ser reestabelecidas: “A função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta” (Stanley, 2020, p. 21).

Além de inventar narrativas a fim de explorar o ressentimento de alguns setores da população, a “política fascista” também se empenha em reinterpretar os fatos da história da nação que poderiam colocar em evidência a violência e a arbitrariedade inerentes aos regimes autoritários. Um dos exemplos mobilizados por Stanley (2020) remete à legislação aprovada pelo governo da Polônia, em 2015, a fim de censurar as investigações a propósito da colaboração do governo polonês com o regime nazista durante o período em que o país foi ocupado pelo Terceiro Reich. No contexto brasileiro, poder-se-ia pensar, por exemplo, nas tentativas de classificar o Golpe de Estado de 1964 não mais como um golpe militar, mas como uma “revolução” ou como um “movimento libertário”.

Outro tópico tratado por Stanley (2020) versa sobre os usos da propaganda política, abordando, particularmente, uma técnica de inversão de sentido que seria capaz de transformar, por exemplo, os usos de um conceito como “liberdade” em um dispositivo de defesa de estratégias autoritárias ou, então, de converter uma acusação de corrupção em uma ferramenta para camuflar a apropriação do bem público. A defesa do uso irrestrito de um direito fundamental acaba, nesse caso, funcionando como um pretexto para a negação ou para a subversão de outros direitos fundamentais. A liberdade de expressão pode ser evocada, dessa forma, para garantir a disseminação de teorias conspiratórias que, em última instância, promovem a restrição das liberdades individuais.

Os ataques às políticas educacionais destinadas à pacificação das formas de convívio com diferenças de gênero, taxadas pejorativamente de “ideologia de gênero”, representam um exemplo contundente desse tipo de atitude. Segundo Stanley (2020), a difusão de notícias falsas e de teorias conspiratórias tem uma função clara na política fascista: o seu objetivo é

desacreditar os inimigos, colocando-os sob suspeita e contribuindo para a disseminação de um clima de apreensão, de medo e de descrédito em relação às instituições democráticas.

Em tais estratégias, a “corrupção” é concebida sob a perspectiva da dominação racial (Stanley, 2020), ou seja, a apropriação do bem público por agentes que pertencem ao grupo “majoritário” não é capaz de despertar indignação, uma vez que, sob o ponto de vista da “política fascista”, tratar-se-ia da restauração de um “direito” revogado. Entretanto, o ganho político ou social conquistado por grupos subalternizados (mulheres, povos originários, negros, homossexuais), mesmo tendo sido obtido formalmente, é entendido como uma forma de usurpação dos recursos gerados pela “maioria”, configurando-se, portanto, como uma ameaça tanto ao *status* do grupo dominante quanto ao ideal da família patriarcal: “Corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei” (Stanley, 2020, p. 39).

Um dos motivos para o sucesso dessas táticas, ao que parece, é que elas dão um sentido fictício para os medos irracionais inerentes aos momentos de crise social, quando se exacerbam as dissimetrias sociais. Como destaca Stanley (2020), a manutenção da desigualdade econômica é um fator essencial para a perpetuação da “política fascista”. Por isso, ao invés de atacá-la como o cerne dos problemas relativos à vida da população, o fascismo desvia o foco para outros alvos (estrangeiros, grupos minoritários, valores laicos etc.) a fim de continuar manipulando os sentimentos de perda e descontentamento em proveito dos seus objetivos de dominação.

Enfim, *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”* dissecas as táticas adotadas pelos movimentos neoconservadores a fim de alcançar o poder, colocando em evidência a articulação de elementos discursivos que são mobilizados em função de um objetivo funesto: dividir a sociedade (“cidadãos de bem” x “criminosos”; “empreendedores” x “preguiçosos”; “virtuosos” x “degenerados” etc.), justificando, assim, a adoção de medidas autoritárias que, em outro contexto, seriam inaceitáveis.

1.2 — LEVITSKY E ZIBLATT: A MORTE DAS DEMOCRACIAS

Após Donald Trump ser eleito presidente dos Estados Unidos em 2016, vários questionamentos surgiram sobre o que levou alguém sem uma carreira consolidada na política a assumir o comando da maior potência econômica e militar do mundo. Em *Como as democracias morrem*, uma das obras de maior repercussão sobre essa reflexão, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) investigam as bases da democracia estadunidense para entender o que possibilitou a ascensão de um suposto *outsider* como Trump, além de debaterem como instituições do sistema democrático podem ser utilizadas por políticos eleitos para desestruturar

e subverter a própria democracia. Apesar de focalizar o cenário estadunidense, as reflexões em questão são importantes para se pensar o contexto brasileiro, uma vez que há um intenso intercâmbio de discursos e práticas entre os dois países², especialmente no período analisado.

Em sua discussão, os autores afirmam que a abdicação de responsabilidades por parte das elites políticas frente à ascensão de uma figura potencialmente autoritária é um dos primeiros movimentos na deterioração de uma democracia. Ao verem um demagogo surgir e se destacar, importantes atores políticos costumam acreditar que podem cooptá-lo, usufruindo de sua popularidade para posteriormente “adestrá-lo”; além disso, essas elites manifestam, regularmente, algum interesse nas pautas autoritárias levantadas.

Os autores propõem um conjunto de quatro sinais que servem como alerta para identificar um político autoritário, sendo eles: 1) a rejeição das regras do jogo democrático; 2) a negação da legitimidade dos adversários; 3) a incitação e o consentimento da violência; e 4) indícios de interesse em restringir liberdades civis (Levitsky; Ziblatt, 2018). Para os autores, um político que se encaixe em pelo menos um desses sinais pode ser considerado como uma potencial ameaça à democracia.

No que concerne ao enfraquecimento dos sistemas democráticos, Levitsky e Ziblatt (2018) também destacam a diminuição do poder dos chamados *guardiões tradicionais da democracia*, entendidos por eles como os partidos políticos, as instituições de Estado e o sistema de freios e contrapesos, que reúne regras não escritas — como o reconhecimento da legitimidade dos adversários políticos e o uso comedido de prerrogativas constitucionais, a exemplo dos decretos presidenciais — para uma boa convivência na democracia. Para eles, a explosão da mídia alternativa (principalmente a TV por assinatura e as redes sociais) representou uma das grandes mudanças na organização política, pois multiplicou os canais por meio dos quais um indivíduo poderia alcançar reconhecimento nacional.

Como já apontamos, o principal exemplo mobilizado pelos autores é a escalada de Donald Trump: um bilionário representante do discurso de *self-made man* que ganhou a simpatia de segmentos da mídia de direita nos Estados Unidos. Entre as estratégias empregadas por Trump a fim de garantir a permanência contínua de sua imagem nos meios midiáticos de grande alcance, destaca-se a difusão ordinária de declarações polêmicas, o que, por um lado, garantia uma presença ostensiva de sua personalidade no imaginário coletivo e, por outro, promovia a naturalização de posições aparentemente inadmissíveis. Para Levitsky e Ziblatt (2018), essa é uma tática comum dos autocratas: encenar o papel de demagogos cujas bravatas,

² Ver CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em Português**, v. 11, n. 2, p. 7-44, 2022.

apesar de serem menosprezadas por analistas, são assimiladas por setores significativos da população menos instruída, o que, gradativamente, produz um efeito de normalização de suas falas e condutas “extraordinárias”.

Levitsky e Ziblatt (2018) destacam como a política democrática, por conta do sistema de freios e contrapesos (como a separação dos Poderes e o pluripartidarismo), mostra-se resiliente diante daqueles que a consideram um limite para sua ação. A destruição de tais óbices, contudo, revela-se como um dos caminhos pelos quais um autocrata busca destruir uma democracia por dentro. A partir do aparelhamento e do sucateamento de órgãos e instituições (como a polícia, o sistema judiciário, unidades de fiscalização etc.), do favorecimento a determinados meios de comunicação em detrimento de outros e do silenciamento de figuras políticas e culturais importantes, políticos autoritários podem minar as principais bases da democracia, mantendo uma aparência de normalidade e legalidade (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Uma outra forma de subversão dos regimes representativos é pautada pela própria defesa da democracia: políticos autoritários tendem a se valer de momentos de crise (econômica, desastres naturais, ameaças à segurança nacional) para justificar a adoção de medidas antidemocráticas, pois, nesses momentos, a população tende a se mostrar mais condescendente com esse tipo de postura. Além disso, os autores lembram que muitas constituições permitem a ampliação dos poderes do Executivo em períodos de crise, o que ajuda a entender a necessidade de se manter sempre no horizonte o imaginário a propósito de um *inimigo social*, como também aponta Stanley (2020).

Apesar de fazerem uma importante discussão sobre como a erosão de uma democracia pode acontecer à margem do uso da força e da violência, a obra de Levitsky e Ziblatt (2018) também apresenta lacunas e contradições que merecem reflexão. Ao destacar o papel dos guardiões tradicionais da democracia, os autores afirmam que a atuação dos partidos políticos deveria ser preponderante em relação às manifestações populares, e que um sistema de escolha de candidatos feito por um pequeno grupo de “homens notáveis” poderia ser mais eficiente para barrar o surgimento de *outsiders* do que o atual sistema de primárias vinculantes, em voga nos Estados Unidos. Tal visão pode ser compreendida como um argumento atenuante em relação à elitização política, o que vai de encontro ao próprio conceito de democracia que está sendo defendido por eles.

Além disso, muitos dos exemplos de colapsos democráticos e de falhas do sistema de freios e contrapesos são extraídos de países latino-americanos. Os autores, contudo, não fazem nenhuma menção às interferências dos Estados Unidos efetuadas, sistematicamente, em

diferentes governos desses países, notadamente, entre as décadas de 1960 e 1970³, promovendo claras violações à soberania dessas nações, o que, evidentemente, caracteriza uma prática imperialista.

Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que um dos motivos para a intensificação da polarização na política dos Estados Unidos foi a crescente divisão (de raça, religião, geografia, visão de mundo) entre os eleitores democratas e republicanos. Ao admitir que “raça” e “religião” são temas potencialmente polarizadores, os autores consideram que as eleições passaram a afetar mais do que a disputa por propostas e princípios políticos, envolvendo, ademais, questões relativas à *identidade*. Levitsky e Ziblatt (2018) reconhecem que as normas que fundaram a democracia nos Estados Unidos foram forjadas sobre bases evidentemente antidemocráticas, como, por exemplo, a segregação racial implementada pelas leis de Jim Crow. Contudo, falta uma visão mais ampla sobre como a segregação racial afetou não apenas os Estados Unidos, mas, de forma bem mais ampla, todo o processo de formação dos Estados modernos.

Na obra *Crítica da Razão Negra* (2018), o filósofo camaronês Achille Mbembe elabora uma reflexão contundente a propósito da experiência negra no mundo a partir do século XVI, examinando os processos de construção dos discursos sobre o negro e sobre a raça no imaginário europeu. Ao discutir a ideia de raça, Mbembe (2018, p. 28) enfatiza que esta “[...] não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético”. Para o autor, a raça é uma “ficção útil”, cuja força situa-se justamente em sua maleabilidade e em sua instabilidade. Segundo Mbembe (2018, p.32), a diferença entre práticas escravocratas europeias do século XVI e formas anteriores de escravidão está na forma como “[...] o princípio racial e o sujeito de mesma matriz foram operados sob o signo do capital [...]”. Sendo assim, a escravidão e a noção de *negro* foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo e dos Estados modernos, pois ofereceu uma das formas mais eficiente de acumulação do capital e proporcionou o surgimento de diversos aprimoramentos em áreas como o transporte, a produção, a comercialização, entre outras (Mbembe, 2018).

As discussões propostas por Mbembe (2018) confrontam visceralmente o entendimento de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre a segregação racial nos Estados Unidos, concebida *apenas* como um “desvio” na formação democrática do país. A democracia estadunidense — assim como a brasileira — não foi implementada *apesar* da segregação, mas *a partir* da segregação.

³ Ver OPERAÇÃO CONDOR. **Comissão Nacional da Verdade**. 2011-2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Além disso, um dos objetivos do autor em *Crítica da Razão Negra* (2018) é demonstrar como as condições de vida às quais os povos de origem africana foram submetidos durante a primeira fase do capitalismo têm se institucionalizado sobre outras populações ao redor do mundo, o que Mbembe (2018) chama de *devir-negro do mundo*.

Essa compreensão oferece um novo olhar para se estudar a formação de discursos neoconservadores com tendências antidemocráticas e fascistas, já que a presença de indivíduos considerados inferiores e que representariam um perigo para as sociedades está na origem das formações sociais concebidas usualmente como sistemas “democráticos”.

1.3 — TRAVERSO: FASCISTAS OU PÓS-FASCISTAS?

Para Enzo Traverso (2021), o fortalecimento da direita radical é uma das características mais marcantes do atual momento histórico, também chamado, por ele, de *neoconservadorismo*. Ao longo da década de 2010, diversos movimentos ganharam destaque na União Europeia, com alguns países sendo governados por partidos de extrema direita que tinham o nacionalismo e a xenofobia como bandeiras. Segundo o autor, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, consolidou a direita radical como um fenômeno global, algo que só havia se manifestado de forma semelhante na década de 1930.

Tal constatação, inevitavelmente, evoca o nazifascismo e traz questionamentos sobre a sua presença no mundo contemporâneo. Traverso (2021) propõe, entretanto, uma abordagem mais cautelosa ao lidar com o tema. Por mais que reconheça similaridades entre o “neoconservadorismo” e os movimentos políticos surgidos no período entre guerras, o autor acredita que não se deve conceber as atuais correntes da extrema direita como uma continuidade do fascismo histórico, pois há uma renovação de práticas e discursos em relação ao fascismo do século XX, além de ressaltar que existem diferenças significativas entre os regimes que foram implementados recentemente em cada país.

Dessa forma, o autor propõe o termo *pós-fascismo* para “[...] descrever um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado”, já que “[...] as novas forças da direita radical são um fenômeno heterogêneo e composto” (Traverso, 2021, p. 17). Essa variabilidade nos elementos que caracterizam os atuais movimentos neoconservadores são, no entendimento do autor, reflexo da necessidade de adaptação a que a extrema direita precisou se submeter nas últimas décadas para evitar a marginalização no cenário político. Como exemplo, Traverso (2021) cita a Frente Nacional (atual *Rassemblement National*), na França, cuja líder é Marine Le Pen, numa tentativa de contestar caracterizações

da política fascista como uma estrutura centrada unicamente no patriarcado, mas que, no fim das contas, não apresenta nenhuma contestação a essa estrutura; pelo contrário, acaba a reforçando.

Traverso (2021) acredita que a ideia de uma comunidade europeia fracassou e acabou se tornando combustível para a ascensão da intolerância religiosa e da xenofobia, sentimentos que foram trabalhados pela extrema direita. A consolidação de instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia formou o que o autor chama de *troika*⁴, uma entidade que, sem legitimidade democrática, detém o poder real sobre os países membros do bloco. Traverso (2021) afirma que, com esse movimento, a distinção entre direita e esquerda foi substituída pela hegemonia de uma elite política neoliberal que engloba elementos tanto da social democracia quanto do conservadorismo cristão. Estabeleceu-se, assim, uma *financeirização da política*, o que significa uma submissão do político ao econômico, implicando, dessa forma, a troca da ideia de governo pela ideia de *governança* (Traverso, 2021). Essa disseminação da razão neoliberal, que não se restringe à Europa, vem acentuando as desigualdades sociais que, como destacado tanto por Stanley (2020) quanto por Levitsky e Ziblatt (2018), têm suas consequências manipuladas por autocratas em várias partes do mundo atualmente.

Um outro fator destacado por Traverso (2021) como essencial para o ressurgimento da extrema direita é o crescente sentimento de *antipolítica* que se deriva dessa financeirização. Segundo o autor, os políticos atualmente têm se esforçado para se apresentar como bons *gestores*, pautados pelo *pragmatismo*, num movimento de esvaziamento da política. Nesse novo ambiente, o embate de ideias foi substituído pela construção de carreiras e a política contemporânea se transformou num “[...] amálgama de poderes econômicos, máquinas burocráticas e um exército de intermediários políticos” (Traverso, 2021, p. 44). É a partir dessa transformação, desse sentimento de descontentamento com os atuais atores políticos, que muitos políticos que se vendem como *outsiders* — como Donald Trump e Jair Bolsonaro — têm surgido e se apresentado como oposição à “velha política”:

O pós-fascismo não carrega os valores “fortes” de seus ancestrais da década de 1930, porém pretende preencher o vácuo deixado pela política reduzida ao impolítico. Suas receitas são politicamente reacionárias e socialmente regressivas: abrangem a restauração da soberania nacional, a adoção de formas de protecionismo econômico, assim como a defesa de “identidades nacionais” ameaçadas. Como a política caiu em descrédito, os pós-fascistas defendem um modelo plebiscitário da democracia que

⁴ Grupo de três administradores ou governantes. Conjunto de três coisas; trio. TROIKA. In: **DICIO**: Dicionário Online de Português. c2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/troika/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

destrói qualquer processo de deliberação coletiva, favorecendo aquela relação que funde o povo e o líder, a nação e seu chefe. (Traverso, 2021, p. 45)

Dentre as atualizações que identifica na passagem do fascismo ao pós-fascismo, Traverso (2021) afirma que o papel do judeu como “inimigo social” foi substituído pelo imigrante, em especial, o muçulmano, com o racismo biológico sendo utilizado, mais uma vez, para justificar o conflito político e cultural entre a Europa judaico-cristã e o Islã. Para Traverso (2021, p. 102), “[...] o muçulmano tornou-se uma projeção, uma materialização de fantasias e temores”, argumento que dialoga com o entendimento de Stanley (2020) sobre o sentido que a política fascista atribui aos medos irracionais. Entretanto, o autor ressalta que a islamofobia não é apenas uma “substituição” do antissemitismo, uma vez que ela possui suas raízes e tradições no colonialismo: “A memória do Holocausto tornou-se uma religião cívico-republicana, enquanto a memória dos crimes coloniais ainda é negada ou reprimida [...]” (Traverso, 2021, p. 115).

Achille Mbembe (2018, p. 107) retoma os estudos de Hannah Arendt para lembrar que “[...] foi na África que o racismo e a burocracia se mostraram, pela primeira vez, estreitamente ligados. Dessa estreita relação resultaram potencialidades inéditas de acumulação de poder para espoliar, produzir e gerar resíduos de homens”. Nesse sentido, é preciso reconhecer que as táticas de extermínio em massa, levadas às últimas consequências pelos regimes fascistas da primeira metade do século XX, foram gestadas e aprimoradas na corrida imperialista do século XIX, que não teve apenas Alemanha e Itália como participantes. Os reflexos do colonialismo — ou a falta de reflexão sobre esse período — podem ser concebidos numa relação de causalidade com a atual ascensão do pós-fascismo (Traverso, 2021).

Além disso, a estigmatização do Islã e dos grandes fluxos migratórios — como o de latino-americanos para os Estados Unidos ou de refugiados africanos na Europa — oferece uma exemplificação do que Traverso (2021) chama de *metamorfose ideológica do pós-fascismo*: enquanto o fascismo clássico tinha uma postura imperialista e conquistadora, os pós-fascistas têm assumido uma atitude defensiva e conservadora. Ao invés de invadir, busca-se expulsar. No passado, a conquista significava subjugar os povos bárbaros numa missão civilizatória; no presente, o objetivo é expulsar os “bárbaros” da nação para *protegê-la* de sua “má influência”. Os discursos de “desespero cultural” que alardeiam uma “grande substituição” são, para Traverso (2021), uma tentativa de reabilitar o conceito de *raça*, já que o confronto com o islã ajudou a reconstruir o mito da *identidade europeia*.

1.4 — NEOCONSERVADORISMO: RELIGIÃO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Um outro debate importante diz respeito ao conceito de neoconservadorismo a partir das discussões de Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione no livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (2020). Nesta obra, os autores discutem como a década de 2010 representou uma ascensão da direita após uma onda de governos de centro-esquerda em diversos países latino-americanos no início deste século. Esse fenômeno é marcado por instabilidade política e pelo fortalecimento do conservadorismo religioso e do neoliberalismo em várias nações da região. Contudo, as origens do movimento datam de um período anterior.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam que esse novo momento do conservadorismo na América Latina surgiu como uma reação de diversos atores aos avanços conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ — no que diz respeito ao reconhecimento de direitos e da elaboração de políticas públicas — em temas como a igualdade de gênero, direitos reprodutivos e diversidade sexual, a partir dos anos 1990. Nesse contexto, formaram-se coalizões entre grupos cristãos e segmentos não religiosos da direita para barrar esses avanços por meio de diferentes canais de participação política, o que afetou os próprios fundamentos da democracia na região.

Na delimitação da temporalidade do fenômeno neoconservador, os autores destacam que, a partir da década de 1970, a noção de gênero passou a ser utilizada por intelectuais feministas para contestar os papéis historicamente atribuídos às mulheres e aos homens, afirmando que os conceitos de feminino e masculino são construídos socialmente. Já na década de 1990, num momento em que diversos países latino-americanos ainda sentiam os efeitos dos processos de redemocratização após períodos de ditaduras militares, o termo *gênero* passou a ser incorporado em documentos e debates internacionais relativos aos direitos humanos e à igualdade de gênero, como a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, no ano de 1995. A partir daí, a expressão “ideologia de gênero” apareceria pela primeira vez num documento oficial da Igreja Católica no ano de 1998, tornando-se uma bandeira contra a igualdade de gênero, direitos reprodutivos e diversidade sexual (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Essa forte politização reativa contra os direitos conquistados por movimentos feministas e LGBTQIA+ demonstra a movimentação do conservadorismo religioso para se inserir nas discussões sobre população e autonomia reprodutiva que estavam em alta naquele período.

Parte dessa preocupação pode ser compreendida pelo entendimento de que “Autonomia reprodutiva e direitos sexuais deslocam sentidos e hierarquias que organizam a ordem patriarcal na modernidade [...]” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 20). Há uma tentativa de colocar a “natureza” acima das dinâmicas sociais no que diz respeito à delimitação de papéis, apelando à noção de família patriarcal e heteronormativa, como visto em Stanley (2020).

Nesse início do século XXI, “A noção de ‘ideologia de gênero’, que tem origem nos anos 1990, seria, nesse processo, transformada em uma estratégia política que facilitou a atuação conjunta de diferentes atores conservadores e forneceu novos recursos para a mobilização popular” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 14). Assim, a identidade política do neoconservadorismo se daria em oposição aos movimentos feministas e LGBTQIA+, pois estes seriam o inimigo — eles — que ameaça a posição de privilégio do grupo que se considera dominante:

Entendemos que a noção de conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política. Ou seja, ideologia e iniciativas conservadoras tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários que desafiam a ordem estabelecida se fortalecem a ponto de ameaçar os fundamentos ideais e materiais das instituições. (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 24)

Os autores acreditam que o termo neoconservadorismo, por mais que apresente limitações, mostra-se como mais adequado para se discutir o cenário político e social atual, especialmente no que diz respeito à aliança entre o conservadorismo cristão, o individualismo liberal e o antipluralismo, além da forte influência do neoliberalismo. Dessa forma, a “defesa da família” é utilizada para contestar valores democráticos que passaram por um processo de legitimação ao longo das últimas décadas, assim como se busca uma renaturalização da moral religiosa como modelo para a ética pública. Portanto:

O neoconservadorismo pode, assim, ser analisado como uma lógica normativa e disciplinadora interiorizada pelos sujeitos contemporâneos, conformando-os ao “princípio universal da concorrência”. Vai além de um projeto defensivo ou de uma tentativa de obter representação do Estado, consolidando-se como um modelo de governança e cidadania. (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 26)

Num esforço para oferecer um sólido suporte teórico para os estudos sobre o atual momento histórico, Biroli, Machado e Vaggione (2020) propõem cinco aspectos para se analisar esse novo momento do conservadorismo latino-americano. Em primeiro lugar, destacam *a coalizão entre diferentes atores* (católicos, evangélicos, empresários, latifundiários, militares, políticos da extrema direita), que apresentam tanto divergências internas quanto entre

si, mas que encontraram na agenda antigênero uma estratégia política em comum e eficaz. Como explicado pelos autores, partidos políticos ligados a grupos religiosos tendem a se ramificar, o que dificulta a performance em eleições majoritárias, mas estratégias como a da formação de uma Frente Parlamentar Evangélica oferecem alternativas para a atuação política desses grupos. Odilon Caldeira Neto (2020) destaca como partidos de direita também enfrentaram dificuldades de organização e representação após o fim da Ditadura Militar. Contudo, o combate à “ideologia de gênero” permitiu que esses atores se aliassem a outros com interesses concordantes (caso dos militares) ou fisiológicos, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro.

Um segundo aspecto do neoconservadorismo é a *juridificação da moralidade*. Biroli, Machado e Vaggione (2020) descrevem que uma das estratégias que grupos conservadores religiosos adotaram no enfrentamento aos movimentos feministas e LGBTQIA+ se deu em torno da disputa dos sentidos e dos limites dos direitos humanos. Assim, como exemplos, o direito à vida é evocado na oposição ao direito ao aborto; e a liberdade de expressão e a liberdade religiosa são mobilizadas com o intuito de impedir a inclusão da educação sexual no sistema de ensino.

O terceiro aspecto elencado pelos autores diz respeito à *inserção do neoconservadorismo em diferentes canais de participação democrática*. Os autores afirmam que, por muito tempo, houve uma crença de que os espaços dedicados à participação no debate público a partir dos processos de redemocratização em diferentes países na América Latina foram ocupados, em sua grande maioria, por iniciativas e organizações progressistas, em especial ligadas à esquerda. Contudo, os conservadores também se valeram desses espaços para a defesa de suas pautas. Organizações da sociedade civil (como ONG’s “pró-vida” e “pró-família”), partidos políticos de orientação religiosa e as Frentes Parlamentares serviram, paradoxalmente, de instrumentos para atacar o pluralismo político e propor medidas iliberais e antidemocráticas. Os autores destacam que esse processo de erosão da democracia — semelhante ao que é descrito por Levitsky e Ziblatt (2018) — tende a se acentuar à medida em que figuras religiosas alcançam posições de destaque para a elaboração e execução de políticas públicas. Como exemplo, a advogada e pastora evangélica Damares Alves chefiou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante quase todo o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022), e sua gestão impactou, diretamente, discussões e políticas ligadas à igualdade de gênero, aos direitos reprodutivos e à diversidade sexual (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

O *caráter transnacional* é apontado como a quarta dimensão do neoconservadorismo, destacando como as agendas e estratégias, apesar de apresentarem particularidades em cada

país, tendem a se vincular por intermédio de encontros e campanhas internacionais. Como exemplo, temos a influência estadunidense nas campanhas de Jair Bolsonaro, com a presença de figuras como Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump (Casarões, 2022); ou a participação da citada Damares Alves representando o Estado brasileiro na III Cúpula Demográfica de Budapeste. O evento, claramente uma reação às Conferências da ONU a partir dos anos 1990, reuniu diversos representantes de governos e partidos conservadores em torno de uma agenda “pró-família” e anti-imigração, discutindo os impactos dos fluxos migratórios, do envelhecimento da população e das mudanças na estrutura familiar (Soares; Ricoldi, 2022).

Por fim, Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam a *estreita relação entre neoconservadorismo e neoliberalismo*. Essa aproximação é fundamental para lançar mão de uma “moral familista unitária”, que seria o caminho para superar os desafios impostos pelas recorrentes crises econômicas e sociais. “A temática da família tem permitido mobilizar inseguranças em um contexto que inclui os efeitos de políticas neoliberais restritivas a investimentos estatais em nome do equilíbrio orçamentário” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 39). Assim, questões como o cuidado de crianças e idosos ou políticas de reparação social tendem a ser desvinculadas das funções do Estado, o que acaba incidindo sobre as relações de gênero, já que historicamente as mulheres são relegadas aos serviços domésticos e de assistência.

Como discutido pelos outros autores citados neste capítulo, a manutenção da desigualdade social é uma das condições fundamentais para a eficácia de estratégias e discursos sectários e antidemocráticos, pois deslocam as discussões sobre as verdadeiras causas das dificuldades enfrentadas por grande parte da população e as substituem por inimigos sociais. O neoliberalismo, então, tem um papel essencial dentro do neoconservadorismo, e se beneficia dos discursos e estratégias deste:

A moralização das inseguranças é, assim, uma chave para o neoconservadorismo como política. O apelo a inseguranças reais se faz no interior de um enquadramento no qual o suporte possível é o da família nuclear, heterossexual, *responsável pelos seus*. As fragilidades da ordem familiar não seriam da ordem da economia política (relacionadas à precarização das relações de trabalho ou ao esgarçamento das formas coletivas de apoio). Não seriam, também, da ordem das transformações sociais de gênero, sedimentadas ao longo de décadas e enraizadas em uma série de mudanças — técnico-científicas, culturais, políticas, jurídicas etc. O problema, nas narrativas neoconservadoras, seria de ordem moral. Melhor dizendo, o *desvio* e a *captura* do tradicionalismo levariam à insegurança, à falta de referências, ao caos. (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 198-199)

As discussões propostas em *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (2020) não negam a importância da religiosidade nos países

latino-americanos, em diferentes períodos e contextos. Também não desconsideram a heterogeneidade dos diferentes atores que têm se mobilizado a partir da oposição à “ideologia de gênero”, questionando inclusive até quando as tensões entre esses grupos serão apaziguadas por essa agenda em comum. Contudo, o destaque da obra é evidenciar como valores historicamente ligados ao conservadorismo religioso têm sido utilizados em discursos e estratégias que visam restringir ou revogar direitos conquistados por segmentos marginalizados na região (e no mundo). Essa capacidade de influenciar o debate político oferece um grande risco para as democracias na América Latina, pois coloca o próprio sentido de democracia em jogo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

1.5 — A RAZÃO NEOLIBERAL COMO DESTRUIÇÃO DO SOCIAL E DO POLÍTICO

Uma importante reflexão sobre a relevância do neoliberalismo no avanço de movimentos neoconservadores é realizada por Wendy Brown em *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (2019). Nessa obra, Brown (2019) afirma que a alegação de que a política neoliberal ocasionou perda da qualidade de vida e aumento das desigualdades sociais (mesmo no Norte global) não está errada, mas incompleta. A autora acredita que essa análise, que seria a mais aceita pela esquerda, não leva em conta a demonização da esfera de ação política e social, o que atribui um caráter antidemocrático a esse movimento que reivindica a liberdade, a moralidade e os valores tradicionais, opondo-se, contraditoriamente, à democracia constitucional, à igualdade e à diversidade.

Segundo Brown (2019), o escopo do neoliberalismo é a destruição da ideia de solidariedade social em uma via de mão dupla: “O ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*” (Brown, 2019, p. 39). As formas coletivas de existência são paulatinamente desmanteladas e esse desmantelamento ocorre epistemologicamente, politicamente, legalmente, eticamente e culturalmente. Ao negar a sociedade, os intelectuais do neoliberalismo negam que haja um poder social que gera desigualdades e violências e reforça as opressões de classe, gênero e raça (Brown, 2019).

Analisando outro tema caro ao neoliberalismo, o ataque à ideia de “político”, a autora dissecar os principais postulados de alguns intelectuais neoliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, a fim de mostrar que, apesar de possuírem divergências entre si, eles acreditam que as liberdades individuais, o mercado e a moralidade tradicional são ameaçados

pela organização política da sociedade. Por isso, tais intelectuais se unem contra a ideia de uma democracia robusta:

Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrico em relação a ela. No entanto, dado que o político foi depreciado e atacado, mas não extinto, enquanto a própria democracia era minguada e desvalorizada, os poderes e energias políticas não democráticos e antidemocráticos em ordens neoliberalizadas inchavam em magnitude e intensidade. Foi desse modo que efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder [...]. (Brown, 2019, p. 71)

A reconfiguração da nação como uma empresa privada — em que o presidente é o *pater familias* — retoma diretrizes arcaicas de ordenação social, recorrendo à religião e à família como instâncias que teriam a capacidade de moldar a cultura e, em conjunto como o mercado, deslocar a democracia. Brown (2019) acredita que o neoliberalismo acaba por fornecer as bases para um nacionalismo radical, fomentando um Estado securitário, pautado na xenofobia, na vigilância e na repressão.

A autora ressalta como a vigência da economia neoliberal reforçou o niilismo nos tempos atuais, em que conceitos como empreendedorismo, monetização e financeirização perpassam diferentes aspectos de nossas vidas. “[...] o neoliberalismo torna a venda da alma algo cotidiano, e não um escândalo. E reduz o que restou da virtude ao *branding*, para o capital grande e pequeno” (Brown, 2019, p. 200). O niilismo, por sua vez, enfraquece o significado da conduta, da consistência e da verdade. Para Brown (2019), esse é um dos motivos para a direita sobreviver a escândalos morais melhor do que a esquerda: não é preciso agir de acordo com a ética, basta gritar sobre isso.

Por fim, Brown (2019) destaca como o niilismo dá vazão ao ressentimento, um ressentimento que concebe a ideia de “vingança” (contra imigrantes, mulheres, população LGBTQIA+ etc.) como fim em si. Isso fica evidente, por exemplo, em posições enunciadas por agentes políticos como Donald Trump e Jair Bolsonaro: “Se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta, então não haverá planeta” (Brown, 2019, p. 220). Por essas discussões, torna-se mais explícita a importância do neoliberalismo para a ascensão e o fortalecimento de movimentos de extrema direita nas últimas décadas.

Como visto ao longo deste capítulo, diversos estudos têm se dedicado a debater uma nomenclatura adequada para uma série de manifestações políticas e sociais que ganharam força

em diferentes partes do mundo nesse início do século XXI, ora se atentando às similaridades com outros períodos históricos, ora focando as particularidades dos atuais movimentos. Contudo, a terminologia a ser empregada é menos importante do que o reconhecimento de que essa forma de organização política da sociedade — pautada por valores conservadores e patriarcais e orientada por uma noção hierarquizada da sociedade — nunca deixou de existir, inclusive no Brasil, sendo capaz de mobilizar atores com interesses diversos: religião, costumes, economia, segurança pública, entre outros.

As últimas décadas têm se mostrado como um período de intensas transformações sociais, marcadas por um processo acentuado de globalização, por crises econômicas, climáticas e bélicas. Esse cenário, se por um lado trouxe um progresso na garantia de direitos para grupos historicamente marginalizados (mulheres, LGBTQIA+, povos originários etc.), também provocou uma politização reativa contra esses mesmos avanços. Tal conjuntura é muito propícia para as manobras de políticos demagogos que passam a representar os anseios de grupos heterogêneos que clamam por uma defesa da família, da pátria e de outras pautas historicamente ligadas ao conservadorismo. Sendo assim, o conhecimento das estratégias do neoconservadorismo e da “política fascista” é condição para a resistência ao processo de divisão da sociedade fundado na desumanização de grupos caracterizados como minoritários no conjunto da população. Esse processo de divisão se vale do racismo de Estado para a constituição de dispositivos de poder e de saber, como veremos no capítulo a seguir.

2 — MICHEL FOUCAULT: CORPOS DISCIPLINADOS, POPULAÇÕES REGULAMENTADAS, SABERES SUJEITADOS

A pandemia da Covid-19 trouxe indícios de como a extrema direita e o conservadorismo lidam com as diferentes formas de conhecimento: ao mesmo tempo em que instituições de ensino são desacreditadas e atacadas por, supostamente, serem ambientes de “doutrinação”, figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro elaboraram diversas táticas midiáticas a fim de produzir uma cena em que eles apareceriam, ainda que provisoriamente, como os “salvadores” da população. A hipocrisia dessa cena, no caso brasileiro, viria a tona rapidamente com a recusa sistemática do governo em relação à compra emergencial de vacinas e sua aposta numa estratégia de “imunidade de rebanho”, o que provocou uma forte reação da comunidade acadêmica, da sociedade civil e de parte da classe política em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e de maiores investimentos nas universidades e em institutos de pesquisa, a fim de que o Brasil tenha maior autonomia e rapidez para reagir a momentos de emergências sanitárias.

O saber e o poder são dois conceitos fundamentais na obra de Michel Foucault, que os considera como indissociáveis. Para Foucault (2014, p. 31), é preciso abandonar a ideia de que o saber existe fora das relações de poder: “Temos antes que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Desse modo, o autor propõe que se pense no poder-saber, de tal forma que não seria a ação de um sujeito de conhecimento que produziria um saber separado do poder, mas sim as complexas relações que atravessam o poder-saber que possibilitam a existência de diferentes conhecimentos (Foucault, 2014).

Em sua primeira aula no curso de 1976 no *Collège de France*, Foucault (2010) afirma que os anos precedentes teriam sido marcados por uma “insurreição dos saberes sujeitos”, que seriam tanto saberes que foram “esquecidos” ao longo do tempo quanto o “saber das pessoas ordinárias” (dos doentes, dos delinquentes, das minorias, enfim). Esse movimento representaria o que Foucault (2010, p. 09) chama de *genealogia*, uma luta política e intelectual que busca revogar “[...] a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas”:

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata.

[...] Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. [...] É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (Foucault, 2010, p. 10)

A proposta da genealogia de se opor aos discursos totalizantes e às tentativas de silenciamento que a reivindicação “científica” de um saber produz também encontra ecos no atual momento. Ao mesmo tempo em que a defesa dos trabalhos científicos tem sido importante para combater teorias da conspiração difundidas por grupos ligados ao conservadorismo, como o movimento antivacina ou o terraplanismo, a convicção relativa ao conhecimento científico como a única forma de um saber “válido”⁵ tem sido usada maliciosamente numa abordagem que se empenha em invalidar e marginalizar saberes milenares, por exemplo, os saberes cultivados por povos originários da América; isso, em grupos sociais usualmente mais instruídos — ou “progressistas” — que aqueles que compõe as hordas neoconservadoras.

As preocupações genealógicas são parte fundamental do trabalho de Michel Foucault, que vai investigar as formas como o poder se ramifica pela sociedade em suas mais ínfimas manifestações, do corpo individual ao corpo social, e como esse processo é descontínuo, sempre gerando “registros”, relatórios, documentos, *saberes* que fundamentam as formas vigentes de poder. Nas seções seguintes, abordaremos a intrincada relação entre o poder e o saber nos trabalhos de Foucault (1988, 2088, 2010, 2014), destacando: a importância do conceito de descontinuidade para esse propósito; o papel da disciplina na microfísica do poder; e as noções de biopoder e racismo de Estado, que serão essenciais nas análises dos discursos e estratégias do neoconservadorismo.

2.1 — FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A NOÇÃO DE *DESCONTINUIDADE*

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (2008) se propõe a investigar a descontinuidade na história das ideias. Para tanto, o autor sugere que sejam suspensas noções historicamente utilizadas para tratar desse tema, tais como *tradição, influência, desenvolvimento, livro, obra*, entre outros. Segundo Foucault (2008), esses agrupamentos pelos quais se costuma ligar os discursos dos homens são aceitos, na maioria das vezes, sem questionamento. Ao suspender

⁵ MACHADO, Uirá. Homeopatia, acupuntura e psicanálise são falsificações da ciência, diz Natalia Pasternak. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/07/homeopatia-acupuntura-e-psicanalise-sao-falsificacoes-da-ciencia-diz-natalia-pasternak.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2023.

essas unidades de certeza e evidência, o foco da investigação é o que o autor chama de uma população de acontecimentos no espaço discursivo geral. “Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (Foucault, 2008, p. 30).

Assim, na tentativa de encontrar a unidade de grandes grupos de enunciados (como *a* medicina, *a* literatura, etc.), Foucault (2008) levanta algumas hipóteses, supondo, inicialmente, que ela poderia ser encontrada na formação dos objetos do discurso, depois, na formação das modalidades enunciativas, depois, na formação dos conceitos e, por fim, na formação de estratégias. Entretanto, nenhuma dessas hipóteses é capaz de dar conta da empreitada proposta, sempre deixando lacunas que impedem a identificação clara de uma unidade para o enunciado. Dessa forma, Foucault (2008) propõe buscar princípios de individualização na *dispersão* desses elementos, tentar descrever *regularidades* situadas na articulação entre essas quatro regras de formação dos discursos:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (Foucault, 2008, p. 43)

Sendo assim, Foucault (2008) defende que o sistema de formação compreende um *feixe complexo de relações* que deve ser pensado sempre vinculado a uma *prática* discursiva. A partir desse esclarecimento, o autor se propõe a pensar o enunciado, que seria a unidade elementar do discurso. Na tentativa de defini-lo, Foucault (2008, p. 98) percebe que também seria inviável delimitá-lo de forma fixa e imutável: “O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos [...]”. Ao desenvolver a ideia de *função enunciativa*, um dos pontos mais interessantes elaborados por Foucault (2008) diz respeito ao sujeito do enunciado, que não deve ser confundido com o autor da formulação, e tampouco com a origem do discurso ou com uma espécie de operador de sua significação:

É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é

variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. (Foucault, 2008, p. 107)

Ao pensar a descontinuidade na história das ideias, Foucault (2008) sugere que sejam suspensas noções ordinárias como *tradição* e *obra* para se discutir as *formações discursivas* e os *enunciados*, unidades mais complexas do que as descrições do enunciado já solidificadas em outros campos de saber (na gramática, na filosofia analítica e na teoria dos atos de fala), mas certamente mais adequadas para se pensar o *feixe complexo de relações* que envolve a circulação de discursos enquanto *práticas* sociais.

2.2 — O PODER DISCIPLINAR E AS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) discute a transformação na concepção de poder ocorrida na transição entre o Antigo Regime e a Revolução Francesa. Nesse movimento, muda-se a relação do *corpo* com a aplicação do poder: ao invés de ser a marca direta e manifesta do exercício do poder (como os suplícios a que eram submetidos os condenados), passa-se a uma produção de saberes à qual Foucault (2014) chama de *tecnologia política do corpo*: “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (Foucault, 2014, p. 30). O autor entende, então, que o poder mais se exerce do que se possui.

As discussões sobre a microfísica do poder em *Vigiar e Punir* podem ser entendidas como a aplicação da descontinuidade na forma de se pensar o poder. Assim como os discursos não estão depositados num plano de ideias puras a serem acessadas, nem se desenvolvem unicamente na consciência dos indivíduos (Foucault, 2008), o poder não se reduz mais ao direito divino do soberano de decidir sobre a vida dos súditos ou de uma concessão feita ao Estado por meio de um contrato social (Foucault, 2014). É preciso pensar o poder numa rede de relações de força e admitir que o poder produz saber, pois, como visto anteriormente, o poder e o saber estão intimamente ligados.

Nessa articulação proposta entre a descontinuidade e o micropoder, percebe-se que Foucault (2008, 2014) está interessado em abordar um sistema complexo de *relações* que envolvem a produção de saber e a distribuição de poder. Contudo, ao invés de buscar unidades rigidamente delimitadas dentro dessa complexidade, o autor prefere procurar *regularidades* por meio das *dispersões* que ocorrem nesses processos. Além do mais, observa-se uma postura pragmática nessa abordagem: o que interessa é o discurso enquanto *prática*, e não a sua relação

com uma idealidade ou a intenção dos indivíduos; da mesma forma, não importa o poder enquanto uma unidade identificável com pessoas ou instituições, mas sim o seu *exercício*, a sua disseminação descontínua por todo o corpo social.

Uma outra articulação pode ser encontrada na relação entre micropoder e sociedade disciplinar, por um lado, e a ideia de *prática discursiva*, por outro. Para Foucault (2008), é necessário pensar a função que um determinado discurso exerce em um campo de práticas não discursivas. Assim, quando se pensa no discurso da psicopatologia, por exemplo, é possível verificar que os saberes produzidos por esse discurso afetam práticas não discursivas como as que se dão no espaço do hospital psiquiátrico. Esse local, por sua vez, implementa relações de poder para pôr em prática o que foi produzido nesse discurso: a organização da instituição funda-se na vigilância constante e sistemática (o panóptico de Bentham), aplicada por meio da disciplina, o que gera mais saberes.

Foucault (2014) explica como a organização espacial e funcional do panóptico de Bentham encontra paralelos com o regulamento para o controle da peste em cidades no século XVII. Nesse modelo, as pessoas eram confinadas em suas casas para evitar o contágio. A cidade era dividida em quarteirões e ruas e cada uma dessas seções era responsabilidade de uma autoridade, que ficava a cargo de redigir relatórios periodicamente: “A relação de cada um com sua doença e sua morte passa pelas instâncias do poder, pelo registro que delas é feito, pelas decisões que elas tomam” (Foucault, 2014, p. 191). Para o autor, esse espaço rigidamente delimitado, limitado, vigiado e que gera tantos registros de saber, é um modelo compacto do dispositivo disciplinar.

O modelo de organização da cidade pestilenta tornou-se, segundo Foucault (2014), uma espécie de utopia política que se traduz por meio da expressão “poder disciplinar”. Dessa forma, o panóptico de Bentham coloca em evidência uma configuração arquitetônica desse poder: uma construção em anel em cujo centro há um torre, de onde um vigia pode observar os indivíduos dispostos em cada cela, sem que estes o vejam ou mantenham contato entre si. Assim, Foucault (2014) afirma que o efeito mais importante do panóptico é induzir no detento uma sensação de vigilância permanente, que assegura o funcionamento automático do poder. Segundo o autor, além de tornar o poder visível e inverificável, o dispositivo panóptico também automatiza e desindividualiza o poder, que deixa de ter seu princípio em uma pessoa. “Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder” (Foucault, 2014, p. 196).

Nessa configuração, Foucault (2014) ressalta como a eficácia do poder é transferida para a sua superfície de aplicação, ou seja, os indivíduos constantemente observados e que fazem as

relações de poder funcionarem sobre si mesmos. Diferente da cidade pestilenta, evocada apenas em momentos de emergência, Foucault (2014, p. 198) afirma que o modelo panóptico é generalizável por ser “[...] uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens”, podendo ser aplicado sempre que houver uma massa de indivíduos a quem se quer impor uma atividade ou conduta.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (Foucault, 2014, p. 198)

O modelo do Panóptico — e da disciplina — se estende, assim, para outros espaços, como a fábrica, a escola, o hospital, em que a eficácia do poder passa para o outro lado, quando a sensação de vigilância constante e o estabelecimento de infra-penalidades é capaz de “fabricar” e “ordenar” os indivíduos (Foucault, 2014). Esse é o papel da norma, que hierarquiza relações e define quem são os “bons” e os “maus” indivíduos em uma sociedade baseada na disciplina. Essa é, para Foucault (2014), uma das principais características de uma sociedade disciplinar: maximizar a eficácia do poder minimizando seus custos. Com a proliferação de instituições pautadas pela disciplina, o poder deixa de ser algo orientado de cima para baixo e exercido somente por um soberano ou por um grupo dominante; torna-se um poder difuso, descontínuo, que se espalha nas ramificações e age em suas extremidades:

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de “quarentena” social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do “panoptismo”. Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-as às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder. (Foucault, 2014, p. 209)

A perspectiva da disciplina e da normalização são passos importantes nas discussões de Michel Foucault sobre a genealogia do poder, num rompimento com uma visão contratualista. Mesmo sem ter convivido com os avanços da tecnologia, a sociedade disciplinar de Foucault está presente no mundo contemporâneo, principalmente se levarmos em conta as diferentes formas como governos e multinacionais de tecnologia são capazes de vigiar os cidadãos e coletar uma infinidade de dados a partir de dispositivos que se tornaram corriqueiros em diferentes momentos do dia a dia, desde os afazeres domésticos ao ambiente de trabalho.

2.3 — BIOPODER: OS PROCESSOS DA VIDA DENTRO DOS PROCEDIMENTOS DE PODER E SABER

Um tema que dá continuidade às discussões sobre poder nos trabalhos de Foucault diz respeito ao *biopoder*. Na obra *Em defesa da sociedade*, Foucault (2010) propõe pensar as relações de poder não mais a partir da teoria da soberania, mas pela perspectiva das relações de dominação. É a partir daí que o autor chegará à formulação de que a política é a guerra continuada, e essa guerra seria uma guerra entre raças, na qual o racismo de Estado tem um papel fundamental, especialmente no exercício do direito de morte.

Foucault (2010) explica que na teoria clássica da soberania o soberano tinha o poder de vida e de morte em relação a seus súditos, conhecido como *fazer morrer ou deixar viver*. Entre os séculos XVIII e XIX, transformações começam a acontecer nas tecnologias do poder. Primeiro, com o surgimento da tecnologia disciplinar, que como visto é destinada aos corpos dos indivíduos, buscando aumentar-lhes as forças e torná-los dóceis. Uma outra tecnologia do poder aparece voltada não para o indivíduo, mas para a multiplicidade de pessoas enquanto uma massa que é afetada por fenômenos próprios da vida, como nascimento, morte, doenças, etc. Na transformação de seus mecanismos, o poder passa a produzir forças, aumentá-las e ordená-las (Foucault, 1988). Assim, junto com a anátomo-política do corpo, surge uma *biopolítica* da espécie (Foucault, 2010).

A biopolítica preocupa-se com o prolongamento da vida, atentando-se às taxas de natalidade, mortalidade, higiene, saneamento e demais ações de seguridade social. Em *História da Sexualidade I*, Foucault (1988, p. 134) define *biopolítica* como o termo que se refere àquilo que “[...] faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...]”. Dessa forma, o autor entende que o biológico passa a refletir no político pela primeira vez na história.

Foucault (1988, p. 132) também destaca como o biopoder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, que “[...] só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. Esse é um dos motivos pelos quais as doenças passaram a ser vistas como ameaças que tiram a força dos trabalhadores e trazem custos econômicos, assim como os tratamentos de saúde necessários (Foucault, 2010). Como ressalta o autor, a população começa a ser percebida como um problema político e de poder. Trata-se, então, de *fazer viver e deixar morrer*.

Por fim, Foucault (2010) afirma que os mecanismos dessa nova tecnologia do poder têm funções diferentes em relação aos mecanismos disciplinares, pois não intervêm no nível do indivíduo, mas sim no que os fenômenos apresentam de global:

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (Foucault, 2010, p. 207)

Assim, tem-se tanto uma *tecnologia disciplinar do corpo* quanto uma *tecnologia regulamentadora da vida*. Contudo, Foucault (2010) ressalta que os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentadores não se excluem porque não atuam no mesmo nível; na verdade, costumam aparecer associados. Um dos exemplos dessa atuação conjunta pode ser encontrado nas discussões sobre a sexualidade a partir do século XIX. A sexualidade é um fenômeno tanto individual, que deve ser vigiado e disciplinado, quanto um fenômeno coletivo, que afeta a formação de uma população e que deve, portanto, ser regulamentado.

O estabelecimento da noção de biopoder reforça a importância do discurso médico: “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (Foucault, 2010, p. 212). De acordo com o autor, numa abordagem mais geral, o elemento que vai melhor articular a disciplina e a regulamentação é a *norma*, numa sociedade de normalização.

Dentro de todo esse funcionamento da biopolítica e dos mecanismos regulamentadores de poder, surge a dúvida sobre como se exerce o poder de morte. É aí que Foucault (2010) acredita que se insere a questão do *racismo*. Para ele, por mais que o racismo já existisse há muito tempo, é a emergência do biopoder que vai inserir o racismo nos mecanismos do Estado a partir do século XIX. Segundo Foucault (2010), o racismo estabelece um recorte entre o que deve viver e o que deve morrer, e transfere a ideia de “matar o outro para sobreviver” de uma relação guerreira para uma relação compatível com o biopoder: a morte da raça inferior vai tornar a vida em geral mais sadia, purificando-a.

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. [...] A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (Foucault, 2010, p. 215)

Portanto, Foucault (2010) acredita que o racismo é fundamental no exercício do poder em sistemas políticos centrados na biopolítica. O autor faz questão de destacar que a possibilidade de tirar a vida não significa apenas o assassinato direto, mas envolve outras práticas como a exposição à morte, a proliferação dos riscos de morte ou a morte política, o exílio etc. No que talvez seja uma das mais importantes reflexões em sua abordagem sobre o biopoder, Foucault (2010) aponta como houve uma aproximação entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder. Assim, o evolucionismo, num sentido mais amplo, torna-se “[...] uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc.” (Foucault, 2010, p. 216).

O racismo e a política “evolucionista” apresentam-se numa relação causal tanto com os genocídios coloniais quanto com holocausto nazista, que Foucault (2010) considera o exemplo mais radical de exercício do biopoder, do poder disciplinar e do direito sobre a vida. Enfim, o discurso racista está vinculado às tecnologias do poder desde a gênese dos Estados modernos, garantindo a resiliência da função homicida na economia do poder moderno (Foucault, 2010). Como pôde-se evidenciar ao longo dos dois capítulos, a biopolítica e o racismo de Estado são componentes fundamentais na construção e manutenção de discursos e estratégias do neoconservadorismo.

2.4 — NECROPOLÍTICA

Um desenvolvimento e atualização dos estudos sobre biopolítica e biopoder são feitos por Achille Mbembe em *Necropolítica* (2016). Nesse ensaio, o autor demonstra que a crítica moderna atribuiu um lugar central para o conceito de *razão* ao definir as ideias de *política* e *soberania*. Contudo, Mbembe (2016) afirma estar mais interessado em outras categorias de análise, menos abstratas, como a *vida* e a *morte*, numa reflexão que dialoga com as discussões de Foucault (2010) sobre a soberania e a biopolítica. Ao definir a soberania como o poder de decidir *quem pode viver e quem deve morrer*, o autor argumenta que a definição de necropolítica — “[...] as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte [...]” (Mbembe, 2016, p. 146) — é mais apropriada para se discutir as atuais formas de coerção social.

Em suas discussões, Mbembe (2016) relaciona o conceito de biopoder com as noções de estado de exceção e estado de sítio para discutir as formas modernas de exercício de dominação, em que “[...] o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se

refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo.” (Mbembe, 2016, p. 128). Dentro desse contexto, o autor reforça a importância da ideia de *raça* na racionalidade do biopoder, já que esta ficção útil (Mbembe, 2018) se mostrou sempre presente nos discursos e práticas políticas do Ocidente quando se tratou de desumanizar e dominar os povos estrangeiros (Mbembe, 2016).

O autor demonstra como as táticas de extermínio do nazismo remontam às práticas de violência exercidas durante o imperialismo colonial, valendo-se dos desenvolvimentos tecnológicos alcançados entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. “Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido.” (Mbembe, 2016, p. 129). O autor afirma, nesse ponto, que a escravidão foi uma das primeiras formas de experimentação biopolítica, forçando o escravizado a uma perda tripla (do seu lar, do seu status político e dos direitos sobre o próprio corpo) que transformou sua existência em uma espécie de *morte em vida* (Mbembe, 2016).

Mbembe (2016) aponta a importância da dominação do *espaço* para a conquista da soberania e o exercício da violência:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, por tanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto. (Mbembe, 2016, p. 135)

Assim, a demarcação espacial seria ferramenta indispensável para delimitar e isolar aqueles que seriam “descartáveis”, como ocorreu com os distritos no regime de *apartheid* na África do Sul, recorrendo ao uso de um poder à margem da lei (Mbembe, 2016). Por essa perspectiva, “A forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (Mbembe, 2016, p. 136).

É a partir da análise da ocupação desse território pelo Estado de Israel que o autor vai discorrer sobre as principais características do que chama de *necropoder*. A fragmentação territorial divide a área ocupada em uma série complexa de células e fronteiras que impedem a livre movimentação do povo dominado e estabelecem uma segregação à semelhança do *apartheid*. O uso de tecnologia de ponta também é fundamental para o domínio do território,

do subsolo aos céus, com uma rede de túneis, estradas e controle aéreo que permite um deslocamento eficiente das tropas de ocupação e o uso de ferramentas como drones, sensores, entre outros, já que “Matar incorre em mirar com alta precisão” (Mbembe, 2016, p. 137). Por fim, a sabotagem coordenada e constante da infraestrutura urbana e social conclui o processo de destruição de recursos que garantiriam a vida digna da população dominada:

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de várias [sic] poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (Mbembe, 2016, p. 137-138)

A última parte do ensaio é dedicada a analisar o que o autor chama de “máquinas de guerra”, um fenômeno que ganhou força a partir do final do século XX e está relacionado à forma como as “[...] operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem um monopólio de Estados: o ‘exército regular’ já não é o único meio de executar essas funções” (Mbembe, 2016, p. 139). As máquinas de guerra seriam um instrumento típico das guerras na época da globalização, quando o objetivo passa a ser o de submissão completa, mais do que a simples anexação territorial. Como exemplos, Mbembe (2016) menciona as disputas no continente africano em torno de recursos naturais. Nelas, grupos paramilitares passam a reivindicar a posse e o controle de áreas estratégicas, resultando na perda do monopólio da violência por parte dos Estados. Dessa forma, as máquinas de guerra transformam a própria coerção em uma mercadoria:

Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores altamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os provêm com apoio material e financeiro. (Mbembe, 2016, p. 141)

Essa descrição, apesar de ter sido elaborada a partir de um contexto diferente, pode ser pensada para se analisar os discursos e práticas mobilizados pelo neoconservadorismo brasileiro, a exemplo de como se percebem as formas de existência dos povos originários e

quilombolas, ou a maneira como a segurança pública e a noção de “cidadão de bem” são utilizadas para delimitar os territórios — e os corpos — em que a violência é exercida.

No próximo capítulo, faremos a análise do *podcast* Retrato Narrado (2020a) buscando estabelecer as conexões entre os discursos presentes nos episódios e aquilo que foi discutido nos dois primeiros capítulos. As diferentes abordagens acerca da ascensão de movimentos conservadores ao redor do mundo auxiliarão na compreensão dos processos sócio históricos que culminaram no atual momento do neoconservadorismo brasileiro, levando em conta tanto as semelhanças e as articulações internacionais quanto as especificidades do movimento no país. Da mesma forma, as discussões sobre biopoder e necropolítica fornecem elementos para expandir essa análise, destacando como muito do que está na base dos conservadorismos pode ser correlacionado com o imperialismo colonial e com a escravização. Trata-se, portanto, de demonstrar a relevância da noção de raça — e do racismo — para a consolidação e manutenção dos Estados modernos. Assim, a partir dos episódios de Retrato Narrado (2020a), buscaremos esboçar como se constroem os discursos do neoconservadorismo brasileiro.

3 — RETRATO NARRADO: A TRAJETÓRIA E OS DISCURSOS DE UM PRESIDENTE (E DO NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO)

Neste capítulo, analisamos os episódios do *podcast* Retrato Narrado (2020a) a partir dos fundamentos teórico metodológicos discutidos anteriormente. Contudo, antes de partir para a análise propriamente dita, convém caracterizar, ainda que brevemente, o *podcast* enquanto um formato midiático. Mesmo que não seja o foco principal desta pesquisa, essas discussões são importantes para contextualizar o objeto de estudo e podem dar pistas para que se alcancem os objetivos gerais e específicos delimitados inicialmente. As particularidades e as potencialidades do formato foram determinantes para a escolha do objeto de estudo.

3.1 — *PODCASTS*: SURGIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Por ser um formato com apenas duas décadas de existência, ainda há muitas discussões e divergências a respeito de vários aspectos dos *podcasts* (definição, características, classificação, entre outros). Portanto, aqui traremos considerações encontradas em trabalhos mais recentes, oriundas de uma revisão bibliográfica do estado da arte sobre o tema, a fim de oferecer uma melhor compreensão sobre o formato e suas possibilidades.

O termo *podcasting* foi utilizado pela primeira vez pelo jornalista Ben Hammersley, num artigo intitulado *Audible revolution*⁶ para o jornal britânico *The Guardian*, em fevereiro de 2004. Sendo uma junção das palavras *iPod*⁷ e *broadcasting*⁸, o termo passou a ser utilizado para a distribuição de arquivos de áudio pela internet. Pinho, Mesquita e Carreiro (2022, p. 03) afirmam que “[...] podemos considerar o podcast uma mídia digital para registro, difusão e compartilhamento de informação sonora sob demanda, desenvolvida a partir de padrões e formatos diversos e fruto da cultura digital da participação e do compartilhamento”. Já Vicente (2018, p. 12) afirma que “[...] o podcast refere-se a programas isolados e não a uma grade de programação e sua relação com o ouvinte estabelece-se através da periodicidade de produção de novos programas: diária, semanal, quinzenal, mensal”. Assim, destaca-se que o *podcast* é

⁶ HAMMERSLEY, Ben. Audible revolution. *The Guardian*. 12 fev. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁷ Dispositivo portátil para a reprodução de arquivos de áudio e vídeo fabricado pela empresa Apple.

⁸ Radiodifusão. BROADCASTING. In: *Cambridge Dictionary*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/broadcasting>. Acesso em: 11 dez 2023.

um formato que se desenvolve numa lógica de transmissão assíncrona⁹ (diferente do rádio, principal inspiração e comparação) e que envolve maior autonomia do ouvinte, que além de selecionar programas com temáticas que mais lhe agradem (*on demand*), pode escutar os episódios quando quiser, alterando inclusive a velocidade da reprodução do áudio (Viana, 2020a).

Dados da pesquisa TIC Domicílios 2023¹⁰ indicam que, entre 2019 e 2023, saltou de 10% para 29% o número de brasileiros que ouvem algum *podcast* (o maior crescimento na categoria Atividades Culturais Realizadas pela Internet), com destaque para o consumo de produções nacionais, invertendo a lógica vista em filmes e séries. Já números do Spotify¹¹ indicam que “O público ouve podcasts com mais frequência nos dias úteis, com 78% do consumo acontecendo de segunda a sexta, e 22% aos sábados e domingos. O deslocamento diário é o horário nobre para podcasts durante a semana, com seus picos de audiência às 8h e às 17h” (SPOTIFY, 2023). Outras pesquisas destacam como o isolamento social exigido pela pandemia de Covid-19 impulsionou o consumo de *podcasts*, tornando o Brasil o país com o maior crescimento na produção de novos programas em 2020. O maior índice de audiência encontra-se entre 25 e 34 anos (GLOBO, 2021). Os programas são produzidos por atores dos mais diversos, desde organizações privadas, grupos políticos e empresas jornalísticas; grupos ou indivíduos independentes; passando também por organizações não governamentais e universidades (Pinho; Mesquita; Carreiro, 2022).

Tiziano Bonini (2020) distingue duas “eras” para o fenômeno do *podcasting* no mundo: a primeira seria o período entre 2004 e 2011, com o surgimento do formato e a produção de *podcasts* majoritariamente amadores — devido à relativa simplicidade para a produção e compartilhamento — ou vinculados às rádios públicas. Bonini (2020) destaca o papel de produtores formados no rádio público — a exemplo da BBC e da NPR — para a profissionalização e comercialização dos *podcasts*, com uma produção de formatos radiofônicos baseados na contação de histórias (*storytelling*), principalmente aqueles classificadas como de interesse humano.

⁹ Vale apontar que existem debates sobre esse ponto, já que se convencionou definir também como *podcast* a disponibilização posterior — em sites e agregadores de conteúdos — de programas transmitidos ao vivo ou não pensados inicialmente para a internet, como as *lives* em diferentes redes sociais ou programas veiculados primeiramente na televisão e no rádio. Contudo, essa discussão foge aos nossos objetivos.

¹⁰ CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2023**. São Paulo, 16 de novembro de 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

¹¹ Serviço digital que oferece o acesso a músicas, *podcasts* e vídeos. Atualmente, é um dos principais agregadores de *podcasts* no mundo. Ver: O que é Spotify? Disponível em: <https://support.spotify.com/br-pt/article/what-is-spotify/>.

Apesar do crescimento da audiência, Bonini (2020) destaca que o formato ainda encontrava dificuldades para se tornar atrativo para anunciantes. Esse cenário mudou, segundo o autor, a partir de 2012, principalmente nos Estados Unidos, com a popularização dos *smartphones* (A chamada “Segunda Era” do *podcasting*):

Com esse mix de novas tecnologias de distribuição (*podcasting*) e de escuta (*smartphones*) que se uniram a redes sociais baseadas em som (Soundcloud, Mixcloud, Spreaker e Stitcher, pertencente à Deezer) e novas plataformas de financiamento coletivo (Kickstarter, Indie Go Go), as bases para a criação de um mercado independente para o *podcasting* estavam estabelecidas. Dentro desse novo mercado, novos modelos de negócios emergiram, baseados numa mistura de doações, financiamento coletivo, patrocínios e publicidade. (Bonini, 2020, p. 25-26)

Assim, o autor acredita que o *podcast* conseguiu estabelecer um mercado próprio, não mais atrelado ao rádio, podendo ser considerado um meio massivo em si. Essa definição apresenta um contraponto ao que Bonini (2020, p. 18) identificou como tendência nos primeiros estudos desenvolvidos sobre o formato, que destacavam uma “[...] positiva, e possivelmente romantizada, visão do *podcasting* como prática cultural emancipatória”. Souza (2020) também critica as noções generalistas que tendem a enxergar a cultura digital como uma espécie de progresso permanente, como se o acesso e os conhecimentos sobre as tecnologias de comunicação fossem homogêneos. Para a autora, mesmo que os *smartphones* tenham se tornado presentes em todas as faixas sociais e etárias, o fato de estar conectado não garante um cidadão mais consciente ou reduz as desigualdades sociais, já que falta letramento digital para lidar com as transformações proporcionadas pelas avanços tecnológicos.

Souza (2020) discute o que define como cinco etapas da elaboração de um *podcast* (produção, gravação, edição, publicação e distribuição) para destacar que, enquanto mídia, a criação de um *podcast* atualmente exige muito conhecimento e dedicação das pessoas envolvidas, além de recursos financeiros — seja por meio de publicidade paga, seja por campanhas de financiamento coletivo. Além disso, a autora acredita que o fato de muitos *podcasters* buscarem tornar a produção de *podcasts* a sua principal fonte de renda inviabiliza a classificação do formato como uma manifestação de contestação ou de contracultura.

Abordando o desenvolvimento e a popularização dos *podcasts*, Trinca e Figueiredo (2022) apontam que essa rápida ascensão se deu pela utilização de técnicas e modelos já estabelecidos no rádio, destacando a convergência midiática entre esses dois meios. Essa noção de convergência com o rádio vai permear diversas pesquisas e levantamentos de trabalhos que abordam os *podcasts* (Vieira; Cruz, 2020; Viana, 2020a; Trinca; Figueiredo, 2022), com

enfoques tanto na assimilação e potencialização dos recursos presentes nas transmissões radiofônicas quanto na exploração das particularidades dos *podcasts*.

Trinca e Figueiredo (2022) afirmam que as primeiras tentativas de categorização fundamentaram-se nas classificações já existentes para o rádio, levando em conta o conteúdo e o objetivo dos programas em detrimento da estrutura e da organização. Dessa forma, Trinca e Figueiredo (2022) propõem uma classificação baseada nos estudos mais recentes e na escuta de produções em veiculação no Brasil atualmente. Assim, os *podcasts* são divididos entre *Conversados* — quando há a interação entre duas ou mais pessoas — e *Seriados* — quando há uma narração a partir de um roteiro desenvolvido de forma mais cuidadosa. Os *podcasts* Conversados são subdivididos entre *Mesacast* (quando o foco da conversa é um assunto em específico) e *Entrevistas* (quando o destaque se dá para a pessoa entrevistada, por sua profissão, trajetória etc.). Já os *Seriados* são subdivididos entre *Jornalístico* (quando a narração é baseada numa pauta que delimita a condução da história e pode-se recorrer a outras vozes para atestar ou complementar informações) e *Narrativo* (quando a condução da narração é feita por personagens bem desenvolvidos ao longo do programa, tanto com histórias reais quanto fictícias).

Um exemplo da dificuldade em estabelecer consenso nas classificações e do caráter de desenvolvimento e experimentação presente nos *podcasts* é, justamente, o Retrato Narrado (2020a). Ainda que seja facilmente identificado como *podcast* seriado, na classificação de Trinca e Figueiredo (2022), ele apresenta características tanto dos *podcasts* seriados jornalísticos (a pauta é a trajetória de Jair Messias Bolsonaro) quanto dos *podcasts* seriados narrativos (tanto Bolsonaro quanto seus familiares, aliados e desafetos são cuidadosamente elaborados ao longo dos episódios). Essa constatação pode estar ligada ao fato de que o modelo de *podcast* com maior índice de sucesso de audiência e crítica é o que estrutura suas narrativas a partir da reconstrução de investigações policiais e judiciais, como o *Serial*, nos EUA, e *O Caso Evandro*, no Brasil, que popularizaram os termos *storytelling podcasts* e *podcasts* narrativos (Bonini, 2020; Vieira; Cruz, 2020; Rellstab, 2021).

3.2 — PODCASTS NARRATIVOS E A ADAPTABILIDADE DO JORNALISMO

Os *podcasts* passaram a figurar nas redações de grandes empresas jornalísticas brasileiras de forma mais acentuada a partir de 2019, quando a *Folha de S. Paulo* lançou o *Café da Manhã*, no dia 01 de janeiro (Vieira; Cruz, 2020; Rellstab, 2021). No mesmo ano, o *Grupo Globo* — principal empresa de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina — entrou

de vez no mercado de *podcasts* ao lançar nove programas conjuntamente, com temas variados (política, bem-estar, atualidades), fazendo também um serviço utilitário durante a divulgação da iniciativa, com explicações sobre o que é um *podcast* e as formas de ouvi-lo¹². Pinho, Mesquita e Carreiro (2022) acreditam que o investimento no formato pode representar uma alternativa à crise vivida pelo jornalismo nas últimas décadas, principalmente no que se refere à conquista do público jovem.

Como dito anteriormente, *podcasts* que envolvem investigações criminais famosas e/ou controversas alcançaram destaque no Brasil (repetindo uma tendência vista nos EUA) a partir de *O Caso Evandro*, em que o jornalista e professor Ivan Mizanzuk refaz a investigação sobre o desaparecimento do menino Evandro Ramos Caetano, em Guaratuba (PR), no ano de 1992 (Rellstab, 2021). A partir daí, programas que investem mais na escrita de roteiros e em técnicas de gravação e edição — os chamados *podcasts* narrativos — passaram a ter destaque entre as produções mais ouvidas.

Viana (2020b) afirma que os *podcasts* narrativos apostam na imersão do ouvinte para explorar a força da narrativa, proporcionando experiências estéticas e de linguagem tanto pelo conteúdo quanto pela forma. A autora ressalta que a imersão não é uma estratégia recente, nem exclusiva das tecnologias digitais, mas pode ser potencializada por estas. Como exemplo, temos a sonoplastia e a inserção de trilhas sonoras em produções radiofônicas, que podem ser otimizadas a partir do uso de fones de ouvidos e de recursos como o som binaural. Ao analisar dois episódios de *podcasts* narrativos (*Praia dos Ossos* e *Retrato Narrado*), Rellstab (2021) elabora uma descrição do tipo de jornalismo que é feito em tais programas:

[...] narrativas em formato de mosaico, com forte inspiração cinematográfica, trazendo personagens que estiveram em contato direto com a história relatada com [sic] principais fontes e personificando a figura do narrador a partir do momento em que as duas apresentadoras se colocam como parte da narrativa. (Rellstab, 2021, p. 14)

Por fim, cabe ressaltar que as características destacadas por Viana (2020b) e Rellstab (2021) mostram aproximações entre os *podcasts* narrativos e o Jornalismo Literário, uma forma que "[...] agrega técnicas literárias às boas práticas jornalísticas para produzir textos informativos e cativantes" (Martinez, 2016, p. 28). Comumente associado ao *New Journalism* surgido nos EUA nos anos 1960, o Jornalismo Literário propõe um maior envolvimento do jornalista com os fatos e personagens relatados, sem deixar de lado o rigor ético do exercício

¹² G1. Jornalismo da Globo lança novos podcasts. **G1**, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/noticia/2019/08/25/jornalismo-da-globo-lanca-novos-podcasts.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2023.

da profissão, mas apostando numa abordagem multifacetada que dê conta de diferentes aspectos do tema abordado. Edvaldo Pereira Lima (2004) acredita que os perfis são os formatos de texto jornalístico mais apropriado para esse tipo de construção, já que, ao abordar a trajetória, as motivações e a visão de mundo de uma pessoa, pode-se ter uma visão mais humanizada dela, para além do mero papel como fonte de uma apuração.

Apesar de estar mais associado ao jornalismo impresso, o Jornalismo Literário pode ser encontrado em outros meios, reforçando o que Lima (2004) chama de criatividade adaptativa. No caso dos *podcasts*, mesmo que seja um meio sonoro, a construção do roteiro passa pelo texto escrito que será potencializado pelas estratégias e recursos digitais. Alguns estudos já destacam a produção de Jornalismo Literário em *podcasts* e a importância desse formato para a expansão do gênero (Vieira; Cruz, 2020).

3.3 — RETRATO NARRADO

O *podcast* Retrato Narrado (2020a) foi produzido em uma parceria entre a revista *piauí*, a produtora Rádio Novelo e o serviço de *streaming* Spotify, distribuidor exclusivo do programa. A proposta do projeto era construir, em cada temporada, “[...] um perfil de uma personalidade de relevo, buscando explicar suas origens, motivações, sucessos, derrotas e contradições”. A primeira temporada teve como personagem o então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), tratando sua trajetória desde a adolescência até o final do primeiro ano de mandato como chefe do Estado brasileiro. Até o momento de desenvolvimento desta pesquisa, não foi lançada uma segunda temporada.¹³

A *piauí* é uma revista mensal de jornalismo que aposta em textos aprofundados, sendo atualmente a principal representante do Jornalismo Literário no Brasil. Criada em 2006 pelo documentarista João Moreira Salles, a revista hoje é gerida pelo Instituto Artigo 220, uma associação sem fins lucrativos que opera com recursos de um fundo patrimonial¹⁴. A *piauí* pode ser identificada, se não necessariamente com a esquerda, como um dos principais difusores de discursos progressistas na imprensa brasileira.

¹³ Cabe destacar que há outra produção em formato de *podcast* narrativo que tem Jair Bolsonaro como temática. O *podcast* UOL Investiga teve duas temporadas encabeçadas pela jornalista Juliana Dal Piva. A primeira foi intitulada “A vida secreta de Jair” (2021), e a segunda “Polícia Bandida e o Clã Bolsonaro” (2022). Os episódios investigam as ligações de Bolsonaro e seu entorno com casos de corrupção e o envolvimento com grupos de milícias. UOL INVESTIGA. [Locução] Juliana Dal Piva. [S.l.]. Produção: UOL. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/podcast/uol-investiga/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

¹⁴ DONA DO PRÓPRIO NARIZ. **revista piauí**. Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Já a Rádio Novelo é uma produtora de *podcasts* jornalísticos, fundada em 2019, no Rio de Janeiro (RJ), por Branca Vianna, linguista e intérprete simultânea. Em sua apresentação, a produtora afirmam que “Tem como principais valores a preocupação com a inclusão e com a liderança feminina e fundamenta a construção de sua equipe na diversidade racial e de gênero” (Rádio Novelo, 2024, *on-line*). A Rádio Novelo oferece tanto serviços para empresas e organizações — como a própria revista *piauí* e o Spotify, mas também para o *Grupo Globo*, entre outros — quanto lança *podcasts* originais. O primeiro original da produtora foi Praia dos Ossos (2021), que reexamina o feminicídio da socialite Ângela Diniz nos anos 1970 e suas implicações para o movimento feminista no Brasil. Em seguida vieram o *Projeto Querino* (2022), que discute a história do Brasil por uma perspectiva afrocentrada, da proclamação da República aos dias atuais; *Tempo Quente* (2022), que aborda as disputas e os interesses dos principais envolvidos em atividades que geram mudanças climáticas no Brasil; e *Crime e Castigo* (2022), que investiga diferentes perspectivas sobre o conceito de Justiça.

A seguir, na Tabela 1, apresentamos os episódios de Retrato Narrado (2020a).

Tabela 1 – Relação de episódios do *podcast* Retrato Narrado (2020a)

Episódio	Título	Data de publicação	Duração
01	Em busca de Eldorado	30 de setembro de 2020	45min03s
02	Indisciplina Militar	07 de outubro de 2020	41min24s
03	Os anos em Brasília	14 de outubro de 2020	44min50s
04	A construção do mito	21 de outubro de 2020	56min58s
05	O caminho até o Planalto	28 de outubro de 2020	58min35s
06	A família presidencial	04 de novembro de 2020	59min42s
Bônus	Como o olavismo explica o bolsonarismo	18 de novembro de 2020	47min46s

Fonte: Elaboração própria.

Ao longo dos seus episódios, Retrato Narrado (2020a) reconta a trajetória de Jair Bolsonaro, da juventude na cidade de Eldorado Paulista (SP) até o final de seu primeiro ano de mandato como Presidente da República. Quem conduz toda a narrativa é a jornalista e roteirista Carol Pires. Além da locução da apresentadora, há a realização de entrevistas (com pessoas que conviveram com Jair Bolsonaro, pessoas que têm alguma relação com ele ou com algum dos

assuntos discutidos a cada episódio), a inserção de áudios extraídos de falas de Bolsonaro e de outras personagens (recortados de entrevistas à imprensa ou disponíveis em redes sociais) e de trechos de matérias veiculadas em emissoras de rádio e televisão, além da utilização de sonoplastia e de trilha sonora desenvolvida exclusivamente para o *podcast*.

Rellstab (2021) chama a atenção para o fato de que alguns profissionais envolvidos na produção de Retrato Narrado (2020a) têm experiência com produções cinematográficas. Carol Pires, roteirista e apresentadora do programa, escreveu o roteiro do documentário *Democracia em Vertigem* (2019), dirigido por Petra Costa e indicado ao Oscar de Melhor Documentário em 2020. Já a montagem do *podcast* ficou a cargo de Jordana Berg, que exerceu a mesma função nos filmes do cineasta Eduardo Coutinho. Essas informações ajudam a compreender o esmero narrativo em Retrato Narrado (2020a), que aposta no estímulo da sensorialidade para que o ouvinte se sinta imerso durante o processo de escuta (Viana, 2020b; Rellstab, 2021).

Há de se notar também a forma como Carol Pires se posiciona ao longo do programa, deixando transparecer marcas de sua individualidade (não apenas como jornalista, mas também como cidadã brasileira) na condução da narrativa, seja com relatos de sua ida à Eldorado Paulista, seja com comentários a respeito de temas que rondam a figura de Bolsonaro. Tal postura, por mais que não seja a mais percebida nas mídias tradicionais, pode ser compreendida tanto pelo histórico da jornalista na produção de documentários (trabalhos mais autorais e receptivos à subjetividade) quanto pela proximidade dos *podcasts* narrativos com o Jornalismo Literário, que pressupõe a atuação do jornalista não apenas como um mero observador.

Carol Pires: Do ponto de vista humano, queria entender de onde o Bolsonaro veio e qual caminho ele seguiu para se tornar quem ele é hoje. Pra conseguir explicar como, do ponto de vista político, quase 58 milhões de pessoas viram nesse deputado quase folclórico uma solução pro país. E foi assim que eu vim parar em Eldorado. (Retrato Narrado, 2020b, on-line, 6'42''-7'05'')

Os caminhos de Bolsonaro, de Eldorado à Presidência, acabam se confundindo com a história do Brasil nos últimos cinquenta anos. A adolescência e início da vida adulta, período em que entrou para o Exército e desenvolveu aversão a qualquer pessoa ou símbolo ligados à esquerda, passaram-se nos chamados Anos de Chumbo da Ditadura Militar (1964-1985). Sua entrada na política deu-se no período de redemocratização do país, processo no qual os crimes cometidos pelos militares não foram julgados por conta da Lei de Anistia. Os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência (2003-2016) marcaram o ressentimento de Bolsonaro ao ver a esquerda no cargo de maior importância do país. Já a década de 2010 representa a ascensão do uso das redes sociais na política e a mobilização de diferentes atores

neoconservadores em torno de pautas como a “ideologia de gênero” (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Por fim, a eleição de 2018 foi um exemplo de como a extrema direita conseguiu surfar na onda de criminalização e esvaziamento da política (Brown, 2019; Traverso, 2021). Assim, Retrato Narrado (2020a) parte de uma personagem — Jair Bolsonaro — para buscar compreender um panorama maior — o neoconservadorismo brasileiro.

3.4 — ANÁLISE

Os discursos mobilizados pelo *podcast* apresentam duas vertentes. No que diz respeito à construção da narrativa pelo texto do roteiro, a proposta é apresentar a trajetória de Jair Bolsonaro e sua ligação com diversos atores neoconservadores orientando-se pela objetividade jornalística, o que, entretanto, não significa negar a discordância com os discursos e práticas apresentados. Há de se destacar as intervenções críticas feitas pela apresentadora ao longo dos episódios. Nota-se, contudo, uma tendência em relação à seleção de manifestações mais agressivas e passionais, como veremos a seguir, destacando-se as falas do então presidente e de seus aliados em ataques a determinados segmentos da população. Como explicado pela apresentadora, não há falas concedidas diretamente por Bolsonaro ou pela maioria de seus aliados por conta da recusa dos pedidos de entrevista feitos ao longo da produção do *podcast*, o que demonstra a relação do governo com a imprensa ao longo dos quatro anos de mandato, em que se priorizou os veículos e os jornalistas considerados “aliados”.

Por fim, cabe ressaltar que há, evidentemente, um recorte feito pelo *podcast*. Primeiro, porque não se propõe a analisar todo o mandato de Jair Bolsonaro: “Carol Pires: Mas minha pretensão nunca foi a de dar conta de tudo que já aconteceu nesse governo. E sim encontrar as raízes do pensamento do presidente. Achar o fio da meada” (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 16’31’’-16’41’’). Em segundo lugar, é preciso levar em conta que tanto os episódios e falas relacionados a Jair Bolsonaro quanto as fontes escolhidas para serem ouvidas representam uma amostra do todo, sendo selecionadas a partir das decisões da equipe de produção, o que poderia ser analisado a partir da ideia de enquadramento jornalístico¹⁵.

Como visto nas discussões de Foucault (2008) sobre as disputas que envolvem o enunciado e a função enunciativa:

¹⁵ Conceito que discute como o jornalismo opera “recortes” na realidade (selecionando e reestruturando fatos para apresentá-los como notícia) e como este se relaciona com os atores sociais. Ver: CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **CONTEMPORANEA – Revista de Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneacom/article/view/3701>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (Foucault, 2008, p. 118-119)

Portanto, reconhecemos que a análise a seguir não trata do neoconservadorismo brasileiro como um todo, mas sim do que é possível apreender a partir do *podcast* Retrato Narrado (2020a).

3.4.1 — EPISÓDIO 01 – EM BUSCA DE ELDORADO

No primeiro episódio, intitulado *Em busca de Eldorado*, a jornalista e apresentadora Carol Pires viaja até Eldorado Paulista (SP) para conhecer o lugar onde Jair Bolsonaro passou a juventude. Nesse cenário, são narrados alguns episódios que teriam sido marcantes no processo de construção da visão de mundo do ex-presidente, como, por exemplo, a passagem do guerrilheiro Carlos Lamarca pela região e sua fuga das tropas do exército durante a Ditadura Militar (1964-1985), e a presença da família de Rubens Paiva, deputado federal que teve o mandato cassado pelo regime e posteriormente foi assassinado dentro do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Rio de Janeiro (G1, 2014).

Além de retratar a admiração do protagonista pelas Forças Armadas e a consequente aversão por figuras ligadas à esquerda, esse episódio destaca a presença de comunidades quilombolas na região do Vale do Ribeira, a exemplo do Quilombo de Ivaporunduva, o que contribuiu para que Bolsonaro considerasse essas populações — assim como as de povos originários —, cujas terras são protegidas pela Constituição, como um “entrave” para o “desenvolvimento econômico” do Brasil:

Bolsonaro: Eu tô afirmando a ação criminosa desses ongueiros pra chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a **guerra** que nós enfrentamos. [...] Não demarcamos nos últimos 13 meses uma só terra indígena. [...] Nós queremos integrar. Não admitimos aqueles que querem que o índio permaneça como homem pré-histórico, preso em seu território. Eles querem fazer o que **nós** fazemos. O índio é nosso irmão, estamos buscando integrá-los à sociedade. [...] Eu fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve de lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. (Retrato Narrado, 2020b, on-line, 29’29”-30’42”, grifos nossos)

Ao afirmar que os indígenas precisam ser integrados à “nossa” sociedade, Bolsonaro apela para um velho conceito de “civildade” que tem sido secularmente utilizado para justificar a barbárie colonialista (Mbembe, 2018). Ailton Krenak (2019) destaca-se entre as muitas vozes que criticam essa concepção restrita de “humanidade”, fundada numa racionalidade eurocêntrica que universaliza os seus próprios valores e que não dá conta das diferenças culturais, menosprezando os povos que sobreviveram à devastação imperialista.

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. [...] A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. [...] A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. (Krenak, 2019, p. 21-23)

Na fala referida de Bolsonaro, o uso do termo “nós” evoca uma atitude que discrimina deliberadamente as especificidades dos costumes e modos de organização social dos povos originários e dos afrodescendentes. Nessa ocasião, o mandatário retoma, em linguagem grosseira, antigos argumentos de matriz racista e escravocrata para encenar a “defesa” do índio e, ao mobilizar um pressuposto que atribui aos povos originários a permanência em um estado “pré-histórico”, aproveita para atacar frontalmente os afrodescendentes de Eldorado, “denunciando” sua suposta “indolência”.

A referência pejorativa e generalizante às Organizações Não Governamentais — “ongueiros” — reforça uma visão conspiratória, sugerindo que essas organizações, destinadas à proteção do territórios indígenas e à preservação do meio ambiente, desempenhariam um papel diametralmente oposto, facilitando a apropriação, por nações estrangeiras, de recursos naturais pertencentes ao Brasil. O objetivo desse discurso, obviamente, é caracterizar os povos originários e os defensores do meio ambiente como *inimigos* sociais.

Entre as consequências de tais posicionamentos caberia pontuar a ausência de demarcação de terras indígenas durante os quatro anos de mandato¹⁶ e, além disso, considerar a crise humanitária do povo Yanomami¹⁷, que ganhou maior repercussão após o término do

¹⁶ OLIVEIRA, Rafael. ‘Nenhum centímetro de terra indígena’: como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa. **Agência Pública**, São Paulo, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/04/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-como-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

¹⁷ MACHADO, Ana Maria; BEDINELLI, Talita; BRUM, Eliane. ‘Não estamos conseguindo contar os corpos’. **Sumaúma**, Manaus, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-consequindo-contar-os-corpos/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

governo Bolsonaro. Os altos índices de desnutrição e mortalidade, além da invasão das terras por garimpeiros e grileiros, mostram que, como apontam Levitsky e Ziblatt (2018), o aparelhamento e sucateamento de órgãos e instituições — a exemplo do Ministério do Meio Ambiente e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) — enfraqueceu o sistema democrático brasileiro e expôs à morte segmentos específicos da população.

Se, como visto, Foucault (2010) afirmava que o racismo de Estado estabelece um corte entre o que deve viver e o que deve morrer numa sociedade orientada pelo biopoder, esse “morrer”, contudo, não implica somente o extermínio explícito, mas também a exposição a condições que levam à morte; e o isolamento político e social, o que pode provocar o desaparecimento de uma cultura. A sabotagem de serviços de infraestrutura social e urbana dos povos originários e quilombolas, exercida por grileiros e garimpeiros, pode ser pensada também como uma manifestação da necropolítica (Mbembe, 2016) nessas áreas.

As falas enunciadas por Bolsonaro e reproduzidas no episódio, rotulando os moradores dessas comunidades como “preguiçosos” e referindo-se a eles com termos utilizados para a caracterização de animais, reforçam o estigma sobre esse segmento da população. Assim, pode-se perceber que os discursos — e as práticas não discursivas a eles atreladas — mobilizados pela extrema direita brasileira sobre os povos originários e quilombolas são orientadas por convicções racistas.

Ao final do primeiro episódio, a apresentadora Carol Pires busca refletir sobre como as experiências vividas em Eldorado ajudaram a moldar as principais ideias que iriam compor a visão de mundo de Jair Bolsonaro ao longo de sua vida:

Carol Pires: E no fim da minha viagem por Eldorado, eu fiquei pensando que as principais preocupações do Bolsonaro presidente parecem ter origem na formação dele em Eldorado. O espírito garimpeiro, a intolerância com as reservas indígenas, quilombolas, ambientais. E pensando em como a família Paiva ficou no imaginário dele como símbolo de poder e aliança com a esquerda, não pude deixar de pensar que ele estava esmagado entre essa elite da qual ele não fazia parte, e uma classe pobre e minoritária com a qual ele não se identificava. O ódio à esquerda tem uma origem ainda mais clara na passagem do Lamarca. E a obstinação das forças armadas na caça ao guerrilheiro o impressionou a tal ponto que ele se alistou no Exército. [...] No fim, Eldorado Paulista é o mito inicial do pensamento político do Bolsonaro. Eldorado era pra ele o Brasil. E quando se tornasse presidente, Bolsonaro governaria o Brasil como se o país fosse uma grande Eldorado. (Retrato Narrado, 2020b, on-line, 41’13”-43’21”)

Essa caracterização de Bolsonaro remete a uma discussão presente em diversos autores que estudam o recente crescimento de movimentos da extrema direita: a mobilização de parcelas brancas empobrecidas da população contra os supostos privilégios alcançados por

outros grupos historicamente marginalizados, como os povos originários, a população negra, LGBTQIA+, entre outros.

Stanley (2020) chama de *vitimização* a forma como a política fascista explora os sentimentos de ameaça de um grupo dominante ao ver segmentos socialmente minoritários buscando igualdade. Brown (2019) destaca as diferenças nas reações às perdas provocadas pelo neoliberalismo entre as classes trabalhadoras negras e brancas, sendo que a última é quem experiencia um sentimento de “destronamento” que acaba por ser manipulado por representantes da extrema direita. Para Traverso (2021, p. 79-80), “A esquerda marxista sempre teve dificuldade em ligar classe, gênero, raça e religião. Desde o século XIX, ela pensou essas dimensões de forma hierárquica: privilegiou o conflito de classes, articulando gênero, raça e religião de forma subordinada”.

Achille Mbembe (2018) também se opõe à ideia de que o racismo seria algo “menor” e subordinado à luta de classes. O autor discute como os “brancos pobres” (*petit blanc*, no texto original) encontram no racismo uma forma de se diferenciarem daqueles que consideram como um “perigo”:

É verdade que raça e racismo estão ligados a antagonismos que se ancoram na estrutura econômica das sociedades. Mas não é certo que a transformação dessa estrutura conduz inevitavelmente ao desaparecimento do racismo. Ao longo de grande parte da história moderna, raça e classe mantiveram laços de coconstituição. O sistema de *plantation* e a colônia foram, em relação a isso, fábricas por excelência da raça e do racismo. Em especial para o branco pobre, era alimentando e cultivando as diferenças que o separavam do negro que ele obtinha a sensação de ser humano. O sujeito racista reconhece em si mesmo a humanidade não naquilo que o torna igual aos outros, mas naquilo que o distingue deles. A lógica da raça no mundo moderno atravessa a estrutura social e econômica, interfere com movimentos da mesma ordem e se metamorfoseia incessantemente. (Mbembe, 2018, p. 76)

Assim, fica mais evidente a forma como o racismo é mobilizado dentro dos movimentos neoconservadores em diferentes frentes, seja na oposição às formas de vida e organização dos povos originários e quilombolas, seja nas definições de “cidadão de bem” e “bandidos”, como veremos mais à frente. O objetivo final parece ser sempre o de definir quem são “nós” e “eles” (Stanley, 2020), delimitando aqueles que devem ser eliminados para que a sociedade seja defendida e purificada (Foucault, 2010).

3.4.2 — EPISÓDIO 02 – INDISCIPLINA MILITAR

O segundo episódio, *Indisciplina Militar*, reconta a trajetória de Jair Bolsonaro dentro das Forças Armadas. Logo nos primeiros minutos, destaca-se o contexto político e social de

1973, ano em que Bolsonaro entrou no Exército: o início do segundo mandato de Richard Nixon na presidência dos Estados Unidos e o Golpe Militar contra Salvador Allende, no Chile, reforçavam o contexto da Guerra Fria e das ditaduras militares na América Latina. No ano seguinte, Bolsonaro seguiu para a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), uma instituição de ensino superior do Exército brasileiro, localizada na cidade de Resende (RJ), que forma os oficiais combatentes de carreira.

Carol Pires (Retrato Narrado, 2020c) conversa com pessoas que conviveram com Bolsonaro no período da Aman, além de entrevistar pesquisadores que estudam as Forças Armadas, para entender como a identidade militar foi importante para forjar a própria identidade do ex-presidente, baseada nas ideias de hierarquia e disciplina. A geração de Bolsonaro na Aman teve aulas com instrutores que combateram a Guerrilha do Araguaia, um grupo armado ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que buscava uma revolução socialista entre as décadas de 1960 e 1970. Para a apresentadora, esse contato parece ser chave para entender as origens do pensamento de Bolsonaro:

Carol Pires: Porque significa que os cadetes da Aman foram treinados por quem tinha vivido na pele um combate em solo. E não foi contra outro país. Foi contra outros brasileiros. Mesmo hoje, cinquenta anos depois, o Bolsonaro parece convicto de que o Brasil ainda luta contra inimigos internos. Como quando ele chama jornalistas, críticos ou qualquer um que tenha uma opinião contrária à dele de gente que torce contra o país. [...] Ou quando ele diz que seus adversários políticos precisam ser exterminados, fuzilados. (Retrato Narrado, 2020c, on-line, 13'05"- 13'42")

Como visto no capítulo 1, a noção de um “inimigo interno” é uma das principais estratégias utilizadas por atores neoconservadores quando querem mobilizar seus apoiadores contra um determinado grupo. Assim como a “ideologia de gênero” pode ser empregada por diferentes agentes, em diferentes circunstâncias — como veremos adiante —, o “inimigo interno” também tem uma definição bastante incerta, maleável, o que a torna tão útil para os movimentos de extrema direita. Dessa forma, o rótulo serve tanto para quem se opõe à exploração predatória das reservas dos povos originários e quilombolas, como visto anteriormente; quanto para a imprensa crítica, a oposição, as universidades ou qualquer pessoa ou grupo que manifeste discordância com as ideias e práticas defendidas pelo neoconservadorismo (Stanley, 2020; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Traverso, 2021).

O segundo episódio também ressalta que foi na Aman que Bolsonaro teve contato com militares que teriam papel chave ao longo de seu governo, como o vice-presidente Hamilton Mourão e Augusto Heleno, que, como general da reserva, ocupou o posto de chefe do Gabinete de Segurança Institucional. O número de militares ocupando cargos no Executivo Federal

chegou a ser de mais de 3 mil durante o mandato de Bolsonaro (Mali, 2023), incluindo 79 contemporâneos da Aman (Oliveira, 2023).

Na sequência, os acontecimentos que dão origem ao título do episódio: os atos de indisciplina de Jair Bolsonaro enquanto um militar da ativa. A primeira infração foi a publicação de um artigo intitulado “O salário está baixo”, na revista *Veja*, em setembro de 1986. Bolsonaro foi punido com 15 dias de prisão por se manifestar politicamente, algo vedado aos militares. O segundo episódio, mais conhecido, diz respeito ao plano de colocar bombas na adutora do Rio Guandu, reivindicando melhores salários. Como narrado no episódio, o plano também foi publicado na revista *Veja*, em outubro de 1987 (Veja, 2018). Inicialmente, Bolsonaro e um colega negaram a autoria do plano, mas a revista *Veja*, logo em seguida, publicou um esboço do projeto feito a mão por Bolsonaro, o que ocasionou sua expulsão do Exército. Contudo, o então capitão recorreu ao Superior Tribunal Militar (Retrato Narrado, 2020c).

O episódio contém trechos das gravações do julgamento de seis horas. Carol Pires destaca como o processo foi condescendente com Jair Bolsonaro e implacável com a imprensa: “Um dos ministros, o general Alzir Benjamin, disse que ‘repórter não é flor que se cheire’. [...] E o general Haroldo Erichsen chamou o chefe da sucursal da *Veja* no Rio, Alessandro Porro, de ‘o tal homem com nome meio pornográfico’” (Retrato Narrado, 2020c, on-line, 37’04”-37’20”). Ao fim do julgamento, Bolsonaro foi absolvido, mas ficou implícito que deveria se afastar do Exército, o que abriu caminho para sua entrada na política (Retrato Narrado, 2020c).

Indisciplina Militar discute o que talvez seja a principal particularidade do neoconservadorismo brasileiro: o papel das Forças Armadas e do imaginário militar — por mais que esteja evidentemente ligado à ideia de passado mítico e de reinterpretação de episódios históricos da nação (Stanley, 2020). Como discorrem Salgado e Segurado (2021), na década de 2010 houve o fortalecimento de uma narrativa de exaltação do período da Ditadura Militar, alegando um suposto desenvolvimento econômico, um suposto combate à corrupção no sistema político e uma suposta proteção da “sociedade brasileira” em luta contra a “ameaça do comunismo”. A explosão da desigualdade social, o aumento da dívida externa, o mau uso de recursos públicos, e a violação de direitos civis e políticos são, contudo, ordinariamente negados ou distorcidos (Salgado; Segurado, 2021).

Os autores discutem como a ideia de uma “Tutela Militar” sobre os rumos do país se faz presente desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), passando pela Proclamação da República (1889), pela Revolução de 1930, pela própria Ditadura (1964-1985), e se mantendo, inclusive, na transição democrática na década de 1980. Esse “controle pelo alto”, exercido pelos militares,

é apontado por diversos autores como umas das causas da má formação do projeto democrático na Nova República (Neto, 2020; Salgado; Segurado, 2021).

Schurster e Silva (2021) usam os termos “transição falhada” e “democracia inacabada” para discutir as implicações desse processo no atual momento de fortalecimento da extrema direita e de “saudosismo” em relação à vigência do Regime Militar. Para os autores, a ausência de reformas reais em instituições como a polícia e a Justiça impediu a plena efetivação dos Direitos Civis, previstos pela Constituição de 1988, para grupos como os pobres, os negros, as mulheres — o que evidencia as diferentes formas de manifestação do racismo de Estado na delimitação de que segmentos da sociedade devem ser expostos aos riscos de morte (Foucault, 2010). Além disso, a inserção do Artigo 142¹⁸, nessa mesma Constituição, abriu brechas para que as Forças Armadas se considerassem uma espécie de “poder moderador” que poderia intervir na política do Brasil, o que aumentou o apelo a uma intervenção militar por parte de atores neconservadores¹⁹.

Outra crítica presente em diversos estudos diz respeito à falta de responsabilização civil pelos crimes e violações cometidos por agentes do Estado durante o período da Ditadura (Neto, 2020; Salgado; Segurado, 2021; Schurster; Silva, 2021). Como narrado no segundo episódio de Retrato Narrado (2020c), os casos de indisciplina cometidos por Jair Bolsonaro e outros militares no final da década de 1980 não foram punidos de forma devida por receio de que houvesse uma reação negativa das Forças Armadas logo nos primeiros anos de redemocratização. Além disso, o contexto de fragilidade econômica e social do governo de José Sarney (1985-1990) reforçou o papel dos militares como “tutores” do novo Regime “democrático”.

[...] a transição negociada e a falta de uma responsabilização civil sobre os atos dos militares na ditadura, associada a um pacto de silêncio por parte do Congresso Nacional, da sociedade e da mídia em relação às Forças Armadas, favoreceu a manutenção do prestígio da corporação junto à opinião pública. Ao mesmo tempo, deu campo para que florescesse a reinterpretação sobre os efeitos deletérios da ditadura e a manutenção dos mitos de eficiência e seriedade no trato com a coisa pública. (Salgado; Segurado, 2021, p. 318)

¹⁸ “Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Ver BRASIL. [Constituição (1988)].

¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

Há de se notar também a contradição na apropriação do imaginário das Forças Armadas — de ordem, hierarquia e integridade — por Jair Bolsonaro, já que uma análise mais apurada de sua trajetória no Exército revela uma carreira marcada por atos de indisciplina e insubordinação (Retrato Narrado, 2020c). Além disso, sua carreira na política, com acusações de esquemas de “rachadinhas” e de envolvimento com milícias, também deveria enfraquecer a tentativa de Bolsonaro de se ligar à simbologia construída para as Forças Armadas na última década (Salgado; Segurado, 2021). Entretanto, como destaca Brown (2019), para a extrema direita vale mais gritar sobre princípios e virtudes do que agir de acordo com eles.

A importância do Exército para a construção da visão de mundo de Bolsonaro é assim resumida ao fim do episódio:

Carol Pires: Quem entrou no Exército com ele, nos anos 70, ficou conhecido como “geração Vietnã”, treinados com ideias da Guerra Fria. E o Bolsonaro saiu do Exército quando o Brasil começava a se redemocratizar com eleições gerais, com presidentes civis. Era o ano da nova Constituição. Quem seguiu no Exército, esteve sob o comando do primeiro presidente eleito pelo voto, o Fernando Collor. E passou pelo impeachment desse presidente. Um sociólogo social-democrata, um sindicalista, e até uma ex-guerrilheira foram comandantes-em-chefe do Exército. Muitos militares foram mandados em missões de paz, tiveram experiências internacionais. Já o Bolsonaro ficou com a formação parada naquele outro Brasil. (Retrato Narrado, 2020c, on-line, 38’26”- 39’14”)

Como afirmado anteriormente, a nostalgia em relação a um imaginário militar pode ser concebida como uma especificidade do neoconservadorismo brasileiro. O passado mítico e o revisionismo histórico são estratégias largamente utilizadas por conservadores ao redor do mundo (Stanley, 2020). A forma como diferentes setores da sociedade brasileira — classe política, sociedade civil, imprensa — trataram o período de exceção que aprofundou desigualdades sociais e legitimou o uso da violência física e política contra certos segmentos da população (Salgado; Segurado, 2021) parece estar intimamente atrelada à atual ascensão do neoconservadorismo no país.

3.4.3 — EPISÓDIO 03 – OS ANOS EM BRASÍLIA

O terceiro episódio — *Os anos em Brasília* — aborda as duas primeiras décadas de Jair Bolsonaro na política. Eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1988, Bolsonaro não chegou a terminar o mandato: foi eleito deputado federal em 1990 e mudou-se para Brasília em 1991. Carol Pires (Retrato Narrado, 2020d) afirma que a atuação parlamentar de Bolsonaro, no primeiro mandato, assemelhou-se a uma espécie de sindicalismo militar. Já a partir do segundo

mandato, o então deputado engrossou o discurso, passando a defender abertamente o período da Ditadura e chamando a atenção fora dos círculos militares.

Bolsonaro: Através do voto você não vai mudar nada nesse país, tá? Nada! Absolutamente nada! Você só vai mudar, infelizmente, no dia em que nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. [...] E fazendo um trabalho que o regime militar não fez! Matando uns trinta mil! Começando com FHC! Eu não ia deixar pra fora não! Matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem. (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 23'44"- 24'12'')

A fala acima foi retirada da participação de Bolsonaro em um programa de televisão no ano de 1999. Ao destacar outras manifestações que defendiam abertamente a violência contra algum grupo ou indivíduo — inclusive contra o então Presidente da República —, a apresentadora diz o seguinte: “Ou seja: era o Bolsonaro de hoje desde sempre” (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 25'28"- 25'32''). A redução da política à violência não é algo novo. No curso de 1976, como já discutimos, Foucault (2010, p. 16) refletia sobre uma hipótese que provocaria uma transformação profunda em sua análise das relações de poder: a política como guerra continuada. “[...] no interior dessa ‘paz civil’, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força [...], tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra”.

O mesmo episódio relembra também o embate entre Bolsonaro e a deputada Maria do Rosário, em 2003, quando os dois davam entrevistas para uma emissora de televisão acerca das discussões sobre redução da maioria penal. Após iniciarem uma discussão nos bastidores da gravação, Bolsonaro respondeu à colega parlamentar com uma frase que se tornaria uma de suas falas mais lembradas: “Bolsonaro: Jamais ia estuprar você porque você não merece” (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 27'51"-27'53"). A frase seria repetida em 2014, na tribuna da Câmara dos Deputados, o que fez Maria do Rosário denunciar o então deputado por injúria e incitação ao estupro, numa ação arquivada pela Justiça do Distrito Federal em 2023 (Falcão, 2023).

Comentando o acontecimento, Carol Pires diz que: “Mas depois de tantos anos chocando parte da opinião pública, ele seguia sendo reeleito. Por vezes, com mais votos que na eleição anterior. Seu discurso tinha eco entre parte da população” (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 28'30"- 28'43''). Aqui, a apresentadora faz um comentário que dialoga com o entendimento de diferentes pesquisadores: tendências conservadoras (e até mesmo antidemocráticas) nunca deixaram de se fazer presentes na sociedade brasileira, mesmo após a redemocratização (Neto, 2020; Schurster; Silva, 2021; Feltran, 2021).

O tema da maioria penal reduzida configura-se como uma entre outras bandeiras belicosas do neoconservadorismo brasileiro como, por exemplo, a defesa da ampliação da posse e do porte de armas ou a exaltação de operações policiais violentas em zonas periféricas. Esses temas podem ser resumidos sob o conceito de “cidadão de bem”, que Costa (2021, p. 01) define como uma “[...] estratégia discursiva ideológica [...] que expressa uma patologia social da cidadania brasileira”. O autor ressalta a contradição inerente ao termo, já que o complemento, “de bem”, representa uma negação do princípio de universalidade da cidadania.

Assim como a “ideologia de gênero” e o “inimigo interno”, a tática de recorrer ao tema do “cidadão de bem” mostra-se proveitosa para a extrema direita justamente por sua volatilidade, encaixando-se em diferentes contextos. Essa estratégia também se vale do sentimento de frustração de diferentes segmentos da população em relação a uma cidadania plena prometida pela redemocratização, mas nunca alcançada.

A fratura social constitutiva das intensas desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil não chega a ser cognitivamente articulada em um debate público amplo e racional pela via do déficit de cidadanização. Assim, a figura do “cidadão de bem”, enquanto estratégia discursiva ideológica, contribui decisivamente para a manutenção do *status quo* na medida em que sua afirmação ordinária oculta relações de dominação bastante concretas, históricas e estruturais. (Costa, 2021, p.05)

O “cidadão de bem” representa o “Nós”, aquele deveria ser dotado de direitos e privilégios para se defender dos “bandidos” — “eles” (Stanley, 2020). Essa figura, afetada por distorções patológicas nas relações de poder (Costa, 2021), ajudou a dar fôlego para uma bancada muito bem representada no Congresso Nacional, conhecida como “Bancada da Bala”, que teve Jair Bolsonaro como um dos maiores expoentes (Benetti, 2022).

Em sua análise dos argumentos contrários ao Estatuto do Desarmamento de 2003, Benetti (2022) destaca o papel do Estado brasileiro nas mortes violentas intencionais, que atribuem ao Brasil uma das maiores taxas de homicídios no mundo. As principais vítimas são homens, jovens e negros. Dentro desse contexto, o autor busca compreender como funciona a circulação de discursos sobre endurecimento penal, sobre a resolução violenta de conflitos e sobre uma visão contraditoriamente hierarquizada da cidadania nos discursos da Bancada da Bala.

Benetti (2022) afirma que se pode apreender, da análise dos discursos dos parlamentares contrários ao controle de armas, que o principal argumento mobilizado é o de que o país se encontra em um “estado de guerra” e, portanto, o “cidadão de bem” permanece sob constante ameaça: “A lógica da guerra pode abrir espaço para a defesa da exceção como instrumento

legítimo de proteção mobilizado pelos agentes do Estado contra os sujeitos considerados ameaçadores” (Benetti, 2022, p. 873-874).

Aqui é válido um retorno às discussões de Foucault (2010) presentes na obra *Em Defesa da Sociedade*, pois os discursos e estratégias que o neoconservadorismo brasileiro mobiliza ao redor da ideia de “cidadão de bem” são pertinentes para se compreender o que envolve a formulação do biopoder. Ao investigar a guerra como princípio de análise das relações de poder, o autor afirma que: “O poder político, nessa hipótese, teria como função reinsserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até nos corpos de uns e outros” (Foucault, 2010, p. 15-16). Dessa forma, a guerra seria o fundamento da sociedade civil, que mesmo em tempos de “paz” estaria continuamente atravessada por relações de poder descentralizadas e descontínuas.

A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nos num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém. (Foucault, 2010, p. 43)

O autor relaciona aos séculos XVI e XVII um discurso histórico-político que passa a ser proferido por aqueles que têm um “lado” nessa batalha permanente e, portanto, não se trata de um discurso de neutralidade ou totalidade, mas sim um discurso de perspectiva, que expõe os vínculos entre as relações de força e as relações de verdade (Foucault, 2010). É a partir daí que surgirão discursos e narrativas baseados numa mitologia de ancestrais longínquos, batalhas perdidas e direitos usurpados que serão resgatados por um grande líder; a base da estratégia de passado mítico exposta por Stanley (2020).

Já no século XIX, Foucault (2010) aponta o desenvolvimento de um racismo biológico e social que vai definir a guerra constante em que a sociedade se encontra como uma “guerra das raças”. Contudo, a “outra” raça, que deveria ser eliminada, não viria do exterior; estaria inserida no próprio corpo social. Portanto, “defender a sociedade” significa combater os perigos biológicos que essa “sub-raça” representa para a “super-raça” (Foucault, 2010).

Deste modo, pode-se perceber que narrativa sobre a constante ameaça a que o “cidadão de bem” brasileiro estaria submetido, um estado de guerra permanente contra todos aqueles considerados “bandidos”, apresenta evidentes correspondências com o discurso histórico-

político de “guerra das raças” que Foucault (2010) recupera ao assinalar o que estaria na origem da biopolítica e do racismo de Estado.

Como visto no capítulo 2, o biopoder se desenvolve a partir do século XVIII, quando a população passa a ser vista simultaneamente como um problema político e científico, e os fenômenos que passam a ser reconhecidos como alvo do poder ocorrem numa escala demográfica, no nível de massas (Foucault, 2010). Assim, temas como os índices de natalidade, de mortalidade, a seguridade social, entre outros, começam a ser considerados a partir de suas relações com os custos econômicos. Maximizar as forças para melhor extraí-las. *Fazer viver* (Foucault, 2010).

Contudo, como também foi discutido anteriormente, o biopoder não só faz viver, mas *deixa morrer*. E, de acordo com Foucault (2010), a maneira como um Estado pautado pela bioplítica — preocupada em potencializar a vida — justifica a morte depende do racismo, que se insere nos mecanismos de Estado e estabelece um corte entre aqueles que devem viver e os que devem morrer: a “raça superior” e a “raça inferior”. O autor destaca a importância do racismo de Estado para os processos de colonização:

O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (Foucault, 2010, p. 216)

Portanto, Foucault (2010) acredita que não há Estado moderno cujo funcionamento não passe pelo racismo. Mbembe (2018) também destaca os papéis que a raça e o racismo tiveram na consolidação dos Estados modernos e do próprio capitalismo, pois foi o discurso de matriz racial que ajudou a criar no imaginário do colonizador a ideia do *negro*, que, com os processos de escravização, tornou-se um instrumento eficiente para viabilizar a acumulação de capital ao longo dos séculos.

Toda essa digressão faz-se necessária para tornar mais evidente a forma como os processos de construção e consolidação do biopoder encontram-se enraizados em diferentes facetas da noção de “cidadão de bem”, o que talvez indique por que tal conceito é tão caro ao neoconservadorismo brasileiro. O “inimigo interno” está principalmente nas periferias urbanas, visto como uma constante ameaça à vida, à propriedade, à “pureza biológica”.

Um dos exemplos mais explícitos dessa articulação “biopoder-racismo de Estado-cidadão de bem” evidencia-se no que se definiu como “Guerra às Drogas”, uma política surgida nos Estados Unidos no governo de Richard Nixon, nos anos 1970, como principal estratégia de

combate à violência e à criminalidade. Stanley (2020) destaca o caráter abertamente racista dessa estratégia, já que documentos com informações e declarações de membros do governo à época revelaram que a intenção dessa abordagem era endurecer as medidas punitivas, especialmente em zonas urbanas com maioria da população negra, o que desencadeou o chamado encarceramento em massa.

No Brasil, a Guerra às Drogas também se tornou uma das principais bandeiras para a segurança pública ao longo das últimas décadas. O discurso que associa o narcotráfico como principal causa dos altos índices de violência no país deu força à narrativa de “ameaça permanente” à qual o “cidadão de bem” estaria submetido (Feltran, 2021). Assim, faria sentido tanto um retorno dos regimes militares, concebidos como uma força supostamente familiarizada com o combate às ameaças internas (Salgado; Segurado, 2021), quanto a ampliação do acesso a armas aos “cidadãos de bem”, especialmente ao homem, para proteger a honra e a dignidade da família e da propriedade (Benetti, 2022).

No entanto, um outro olhar sobre o combate ao tráfico de drogas — e a preocupação com a segurança pública como um todo — deixa ainda mais clara a forma como o biopoder, pautado pelo racismo de Estado, embrenha-se nas políticas públicas atuais. Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado *Custo de bem-estar social dos homicídios relacionados ao proibicionismo das drogas no Brasil* (Cerqueira, 2023), revela que o proibicionismo de determinadas drogas e a consequente repressão policial que nele se origina reduz a expectativa de vida dos brasileiros, em média, em 4,2 meses, além de um custo aproximado de R\$ 50 bilhões anuais, o que representa 0,77% do PIB do Brasil.

Outro estudo, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), demonstra que as operações policiais destinadas ao combate ao tráfico de drogas impacta a oferta de serviços de saúde e o estado de saúde física e mental dos moradores das áreas afetadas por tais operações (Lemgruber, 2023). Como apontado no documento, doenças físicas e mentais são desenvolvidas pelas populações desses territórios (como hipertensão arterial, depressão, insônia), que também se veem impedidas de realizar atividades rotineiras que afetam sua qualidade de vida, como trabalhar ou estudar. Nesse contexto, há uma clara delimitação de quem é afetado por essas políticas: “[...] a guerra às drogas impacta negativamente a saúde de uma parcela da população — negra e periférica — sistematicamente violentada pelo Estado. A face bélica do proibicionismo [...] fere o direito fundamental ao acesso universal e igualitário à saúde pública garantido pela Constituição Federal” (Lemgruber, 2023, p. 66).

O projeto O Panóptico - Monitor de Novas Tecnologias na Segurança Pública do Brasil, vinculado ao CESeC, analisou a implementação de tecnologias de reconhecimento facial e

videomonitoramento nos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Bahia (Nunes, 2022, 2023a, 2023b). Alardeada por políticos de diferentes espectros da política nacional como o carro-chefe no combate à violência, a tecnologia de reconhecimento facial tem sido implantada de forma desregulada, com pouca transparência e sem a devida preocupação com a proteção dos dados dos cidadãos (Nunes, 2023a). No caso baiano, estado com destacada população negra, a primeira versão de um documento para a expansão dessa tecnologia apresentava diretrizes enviesadas e racistas, destacando o “estilo do cabelo” como indício de suspeita:

Esses elementos nos levam a crer que o *software* adquirido pelo governo da Bahia para a utilização no projeto de expansão consegue, além de reconhecer faces, identificar elementos do corpo humano, das roupas e de acessórios utilizados pelas pessoas. Esse tipo de algoritmo potencializa e aprofunda o que no imaginário dos agentes de segurança pública é representado pelo “elemento suspeito, cor padrão” (RAMOS et al., 2022), uma vez que permite inserir no sistema características dos suspeitos de sempre: jovens, homens, negros, com cabelos afro, certo tipo de vestimenta, etc. Ao sugerir a identificação de “estilos de cabelo” dos suspeitos, o termo revela o racismo como requisito operacional da tecnologia. (Nunes, 2023b, p. 22, grifos do original)

O estudo afirma que o documento foi retificado para remover essa especificação, mas destaca que o desenvolvimento de algoritmos que analisam características como o formato da cabeça, o estilo do cabelo e a cor da pele revelam uma tendência de retomada das pseudociências do século XIX que “[...] contribuíram com um discurso que produziu hierarquias e diferenças entre raças, desumanizando povos não brancos”. (Nunes, 2023b, p. 23). Temos, então, uma espécie de retomada do uso da teoria biológica do século XIX para delimitar os “suspeitos”, possivelmente “bandidos” e, conseqüentemente, integrantes da “sub raça”, reforçando o que Foucault (2010, p. 217) definiu como a função do racismo na definição da criminalidade: “Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo, foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento”. De acordo com Nunes (2023a), o acompanhamento feito desde 2018 revela que 90% das pessoas presas com o uso dessas tecnologias são negras.

Como mostram as discussões feitas por *O Panóptico* (Nunes, 2022, 2023a, 2023b), as tecnologias de reconhecimento facial e videomonitoramento não trouxeram reduções significativas nos índices de criminalidade dos estados que as implementaram. Além disso, chama a atenção como o investimento na infraestrutura que permite o funcionamento dessas tecnologias contrasta com a falta de infraestrutura social e urbana básica em diversos dos municípios contemplados, como a escassez de saneamento, de unidades de saúde e de acesso à internet para estudantes da rede pública (Nunes, 2023a). Da mesma forma, questões como a

alta violência policial²⁰ não apresentam respostas concretas por parte dos governos estaduais, responsáveis pelas Polícias Militares.

Programas e instituições voltados para a população a um nível de massa, que contribuiriam para o prolongamento da vida e das forças úteis (Foucault, 2010), são sistematicamente boicotados quando se trata de contingentes populacionais identificados como um “perigo” para a sociedade, com os indivíduos tendo seus corpos e dados escaneados, codificados e arquivados. A biopolítica da população humana atua em conjunto com a anatomopolítica do corpo humano (Foucault, 2010).

Dessa forma, pode-se inferir que a sensação de insegurança é manipulada com fins eleitorais (Nunes, 2023a) — como mostra a proliferação de candidatos a cargos públicos com ligações com as polícias e forças de segurança²¹ —, já que mantém o discurso de ameaça iminente e, combinada com conceitos como “cidadão de bem”, dão um sentido para medos irracionais (Stanley, 2020).

Por fim, a ideia de expandir o acesso às armas não passa apenas pela legitimação da violência por parte de agentes do Estado, mas também pelas próprias mãos dos “cidadãos de bem”. É a lógica da guerra usada para relativizar o monopólio estatal sobre a violência: “O direito de cada indivíduo à autoproteção decorre tanto da impossibilidade teórica e prática de que o Estado o proteja em todos os momentos de sua vida como da constatação de uma falência institucional no caso particular brasileiro” (Benetti, 2020, p. 869).

Quando discute a aplicação do biopoder, Foucault (2010) afirma que o Estado nazista talvez tenha sido o que levou ao limite as aplicações da disciplina e da regulamentação. Assim, o autor o define como, em última instância, um Estado suicida, pois disseminou o poder assassino por todo o corpo social, numa esperança de que a exposição máxima de toda a população à guerra a iria regenerar por completo, garantido seu status de “raça superior”. Logo, a ideia do “cidadão de bem” quebrando o monopólio estatal da violência e usando armas para se “defender” pode, de alguma forma, remeter a essa ideia de suicidas. Como Brown (2019) destacou, faz parte da construção neoconservadora o entendimento de que, se os homens brancos não forem os donos da democracia e do mundo, estes não serão de mais ninguém. No

²⁰ CÍCERO, José. Polícias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco cometeram 331 chacinas em sete anos. **Agência Pública**, 28 set. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/09/policias-do-rio-de-janeiro-bahia-e-pernambuco-cometeram-331-chacinas-em-sete-anos/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

²¹ VASCONCELLOS, Fábio. Número de candidatos policiais e das forças de segurança cresce 27% em 2022. **G1**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2024.

caso brasileiro, as estatísticas relacionadas à ampliação do acesso às armas para a população²² dão indícios de que a noção de “tudo ou nada” também está no horizonte de atores neoconservadores.

A última parte de *Os anos em Brasília* enfatiza como a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República afetou Bolsonaro. O escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão” serviu para correlacionar a esquerda com os guerrilheiros que haviam passado por Eldorado em sua juventude:

Bolsonaro: E esta cambada toda que voltou para o País está agora governando aqui ao lado. O que está acontecendo com o País? Está paralisado, simplesmente afundando. Mentiras em cima de mentiras para chegarem ao poder. Não tem mais discurso. Acabou o discurso da esquerda. Eles só falam em ditadura militar! (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 30’32”- 30’55”)

Outro tema polêmico, naquele período, foram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Como narrado no episódio, figuras importantes do PT passaram a defender punições aos militares que cometeram crimes durante a Ditadura, o que ia de encontro com a *Lei de Anistia* de 1979. Pela atuação em defesa dos militares durante a CNV, Bolsonaro passou a ser bem visto pelas altas patentes e pelos chefes militares (Retrato Narrado, 2020d). A Comissão também marcou um ponto de inflexão nas tentativas de reinterpretação do regime militar, com a circulação da ideia de que estaria acontecendo um “revanchismo” por parte dos representantes da “ameaça comunista” que havia sido derrotada pelas Forças Armadas (Salgado; Segurado, 2021; Schurster; Silva, 2021).

Em uma de suas intervenções críticas, a apresentadora Carol Pires afirma que a oposição de Bolsonaro à presidente Dilma Rousseff (2011-2016) parecia algo pessoal, além da política: “Lá atrás, podia ter deixado escapar o guerrilheiro Lamarca. Agora, ele teria uma nova chance com a esquerda no poder” (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 42’30”- 42’37”). Aqui podemos resgatar as considerações de Brown (2019) sobre como o conceito de vingança atua na política neoconservadora: uma vingança sem fim, com fim em si mesma. O episódio encerra-se,

²² STABILE, Arthur. Número de brasileiros com autorização para ter arma aumenta 7 vezes durante mandato de Bolsonaro. **G1**, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/22/numero-de-brasileiros-com-autorizacao-para-ter-arma-aumenta-7-vezes-durante-mandato-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2024.

²³ MELO, Isabella. Crimes cometidos por CACs crescem mais de 1000% em 5 anos no DF. **G1**, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/12/crimes-cometidos-por-cacs-crescem-mais-de-1000percent-em-5-anos-no-df.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

emblematicamente, com o voto do deputado Jair Bolsonaro a favor do impeachment de Dilma em 17 de abril de 2016, uma espécie de síntese de sua agenda política:

Bolsonaro: Perderam em 64, perderam agora em 2016. [...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade. [...] Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. [...] Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos! O meu voto é sim! (Retrato Narrado, 2020d, on-line, 42'38"- 43'01'')

Num panorama geral, este terceiro episódio demonstra o que Neto (2020) identificou como a dificuldade de articulação da extrema direita brasileira na política partidária a partir da redemocratização. O Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) foi a sigla que alcançou maior relevância, com o médico Enéas Carneiro alcançando o 3º lugar nas eleições presidenciais de 1994 (Neto, 2020). Contudo, diferentes autores mostram que a ausência de um partido de destaque, como em outros países, não impediu que a extrema direita ocupasse espaços de participação na vida política do Brasil.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam como os conservadores ligados a grupos religiosos passaram a atuar por meio de Organizações Não Governamentais, Frentes Parlamentares e outros expedientes para juridificar a moralidade e disputar os limites dos direitos humanos. Levitsky e Ziblatt (2018) afirmam que esse tipo de atuação é responsável pela corrosão de uma democracia por dentro, sem o choque abrupto de um golpe militar. Já Traverso (2021) acredita que a extrema direita ao redor do mundo precisou adaptar seus discursos e estratégias para se manter relevante no cenário pós-Segunda Guerra Mundial.

Schurster e Silva (2021, p. 181) apontam que a longa carreira de Bolsonaro no Congresso Nacional indica que a direita radical está integrada e normalizada na política brasileira: “As políticas da ultradireita não estão restritas a partidos políticos, muito pelo contrário, os superam e os negam, representando de fato um problema para a manutenção do sistema como ele se encontra”. A negligência com as falas antidemocráticas de Jair Bolsonaro ao longo dos anos como deputado e sua “peregrinação” por diferentes partidos nesse mesmo período podem ser indícios de como a transição falhada (Schurster; Silva, 2021) comprometeu o desenvolvimento da democracia na Nova República, possibilitando o fortalecimento de grupos neoconservadores que representam uma ameaça para essa mesma democracia (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

3.4.4 — EPISÓDIO 04 – A CONSTRUÇÃO DO MITO

No quarto episódio do *podcast*, intitulado *A construção do mito*, narra-se como o uso estratégico das possibilidades oriundas das redes sociais ajudou o então deputado Jair Bolsonaro a deixar de ser somente um representante do “baixo clero”, que defendia assuntos relacionados aos militares, para se tornar uma espécie de arauto das pautas conservadoras. O uso constante das redes sociais para o fortalecimento de movimentos neoconservadores é destacado em diversos estudos (Levitsky; Ziblatt, 2018; Brown, 2019). Nesse episódio, enfatiza-se como Carlos Bolsonaro, um dos filhos de Jair, definiu como prioridade, na estratégia de atuação política, a difusão da imagem do pai na internet a partir de 2010.

O foco inicial do episódio é sobre a importância da internet no fortalecimento do que Carol Pires (Retrato Narrado, 2020e) chama de nova direita brasileira. O embate mencionado anteriormente entre Jair Bolsonaro e Maria do Rosário, em 2003, além de ter sido resgatado pelo então deputado em seus discursos em 2014, foi o primeiro vídeo encontrado pela jornalista e apresentadora que denominava Bolsonaro como o “mito”, uma espécie de identidade política nas redes sociais, replicada por meio dos chamados *memes*, que o acompanharia dali pra frente (Retrato Narrado, 2020e).

Há uma espécie de *mea culpa* ao se abordar a pouca relevância dada pela imprensa para a forma como a internet e as redes sociais estavam começando a moldar os rumos da política brasileira:

Carol Pires: E eu posso dizer que naquela altura muitos jornalistas – e eu me incluo nessa conta – não estávamos olhando pra esse mundo, o virtual, com a atenção que ele merecia. Porque se em 2014, 2015 e até 2016 o Bolsonaro ainda não passava de um deputado folclórico no Congresso; na internet, o status dele era bem diferente. Pelo menos dentro de uma onda de direita, que tava se formando havia algum tempo, e ia cair que nem um tsunami no mundo político. (Retrato Narrado, 2020e, on-line, 6’30’’-7’03’’)

Barros et al. (2021) chamam de *egocasting* a prática cada vez mais difundida por deputados federais brasileiros de utilizar as redes sociais para disseminar posicionamentos e informações e estabelecer um contato com o público sem a mediação dos meios de comunicação tradicionais. Barros et al. (2021, p. 08) entendem que “[...] o modelo de egocasting reforça as tendências de individualização do mandato e de desinstitucionalização das atividades políticas”. Dessa forma, o nome de cada parlamentar passa a ser construído como uma marca política, individualizada, desvinculando-se de instituições e conceitos macropolíticos, como o próprio Congresso. Assim, cada vez mais focados em mobilizar afetos e paixões a partir de

controvérsias e disputas por narrativas políticas, os deputados federais se comportam como se exercessem o que os autores chamam de “mandatos digitais” ou “gabinetes digitais”.

Retrato Narrado (2020e) corrobora esse entendimento ao destacar o papel das redes sociais na política brasileira (e mundial) a partir de 2013, além da atuação do *Gabinete do Ódio* no governo Bolsonaro (2019-2022) — uma rede de milícias digitais, investigada pela Polícia Federal, responsável por, supostamente, vigiar opositores, promovendo ataques virtuais por meio da disseminação de informações falsas.

O esvaziamento — ou até mesmo a criminalização da política, por mais paradoxal que possa parecer nesse contexto — é discutido por autores que investigam o fortalecimento da extrema direita nas últimas décadas, como Brown (2019) e Traverso (2021). Barros et al. (2021) afirmam que o *egocasting* mostra-se como uma estratégia de baixo custo para aumentar o vínculo com o eleitorado, numa perspectiva de prestação de contas, supostamente, com mais autenticidade. Para os autores, esse modelo é um dos responsáveis por facilitar a promoção de alguns atores como oposição à “velha política” (Como Bolsonaro, que usou esse discurso em 2018 mesmo estando na política há três décadas). Por fim, Barros et al. (2021) ressaltam a ilusão de que as redes sociais permitem maior liberdade para comunicação e participação do que os meios tradicionais, já que as empresas de tecnologia que operam cada plataforma possuem diretrizes opacas sobre a circulação de conteúdos, o que acaba fortalecendo os movimentos neoconservadores:

Na verdade, a mediação em plataformas de mídias sociais digitais ocorre por meio de algoritmos compostos por um conjunto de regras próprias de distribuição dos conteúdos publicados pelos usuários (Magrani, 2014). É a substituição da mediação editorial humana pela mediação algorítmica das plataformas de redes sociais. A compreensão, pelo menos parcial, da lógica desses algoritmos pode fazer parte da estratégia de comunicação política. Assim, políticos e suas equipes especializadas nesses mecanismos podem conseguir alto nível de disseminação de suas mensagens, até maiores do que aquelas viabilizadas pela mídia tradicional. (Barros et al., 2021, p. 09-10)

A *construção do mito* destaca como esse novo fenômeno impulsionou o nome de Bolsonaro, que nas eleições de 2014 aumentou em quase quatro vezes o número de votos em relação a 2010, sendo o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro (Correio Braziliense, 2014). Todavia, não foi apenas a internet que proporcionou essa escalada. Naquele mesmo período, a associação de Bolsonaro com a chamada “Bancada Evangélica” do Congresso Nacional também desempenhou importante papel na difusão da figura — e dos discursos — do então deputado.

O episódio enfatiza como a Bancada Evangélica organizou sua estrutura de comunicação para ocupar espaços no Congresso e defender uma agenda conservadora. Como apontado por Biroli, Machado e Vaggione (2020), a inserção em canais de participação na política democrática é uma das principais estratégias de atuação dos atores neoconservadores, especialmente aqueles ligados a grupos religiosos, no combate à chamada “ideologia de gênero”.

Assim, esses atores conseguem disputar a elaboração e aplicação de políticas públicas — em oposição aos direitos reivindicados por movimentos feministas e LGBTQIA+ — defendendo uma perspectiva de moralização do Estado, combinando também a juridificação (com embates em torno de direitos como a liberdade de expressão e a liberdade religiosa) e o apoio de associações profissionais ou organizações de advogados católicos e evangélicos (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Dessa forma, há uma tensão dentro das próprias instituições democráticas, erodindo os fundamentos da democracia e da cidadania (Levitsky; Ziblatt, 2018), expondo determinados segmentos da população à restrição de direitos e, em muitos casos, à violência física:

As campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como a pluralidade, a laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição. [...] elas têm servido para legitimar alternativas e lideranças autoritárias em tempos de antipolítica. A ‘defesa da família’ tem justificado restrições a direitos, naturalizando desigualdades e colocando em xeque mesmo legislações e políticas que visam garantir a integridade física de mulheres e pessoas LGBTQI. (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 137)

Parte central dessa aliança com a Bancada Evangélica — impulsionada pelas redes sociais e pela tática de *egocasting* (Barros et al., 2021) — foi a oposição de Bolsonaro a qualquer iniciativa de políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero, como o projeto de lei²⁴ que propunha a criminalização da homofobia ou a iniciativa “Escola Sem Homofobia”²⁵, que foi pejorativamente batizada de “*kit gay*” pelo então deputado e se tornou um pilar de movimentos neoconservadores para criticar pautas progressistas:

²⁴ Ver BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara n° 122, de 2006**. Altera a Lei n° 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3° do art. 140 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5° da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e dá outras providências: Senado Federal, 2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 31 jul. 2023.

²⁵ Ver CADERNO escola sem homofobia. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/e-scola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Bolsonaro: E depois tem também dois casais, dois homens! Pra criança começar a memorizar a partir de 5 anos de idade que ser gay é normal? Pelo amor de Deus, Dilma Rousseff! [...] Você quer que teu filho aprenda lições de homossexualismo no Ensino Fundamental? Se quer, vota no Haddad. (Retrato Narrado, 2020e, on-line, 24'16''-24'40'')

A recorrência de menções pejorativas à diversidade sexual e de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro e da extrema direita brasileira mostram alguns traços do que foi discutido sobre o fascismo, o pós-fascismo e o neoconservadorismo. No combate à suposta difusão da “ideologia de gênero”, diversos grupos extremistas têm se mobilizado numa cruzada moral contra a conquista de direitos e de maior visibilidade por membros da comunidade LGBTQIA+, como o reconhecimento legal e os subsequentes direitos para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o uso do nome social, entre outros. Essa postura exemplifica uma das características da política fascista que Stanley (2020, p. 127) identifica como *ansiedade sexual*: “[...] qualquer ameaça à masculinidade patriarcal e à família tradicional enfraquece a visão fascista de força”. Sendo assim, políticas públicas voltadas para essas populações historicamente marginalizadas são classificadas como uma ameaça às crianças e à família. Além do mais, o apelo à “família convencional” não deixa de refletir as disputas em torno dos papéis de gênero na reprodução social (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Como narrado pelo *podcast*, o projeto “Escola Sem Homofobia” foi vetado pela presidente Dilma Rousseff após pressões da Bancada Evangélica no Congresso Nacional. Esse episódio é ilustrativo da força de mobilização e influência que grupos neoconservadores conseguem alcançar por meio da “defesa da família” e de outras bandeiras da política fascista. Também é representativo de como, no Brasil, grupos políticos e religiosos — não somente os neopentecostais — disputam a delimitação de quais vidas podem ser vividas e quais devem permanecer à margem da igualdade jurídica (Miskolci, 2018).

Ainda que o combate à chamada “ideologia de gênero” tenha ganhado maior repercussão a partir da década de 2010 (Miskolci, 2018; Biroli; Machado; Vaggione, 2020), a importância da *sexualidade* como foco na disputa política é um fenômeno muito mais antigo, como discutido por Foucault (1988). Como visto, o autor a considera um exemplo da combinação entre a tecnologia disciplinar do corpo e a tecnologia regulamentadora da vida. Assim, a preocupação com a “pureza” da raça também se faz presente na busca pela normalização da sexualidade, pois os “perigos” representados pela “degenerescência” poderiam supostamente afetar a hereditariedade. As análises a propósito do biopoder e do racismo de Estado ajudam a compreender as formas como o neoconservadorismo busca representar

populações subalternizadas: uma ameaça ao ideal fascista de família patriarcal (e, conseqüentemente, à sociedade), devendo ser eliminadas.

Mesmo com o veto presidencial, o suposto “kit gay” seguiu como bandeira da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. A estratégia reforça uma vez mais o que Stanley (2020) define como a principal função dos discursos e da propaganda na política fascista: agrupar paixões e medos irrealistas em torno de um conceito — ou um grupo —, dando sentido para os anseios de seus seguidores.

Carol Pires: Imagina, liberar a troca de sexo dos seus filhos sem a sua autorização e legalizar a pornografia nas escolas, o incesto, a pedofilia... Histórias absurdas assim chocam as pessoas. Fazem elas irem pro confronto. Isso cria um engajamento espontâneo e poderoso. Ao mesmo tempo, pessoas que por outros motivos não sentiam que suas opiniões eram representadas na imprensa ou nos debates públicos, foram encontrando fóruns de debate na internet. (Retrato Narrado, 2020e, on-line, 25'34''-26'02'')

Como se pode perceber pela passagem acima, Retrato Narrado (2020e) ressalta que o ambiente virtual foi importante para pessoas de tendências conservadoras, que acreditavam que suas crenças e afinidades políticas não eram validadas pela mídia e pela política tradicionais, pudessem se conectar e fortalecer vínculos. Nesse contexto, anterior à difusão de redes sociais como ferramenta de organização política, o episódio frisa o surgimento de blogs ligados à direita e o impacto desses canais para a consolidação da ideia de antipetismo — tema que será abordado de forma mais detalhada no próximo tópico.

O final do episódio relaciona a importância do uso da internet e das redes sociais com a figura de Olavo de Carvalho²⁶, apresentado como o arquiteto intelectual da nova direita brasileira (Retrato Narrado, 2020e). Autointitulado filósofo e já tendo atuado como colunista para veículos da imprensa tradicional, Olavo de Carvalho se destacava por seus ataques à própria imprensa, pela divulgação de teorias da conspiração e por um vocabulário agressivo. Tal postura seria justificada por sua luta contra o que definia como “comunobanditismo”, uma forma de ligar qualquer pessoa ou tema relacionado à esquerda com a criminalidade (Retrato Narrado, 2020e).

²⁶ Cabe apontar que o episódio bônus do *podcast*, *Como o olavismo explica o bolsonarismo*, pode ser entendido como uma espécie de apêndice do programa, pois aprofunda a investigação sobre a figura de Olavo de Carvalho. Além disso, o episódio é conduzido por Letícia Duarte, jornalista que entrevistou Olavo de Carvalho e que atua como fonte para Carol Pires nas discussões de *A construção do Mito* (Retrato Narrado, 2020e). Dessa forma, não incluímos o episódio bônus na análise por acreditarmos que o recorte apresentado no 4º episódio é satisfatório para os nossos objetivos.

Uma outra bandeira do olavismo foi a oposição ao chamado “marxismo cultural”. Como discutem Da Silva, Sugamoto e Irigaray Araujo (2021), o termo não apresenta ligações com os estudos culturais ou marxistas — ou pelo menos não de forma coerente —, mas é uma expressão cunhada por intelectuais conservadores nos Estados Unidos, difundida entre as décadas de 1980 e 1990:

Esses ideólogos criaram a expressão “marxismo cultural” para se referirem a um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo. Desse modo, eles podem situar melhor o Mal, o inimigo objetivo (Arendt, 1989), elaborado como objeto de coesão entre aqueles que acompanham e/ou venham a acompanhar essa nova visão reacionária de mundo. (Da Silva; Sugamoto; Irigaray Araujo, 2021, p. 182-183)

O “marxismo cultural” pode ser entendido como uma faceta do anti-intelectualismo que Stanley (2020) elenca como uma das principais características da política fascista e que é adotada por movimentos da extrema direita ao redor do mundo. “Usada normalmente sem qualquer conexão com Marx ou com o marxismo, a expressão é empregada na política fascista como uma maneira de difamar a igualdade” (Stanley, 2020, p. 54). Dessa forma, o autor ressalta que um dos principais alvos da cruzada contra o “marxismo cultural” está nas universidades²⁷, associadas com a esquerda no discurso dos conservadores. Nesses ambientes, entra em cena as disputas em torno da “liberdade de expressão”, pois as universidades são acusadas pela extrema direita de hipocrisia por não aceitarem a circulação e o debate de suas ideias (Stanley, 2020).

Como narrado no episódio (Retrato Narrado, 2020e), a base do olavismo está na ideia de se opor a tudo aquilo que se considera errado ou imoral (igualdade de gênero, direitos humanos, a esquerda, corrupção etc.), mas não se apontam caminhos a serem seguidos ou algum projeto de país a ser desenvolvido. Essa postura também parece ser parte da visão política do bolsonarismo: “Bolsonaro: O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer” (Retrato Narrado, 2020e, on-line, 44’17’’-44’34’’).

²⁷ Como exemplo dessa perseguição do neoconservadorismo às universidades — e, no caso brasileiro, às instituições públicas de ensino superior — podemos citar um caso ocorrido na própria Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Em novembro de 2023, o VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero foi alvo de ataques neoconservadores por conta de uma performance artística realizada pela pesquisadora Tertuliana Lustosa durante uma das mesas redondas do evento. A performance foi pejorativamente tachada de “dança erótica” nas manchetes de veículos digitais de alcance nacional, repercutindo em redes sociais e sendo alvo de críticas por um vereador da cidade de Vitória da Conquista ligado à extrema direita.

A construção do mito discute, conseqüentemente, a influência de Olavo de Carvalho dentro do bolsonarismo e do próprio governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nomes que ocuparam cargos na administração federal, inclusive do alto escalão, foram alunos de — e até mesmo indicados aos cargos por — Olavo de Carvalho, como os ministros da Educação Ricardo Vélez e Abraham Weintraub, o ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, e o assessor especial da Presidência Filipe Martins, entre outros (Retrato Narrado, 2020e; Da Silva; Sugamoto; Irigaray Araujo, 2021).

A influência das redes sociais na organização e ascensão da extrema direita brasileira na última década também é um exemplo de como a articulação internacional é importante para a operação dos movimentos neoconservadores em diferentes contextos (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Stanley, 2020). Mesmo que cada país ou região apresente suas particularidades, como temos demonstrado ao longo deste trabalho, a cooperação internacional é primordial para que o neoconservadorismo adapte e aprimore diferentes estratégias de atuação. Retrato Narrado (2020e) aponta que muitos blogueiros de direita brasileiros tiveram contato com as ideias de Steve Bannon, figura que seria central na campanha de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, e que posteriormente atuaria como uma espécie de conselheiro para a campanha de Bolsonaro, em 2018 (Pires, 2020).

O ano de 2013, marcado por diferentes manifestações populares contra o governo federal e a classe política como um todo, é definido por Carol Pires (Retrato Narrado, 2020e) como *o ano que ninguém explica*:

Carol Pires: Ainda ia levar um tempo pra onda que elegeu o Bolsonaro ganhar força. Mas as correntes já estavam se formando muito antes da eleição de 2018: Um exército de jovens tinha criado para ele uma fábrica de memes gratuita. Um autointitulado filósofo dava um verniz intelectual pra opinião de quem se sentia ignorado pelo debate público. Os evangélicos emprestavam sua rede de contatos. Novos sites tiravam as ideias de direita do armário. E jovens enérgicos convocavam manifestações de rua contra a classe política tradicional. (Retrato Narrado, 2020e, on-line, 53'56''-54'34'')

Aquele momento, em que a direita passou a ocupar as ruas e o sentimento de antipolítica ganhava força ao redor do Brasil (Biroli; Machado; Vaggione, 2020), como veremos a seguir, talvez possa sim ser explicado: menos como a origem de algo — ou da própria ascensão da extrema direita brasileira — e mais como uma das primeiras demonstrações da continuidade de discursos e práticas conservadoras na sociedade brasileira durante a Nova República (Salgado; Segurado, 2021; Benetti, 2022).

3.4.5 — EPISÓDIO 05 – O CAMINHO ATÉ O PLANALTO

O quinto episódio de Retrato Narrado (2020f) aborda a campanha de Jair Bolsonaro para as eleições presidenciais de 2018. Para a apresentadora Carol Pires, as movimentações para a disputa parecem ter começado em 2016, logo após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Segundo o relato, havia um entendimento entre a maioria dos analistas de que a complexidade que envolve uma disputa política tão importante quanto a do cargo de presidente acabaria por minuar a candidatura de Bolsonaro, um representante do chamado “baixo clero” do Congresso, desacostumado a lidar com articulações políticas de maior relevância (Retrato Narrado, 2020f).

Feltran (2021) acredita que parte do desdém pela ascensão de Bolsonaro se deu pela ideia — entre analistas, imprensa, agentes do mercado financeiro — de que o então candidato poderia ser “adestrado” para se encaixar no funcionamento do sistema político. Assim, as falas abertamente antidemocráticas e discriminatórias seriam apenas uma estratégia retórica diante de um cenário político e social polarizado, mas que, uma vez eleito, o candidato se adequaria ao cargo que viria a ocupar. “A máquina do ‘presidencialismo de coalizão’, bem como a burocracia pública já consolidada em carreiras, forçaria essa figura grotesca a fazer acordos, a respeitar a Constituição Federal e o Supremo Tribunal Federal” (Feltran, 2021, p. 237).

Esse tipo de postura pode ser percebido na escalada de movimentos de extrema direita ao redor do mundo, como visto no capítulo 1. Levitsky e Ziblatt (2018) apontam a falta de ação de partidos e instituições consolidadas nos sistemas democráticos para barrar potenciais autocratas — além do interesse das elites políticas em cooptar essas figuras por conta de sua popularidade e pela concordância com muitas das pautas autoritárias defendidas. Uma outra crítica feita pelos autores é reforçada por Stanley (2020), que frisa como as denúncias dos riscos do que chama de “política fascista” tendem a soar como alarmistas, exageradas, o que acaba por normalizar discursos que incitam a violência contra determinados grupos.

Dessa forma, Feltran (2021) aponta que houve uma falha em perceber como a conjuntura política e social do Brasil na década de 2010 se mostrava favorável para uma figura como Jair Bolsonaro:

O pouco de nossa surpresa se deve mais ao nosso elitismo, estrutural, do que ao que víamos em pesquisa. Sobretudo porque sabíamos havia anos que o capitão representa setores policiais, militares e evangélicos politicamente ativos havia ao menos uma década, com legitimidade construída ao longo do tempo, em um projeto de trabalho de base e de ideário de nação que pode sobreviver, facilmente, mesmo sem ele. Mais, sabemos que esses grupos já tinham bases materiais relevantes e que podiam sustentar

esse projeto revolucionário, ora em curso, com ou sem Bolsonaro. (Feltran, 2021, p. 241)

Um dos entrevistados do episódio é Maurício Moura, fundador do instituto de pesquisa de opinião IDEIA Big Data, que aponta três aspectos que entende que foram menosprezados na avaliação das chances de Bolsonaro no pleito de 2018. O primeiro diz respeito à “[...] destruição do sistema político no imaginário da opinião pública em função da Lava-Jato, dos escândalos de corrupção” (Retrato Narrado, 2020f, on-line, 9’30’’-9’37’’). A ideia de esvaziamento da política é um tema chave para as análises de autores que estudam os movimentos neoconservadores — como citado anteriormente de forma passageira. Brown (2019) discute como o desmantelamento do político e do social pela razão neoliberal sufocou e rebaixou a democracia, mas não a separou do capital. Pelo contrário, tornou o Estado instrumentalizado por este e deixou a população vulnerável aos discursos demagogos. Stanley (2020) afirma que a ideia da “política fascista” é substituir a deliberação política pelas ações do líder autoritário, ratificadas via referendos ou plebiscitos.

Já Traverso (2021) aborda a forma como a noção de “antipolítica” surgiu de um movimento que priorizou a financeirização da política e a construção de carreiras, recorrendo a “gestores” e intermediários em detrimento do embate real de ideias:

Por um lado, vemos uma crescente reificação do espaço público — o local de um uso crítico da razão em que as ações das autoridades são analisadas e criticadas —, pois esse espaço foi absorvido pelos monopólios midiáticos e pela indústria da comunicação. Por outro lado, a tradicional separação de poderes é questionada por uma contínua mudança de prerrogativas do poder legislativo para o executivo. Nesse permanente estado de exceção a função original de criação de leis dos parlamentos se desloca para a de ratificação de leis já desenhadas pelo executivo. Em tal contexto, o crescimento do “antipolítico” é inevitável. (Traverso, 2021, p. 44-45)

No contexto brasileiro, o papel da imprensa na espetacularização dos escândalos de corrupção — principalmente os que envolvem partidos e políticos ligados à esquerda — é destacado por diferentes autores como um dos motivos para o crescimento da percepção negativa da opinião pública sobre a política (Segurado; Salgado, 2021; Kerche; Tanscheit, 2021). Como visto na análise do episódio 03, *Os anos em Brasília* (Retrato Narrado, 2020d), casos como o do “Mensalão” serviram como justificativa para Bolsonaro amplificar seus ataques à esquerda e ao PT.

Num período mais recente, cabe analisar a influência da Operação Lava Jato na deslegitimação, e até mesmo na criminalização, do sistema partidário brasileiro. Kerche e Tanscheit (2021) investigam como essa operação — inicialmente uma colaboração entre Polícia

Federal, Ministério Público Federal e Poder Judiciário para investigar casos de corrupção ligados a políticos, servidores públicos e empresários — tornou-se a principal manifestação recente de ativismo judicial no país, abalando as bases da política partidária, em voga por vinte anos no Brasil, e permitindo à extrema direita se tornar a representante mais relevante desse espectro político.

Centrada na figura do então juiz federal Sérgio Moro, a Lava Jato se inspirou na operação Mãos Limpas, conduzida na Itália nos anos 1990, replicando duas de suas estratégias: o uso das chamadas “delações premiadas” e a conquista da opinião pública em aliança com a imprensa (Kerche; Tanscheit, 2021). Como mostram os autores, a corrupção passou a ser apontada como o principal problema do país a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), superando saúde e segurança pública.

Bolsonaro se beneficiou diretamente da Lava Jato, não somente porque o favorito na corrida presidencial estava preso e impedido até de conceder entrevistas, mas também por ter se beneficiado da cruzada contra a política promovida pelo sistema de Justiça que transformou corrupção em um problema maior do que saúde, desemprego ou desigualdade. (Kerche; Tanscheit, 2021, p. 155-156)

A atuação de Moro, inicialmente visto como um “herói” e cotado até a uma candidatura à Presidência, foi posteriormente questionada ética e juridicamente com a revelação de que ele orientava as atividades dos procuradores da Lava Jato²⁸ — o que contraria o sistema judicial brasileiro, que define a independência entre os órgãos de investigação, acusação e julgamento (Kerche; Tanscheit, 2021) —, culminando no reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da parcialidade do ex-juiz (Teixeira, 2021). Como resumem Kerche e Tanscheit (2021, p. 149): “Mesmo Bolsonaro sendo um fenômeno multicausal, sem dúvida Moro e a força-tarefa de Curitiba exerceram um papel fundamental em sua eleição”.

Dando continuidade à análise de *O caminho até o Planalto* (Retrato Narrado, 2020f), os dois outros temas levantados pelo entrevistado Maurício Moura para explicar a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 dizem respeito a: como a segurança pública passou de um tema local para uma preocupação nacional; e à forma como o então candidato, ao agir como um militar e pautar seus discursos pela violência, conseguiu se posicionar como um opositor à “velha política”, mesmo estando no Congresso Nacional há quase trinta anos — temas já abordados nas discussões anteriores.

²⁸ Ver INTERCEPT BRASIL. Série: As Mensagens Secretas da Lava Jato. **Intercept Brasil**, c. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Na sequência, Retrato Narrado (2020f) aborda um dos principais eventos daquele período eleitoral: o atentado a faca sofrido por Bolsonaro em Juiz de Fora (MG). O episódio afastou o então candidato dos debates eleitorais na televisão e fomentou teorias da conspiração a respeito de supostos mandantes do crime, que seriam evocadas inclusive durante o mandato presidencial. Com Lula preso e inelegível, a candidatura do PT foi encabeçada por Fernando Haddad (Kerche; Tanscheit, 2021); a reta final do 1º turno foi marcada pelo apoio de lideranças religiosas a Bolsonaro, como o bispo Edir Macedo, e de manifestações de mulheres contrárias ao então candidato no movimento #EleNão, exemplificando as disputas em torno de temas como moralidade e gênero (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Nesse cenário, Jair Bolsonaro quase conseguiu a quantidade de votos suficientes para ser eleito no 1º turno. Uma outra personagem entrevistada para o episódio é Marina Silva, que foi adversária de Bolsonaro no primeiro turno, e faz uma análise sobre o que poderia explicar o sucesso deste nas urnas:

Marina Silva: O Bolsonaro, na verdade, ele conseguiu furar uma bolha de um recalque político autoritário, que faz parte da cultura política brasileira e que aflorou em vários momentos da história, e durante a ditadura houve um apoio à ditadura. Existe um processo interno do imaginário político, social, simbólico brasileiro que precisa ser melhor entendido pra que a gente possa fazer essa superação, até porque você encontra esse imaginário autoritário na história do Brasil e do mundo não só no campo da direita, mas também no campo da esquerda. (Retrato Narrado, 2020f, on-line, 41'20''-42'02'')

É possível notar que a fala de Marina Silva converge com as discussões apresentadas até aqui acerca do contexto sócio histórico após a redemocratização que possibilitou a manutenção de discursos conservadores em diferentes segmentos da sociedade brasileira, culminando com a ascensão do neoconservadorismo na década de 2010 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O depoimento também pode ser um indicio de que nem toda a classe política ignorava o que Bolsonaro representava.

Carol Pires (Retrato Narrado, 2020f) faz um resumo da aliança em torno do então candidato:

Carol Pires: Àquela altura, o Bolsonaro tinha com ele milícias digitais, os militares com quem ele tinha se reconciliado depois da Comissão da Verdade, os evangélicos a quem ele tinha se aliado na guerra cultural travada no Congresso, e muitos eleitores como os amigos dele de Eldorado, que simpatizavam mais com o garimpo do que com indígenas e quilombolas. Por fim, o mercado financeiro embarcou quando Bolsonaro jurou que confiaria sua agenda econômica a Paulo Guedes. [...] pra quem tinha receio ou vergonha de votar em Bolsonaro por suas convicções extremistas, a entrada do Guedes foi o que faltava pra eles embarcarem na candidatura dele. (Retrato Narrado, 2020f, on-line, 51'07''-52'51'')

Essa síntese se assemelha à heterogeneidade de atores que se articulam no neoconservadorismo — e que têm interesses e objetivos distintos, quando não conflitantes — apontada por Biroli, Machado e Vaggione (2020). Se, para esses autores, é a noção de “ideologia de gênero” que torna possível tal aliança, Retrato Narrado (2020f) aponta para a mesma estratégia, mas com o apelo a um conceito diferente: o antipetismo.

Kerche e Tanscheit (2021) afirmam que o antipetismo é uma identidade política negativa impulsionada pela Lava Jato e pela grande imprensa, enquanto Neto (2020) e Schurster e Silva (2021) entendem o conceito como uma atualização do anticomunismo. *O caminho até o Planalto* (Retrato Narrado, 2020f) abre espaço para João Guilherme Santos, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital da UERJ, que discorre sobre o que representa o antipetismo:

João Guilherme Santos: O que esses grupos entendem por PT é diferente. Então, pro grupo evangélico, petista é o cara do kit gay, que apoia pedofilia... [...] Ateu... Para o militarista é o cara que defende bandido, não sei o quê. Pro outro, ultraliberal, é alguém que é incompetente para gerir economia. Então... Todos eles podem concordar que o inimigo é o PT, agora o que eles definem como PT muda muito. (Retrato Narrado, 2020f, on-line, 53'46''-54'07')

Dessa forma, deparamo-nos novamente com o uso de um conceito incerto, maleável (apesar de à primeira vista ter uma definição clara), que é mobilizado por representantes do neoconservadorismo para instigar diferentes grupos em torno de uma agenda antidemocrática e que legitima a violência. Como visto até aqui, outros conceitos de natureza semelhante são evocados com a mesma finalidade, a exemplo de “ideologia de gênero”, “inimigo interno” e “cidadão de bem”. Apesar de servir a um propósito comum ao de conservadorismos ao redor do mundo — estigmatizar segmentos da população como inimigos, “eles” (Stanley, 2020) —, cabe a reflexão sobre o antipetismo como uma outra particularidade do neoconservadorismo brasileiro, em especial pela relevância e resiliência do PT para a política de um dos principais países do Sul global (Kerche; Tanscheit, 2021). Essas alianças em torno do antipetismo acabariam ajudando a confirmar a vitória de Bolsonaro no 2º turno das eleições, marcando a primeira vitória da extrema direita brasileira numa eleição presidencial e levando ao Palácio do Planalto um chefe de Estado que sempre se sentiu perseguido, mesmo ocupando o cargo mais importante da política nacional (Retrato Narrado, 2020f).

3.4.6 — EPISÓDIO 06 – A FAMÍLIA PRESIDENCIAL

O sexto e último episódio do *podcast* aborda o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro como Presidente da República. O início recapitula as origens da Operação Lava Jato, que, como visto no tópico anterior, afetou a esquerda brasileira e aflorou um sentimento de antipolítica na opinião pública. Bolsonaro se gabava de não ser citado nas investigações e delações da Lava Jato, aproveitando para reforçar sua imagem de *outsider* em relação à velha política. Além do mais, Sérgio Moro — a face mais publicizada da Lava Jato e responsável por tirar o principal adversário de Bolsonaro da disputa em 2018 — aceitou o convite para ser ministro da Justiça, emprestando sua popularidade e apontando para uma agenda anticorrupção no governo que se iniciava em janeiro de 2019 (Retrato Narrado, 2020g).

Contudo, em 2018, um dos desdobramentos da Lava Jato no Rio de Janeiro se deu pela Operação Fumaça da Onça, que investigou movimentações financeiras atípicas entre os funcionários da ALERJ, a Assembleia Legislativa do estado (Folha de S. Paulo, 2018). O esquema, que envolvia a devolução de parte do salário para os chefes (vulgarmente chamada de “Rachadinha”), tinha como um dos acusados Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, o filho mais velho do então candidato a presidente. A operação se deu com base em um documento elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Apesar de ter ficado pronto em janeiro de 2018, o relatório do Coaf só foi divulgado após as eleições (Retrato Narrado, 2020g).

O episódio conta que Fabrício Queiroz conheceu Jair Bolsonaro durante o período no Exército. Contudo, Queiroz se mudou para a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), na qual enfrentou dois processos da Corregedoria por assassinar moradores da favela da Cidade de Deus, em casos ligados supostamente a extorsão (Retrato Narrado, 2020g). Nos tempos na PMERJ, Queiroz foi colega de Adriano da Nóbrega, apontado como chefe do Escritório do Crime, uma organização de assassinos de aluguel (G1, 2020) acusada de ter ligações com a morte da vereadora Marielle Franco, em março de 2018²⁹. Ronnie Lessa, acusado de ser o autor dos disparos, morava no mesmo condomínio que Jair Bolsonaro³⁰.

²⁹ RANGEL, Sérgio; VETTORAZZO, Lucas; FRANCO, Luiza. Vereadora do PSOL é morta a tiros no Rio de Janeiro. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/vereadora-do-psol-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

³⁰ COLON, Leandro. 'Não me lembro desse cara', diz Bolsonaro sobre vizinho suspeito de matar Marielle. **Folha de S. Paulo**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/nao-lembro-desse-cara-diz-bolsonaro-sobre-vizinho-suspeito-de-matar-marielle.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

A família presidencial (Retrato Narrado, 2020g) destrincha todas essas conexões para ilustrar uma das principais características da trajetória política da família Bolsonaro como um todo: o envolvimento com as milícias no estado do Rio de Janeiro. Além das ligações diretas com Queiroz, o episódio aponta como Adriano da Nóbrega, mesmo estando preso, foi homenageado por Flávio Bolsonaro com a mais alta condecoração da ALERJ. Além disso, a mãe e a esposa de Adriano da Nóbrega trabalharam no gabinete de Flávio.

Jair Bolsonaro fez diversas manifestações em defesa das milícias ao longo de sua trajetória na política, muito pautado pela ideia da defesa do “cidadão de bem”, como visto: “Bolsonaro: Nenhum deputado estadual faz campanha para buscar, realmente, diminuir o poder de fogo dos traficantes, diminuir a venda de drogas no nosso estado. Não. Querem atacar o miliciano, que passou a ser o símbolo da maldade e pior do que os traficantes” (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 14’10’’-14’28’’).

Portanto, analisar as ligações de Bolsonaro e seu entorno com as milícias traz uma nova camada para se pensar a importância da violência na política do neoconservadorismo. As milícias têm origem nos serviços privados de segurança oferecidos por agentes públicos, especialmente em áreas consideradas periféricas, e acabam por disputar com facções criminosas o controle dessas regiões, passando a serem vistas, muitas vezes, como uma espécie de braço armado do Estado (Petti, 2021).

A forma como as milícias operam, controlando a infraestrutura urbana, os mercados de bens e serviços e influenciando a conduta dos moradores nas áreas dominadas (Petti, 2021) suscita semelhanças com a descrição da necropolítica feita por Mbembe (2016). Como detalha Petti (2021), além da segurança, serviços básicos como o fornecimento de água e gás, ou até mesmo planos de internet e vendas de cigarro passam pelo controle dos milicianos. Além disso, a conduta dos moradores é regulada, com punições a contravenções como o roubo ou o tráfico de drogas. “A ordem local, bem como a legitimidade dos agentes que a produzem, é coconstruída por meio de relações sociais entre diferentes atores e redes de microrregulações, que afetam diretamente a vida cotidiana dos moradores” (Pettit, 2021, p. 111).

Dessa forma, o monopólio da violência deixa de pertencer ao Estado, mas, ao contrário do que se pode perceber na atuação de facções ligadas ao tráfico de drogas — apontadas como os “bandidos” que devem ser eliminados —, a atividade das milícias muitas vezes ocorre de forma complementar e/ou paralela àquela oferecida por órgãos e agentes estatais. Essa relação imprecisa entre o Estado e as milícias é abordada no relatório “A expansão das milícias no Rio

de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados³¹”, elaborado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), que destaca como, entre 2007 e 2020, houve um baixo número de operações policiais em territórios dominados por milícias, em comparação com as áreas comandadas por facções.

Dessa forma, a dominação do espaço geográfico por diferentes meios — militar, burocrático, disciplinar — e a definição de quem pode viver e quem deve morrer torna as áreas ocupadas por milícias como uma das mais evidentes manifestações da necropolítica brasileira:

A expansão das milícias em favelas e periferias é acompanhada, de um lado, por um processo de militarização desses territórios e, de outro, pela multiplicação de novos mecanismos de controle político-eleitoral a partir do voto como mercadoria. [...] na atualidade as disputas com facções do tráfico de drogas por controle territorial, a capilaridade em instituições públicas, bem como as relações com empreendedores e prestadores de serviços privados, demonstram uma mudança qualitativa no nível de organização desses grupos no Rio de Janeiro. (Petti, 2021, p. 101-102)

Como visto no tópico 3.1.4, a forma como a política de Guerra às Drogas é conduzida pelos governo federal e pelos governos estaduais revela como a lógica do biopoder, pautada pelo racismo de Estado, é mobilizada contra os segmentos da população considerados “perigosos”, os “bandidos”. A análise da atuação das milícias — e sua relação dúbia com o próprio Estado — revela como a necropolítica pode ser identificada como uma diretriz ideológica do neoconservadorismo (Foucault, 2010; Mbembe, 2016).

Carol Pires (Retrato Narrado, 2020g) afirma que a ligação com as milícias é apenas um dos exemplos de como a vida política e a vida familiar de Bolsonaro se misturam. Começando com o caso das “Rachadinhas”, a apresentadora diz que, a partir dali, uma pergunta seria feita a cada nova crise do governo: “Carol Pires: Bolsonaro está mais comprometido em ser pai ou presidente?” (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 6’34’’-6’38’’). Respondendo ao próprio questionamento, a apresentadora conclui que Bolsonaro não faz uma distinção entre os papéis de presidente e de pai por considerar os filhos como uma extensão da própria imagem na política (Retrato Narrado, 2020g).

Essa caracterização apresenta muitas semelhanças com as discussões feitas por Stanley (2020, p. 22) sobre a figura do líder na política fascista: “Numa sociedade fascista, o líder da

³¹ “Como ficou demonstrado, há consistentes indícios de favorecimento das milícias por parte do poder público tanto no que se refere às operações policiais, instrumento maior das políticas de segurança pública, de competência do Governo do Estado, como no que diz respeito às políticas de licenciamento, legalização e construção imobiliárias, de competência predominante da administração municipal”. Ver HIRATA, Daniel Veloso et al. (Orgs.).

nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional”. Já Brown (2019), ao discutir as implicações da expansão da esfera pessoal defendida pelo neoliberalismo, afirma que: “Longe de algo público e democrático, a nação é concebida como propriedade privada e familiar, e o presidente é o *pater familias*” (Brown, 2019, p. 143).

Nesse movimento de expandir sua influência por meio da família, Carol Pires (Retrato Narrado, 2020g) diz que Bolsonaro enxergou um espaço para seus ideais na política local do Rio de Janeiro. Assim, ao deixar o estado para exercer o mandato de deputado federal, Bolsonaro buscou emplacar a carreira da esposa, naquele momento, Rogéria Bolsonaro, para ocupar uma cadeira na Câmara dos Vereadores da capital do estado. Contudo, a falta de lealdade da esposa às suas visões políticas incomodou Bolsonaro:

Bolsonaro: O relacionamento despencou depois que elegi a senhora Rogéria Bolsonaro vereadora, em 1992. Ela era uma dona de casa. Por minha causa, teve 7 mil votos e foi eleita. Acertamos um compromisso. Nas questões polêmicas, ela deveria ligar para o meu celular para decidir o voto dela. Mas começou a frequentar o plenário e passou a ser influenciada pelos outros vereadores. Eu a elegi. Ela tinha que seguir minhas ideias. Acho que sempre fui muito paciente, mas ela não soube respeitar o poder e a liberdade que lhe dei. (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 21°28’-22°04’)

A fala, retirada de uma entrevista a uma revista no ano de 2000, reforça a visão patriarcal de Bolsonaro, não apenas na política. Para evitar que sua influência na Câmara Municipal se extinguisse, Jair Bolsonaro lançou a candidatura de Carlos, seu segundo filho, que disputou a eleição de 2000 contra a própria mãe e acabou sendo eleito. Diversas fontes ouvidas por Carol Pires (Retrato Narrado, 2020g) afirmam que Carlos é o filho mais próximo ao pai, compartilhando inclusive a constante percepção de estar sendo perseguido. A atuação de Carlos Bolsonaro como vereador é descrita como “pouco produtiva”, dando a impressão de que se preocupava mais em divulgar as ideias do pai, principalmente pela internet (Retrato Narrado, 2020g).

Na sequência, o episódio destaca como diversos membros do governo foram demitidos pelo presidente por desavenças com os filhos de Jair Bolsonaro. Um dos casos diz respeito às acusações de Gustavo Bebianno, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, de que Carlos Bolsonaro teria a intenção de fundar uma versão paralela da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)³² para garantir a integridade física do pai e identificar membros da esquerda “infiltrados” no governo. O estado de alerta, mais parecido com paranoia, e a insistência na

³² SADI, Andreia; SANTOS, Fábio. Carlos Bolsonaro é alvo de operação da PF que investiga espionagem ilegal pela Abin. **G1**, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2024/01/29/pf-mira-carlos-bolsonaro-em-apuracao-sobre-abin-paralela.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2024.

caça a “inimigos internos” lembra o contexto da Ditadura Militar (Salgado; Segurado, 2021; Schurster; Da Silva, 2021).

Carol Pires (Retrato Narrado, 2020g) aponta que as diversas acusações e investigações fizeram com que Bolsonaro se sentisse acuado e precisasse reagir para proteger a si mesmo e aos filhos, como fez com a tentativa de trocar o diretor-geral da Polícia Federal (PF), inaugurando uma crise no governo que culminou com a saída de Sérgio Moro do cargo de ministro da Justiça, acusando o presidente de buscar interferir politicamente na PF:

Bolsonaro: Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. Eu tenho as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. A ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. [...] O meu particular funciona, os que tem oficialmente, desinforma [sic]. (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 36'49''-37'19'')

Dos filhos do primeiro casamento, o mais novo também foi o último a entrar na vida pública. Eduardo Bolsonaro foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo numa tentativa de exercer influência no maior colégio eleitoral do Brasil, e chegou até a ser cotado para o cargo de embaixador em Washington-EUA (Retrato Narrado, 2020g). Eduardo é uma figura importante na articulação internacional do bolsonarismo, dialogando com Olavo de Carvalho e Steve Bannon e sendo ativo na interlocução entre membros da extrema direita da América Latina e dos Estados Unidos³³.

Na reta final do episódio, ao analisar a forma como Bolsonaro acredita que os filhos têm a qualificação devida para exercer cargos importantes no governo, Carol Pires (Retrato Narrado, 2020g) expõe o que afirma ser uma opinião sobre a família Bolsonaro que ela desenvolveu desde o início da pesquisa para a produção do *podcast*:

Carol Pires: A de que a família Bolsonaro – e o bolsonarismo – privilegia a evidência anedótica à evidência científica. Evidência anedótica é um exemplo que confirma o que você pensa. [...] Não importa se um amigo seu conseguiu se defender de um assalto porque ele tinha uma arma. Isso não comprova que armar todas as pessoas serve como política pública de segurança, porque as evidências científicas mostram que quanto mais armas circulam na sociedade, maior é o número de mortes. (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 47'50''-48'59'')

Como exemplo, a apresentadora cita a condução da pandemia de COVID-19 — que mesmo não entrando no recorte temporal do primeiro ano de mandato de Bolsonaro, estava em

³³ MACIEL, Alice et al. Eduardo Bolsonaro teve 125 reuniões com membros da extrema direita do continente. **Agência Pública**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

curso em outubro de 2020, período em que o último episódio do *podcast* foi gravado. Marcado por uma postura contrária às recomendações científicas e apelando para uma retórica de “efetividade da logística militar”, Bolsonaro deixou o governo com aproximadamente 690 mil mortes causadas pelo coronavírus (G1, 2022). Alguns estudos afirmam que 75% delas poderiam ter sido evitadas com uma resposta que se aproximasse do padrão global (ABRASCO, 2022).

Ao se observar como o primeiro ano de mandato de Bolsonaro foi marcado por denúncias e acusações de crimes e corrupção, fica evidente que o suposto “combate à corrupção” e a oposição à “velha política” foram apenas recursos retóricos do então candidato. Ao envolvimento com milícias, às denúncias de desvio de dinheiro público e à tentativa de interferência em órgãos independentes por interesse pessoal, pode se somar a prática de compra de imóveis de alto valor com dinheiro vivo, entre outros casos mencionados ao longo de todo o *podcast* (Retrato Narrado, 2020a) — e os que viriam depois. Porém, tais revelações não trouxeram implicações políticas e jurídicas relevantes para Bolsonaro ao longo de seu mandato, já que manteve, se não a popularidade, pelo menos a capacidade de aglutinar os anseios de diferentes grupos, mostrando que o fenômeno neoconservador segue vivo mesmo com a derrota nas eleições presidenciais de 2022³⁴.

Carol Pires (2020g) encerra o episódio retomando a proposta do *podcast* como um todo de buscar compreender como aquele adolescente que cresceu em Eldorado Paulista (SP) se tornaria o presidente do Brasil. A apresentadora afirma que Bolsonaro teve certo “tino político” para mobilizar causas específicas, como as reivindicações da carreira militar, e afirma que o crescimento de sua votação como deputado ao longo dos anos mostra que sua visão de mundo era compartilhada por muitos brasileiros. Contudo, isso não garante necessariamente o sucesso em eleições majoritárias. Carol Pires faz então uma última consideração antes de encerrar o episódio — e o *podcast*:

Carol Pires: Como esse deputado relegado aos programas de auditório passa a ser visto como a pessoa ideal para liderar o Brasil logo depois de uma crise política e econômica complicadíssima? **Não foi o Bolsonaro que mudou. Ele nunca tentou fingir ser outra coisa. Quem mudou foi o Brasil.** (Retrato Narrado, 2020g, on-line, 56’35’’-56’53’’, grifos nossos)

Essa avaliação, contudo, aparenta contradizer o que temos discutido até aqui — e o que foi abordado pelo próprio *podcast* Retrato Narrado (2020a) ao longo dos seis episódios. Afirmar

³⁴ ZUCCHI, Gustavo. Bolsonaro faz mais votos do que em 2018, mas perde a eleição. **Metrópoles**, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/bolsonaro-faz-mais-votos-do-que-em-2018-mas-perde-a-eleicao>. Acesso em: 21 jan. 2024.

que o Brasil mudou e que, por isso, Jair Bolsonaro conseguiu chegar ao cargo mais alto da nação em 2018, é desconsiderar diversos elementos, a exemplo: da maneira como a “transição falhada”, sem responsabilização pelos crimes cometidos pelos militares durante a Ditadura, gerou uma “democracia inacabada”, que não garante os direitos prometidos pela Constituição de 1988 a toda a população e ainda mantém uma ideia de “tutela militar” sobre os rumos do país (Salgado; Segurado, 2021; Schurster, Da Silva, 2021); de como atores neoconservadores conseguiram ocupar espaços da política institucional para disputar e contestar a elaboração e aplicação de políticas públicas a determinados segmentos da população, opondo-se às noções de igualdade e pluralismo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020); dos efeitos da consolidação do neoliberalismo não apenas no aumento das desigualdades econômicas, mas também na destruição da ideia do social e do político (Brown, 2019); de como o racismo, a escravidão e o imperialismo colonial estabeleceram assimetrias que se perpetuaram ao longo dos séculos e seguem atingindo os corpos daqueles considerados diferentes, “perigosos” (Foucault, 2010; Mbembe, 2016, 2018); e de como todos esses elementos são manipulados pela extrema direita para promover discursos que incitam paixões e medos irrealistas na população, sempre apelando para noções vagas e adaptáveis para diferentes contextos (“cidadão de bem”, “ideologia de gênero”, “antipetismo” etc.), dividindo a sociedade entre “Nós” e “Eles” e corroendo a democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018; Stanley, 2020; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Traverso, 2021).

Apesar dessa ressalva, acreditamos que o *podcast* Retrato Narrado (2020a) mostra-se como um objeto de estudo bastante relevante para investigar a forma como o neoconservadorismo brasileiro organiza seus discursos e estratégias. A abordagem aprofundada e pormenorizada de diferentes períodos e personagens foge da lógica imediata e factual da imprensa tradicional, oferecendo maiores elementos para a compreensão de um tema complexo e que se estende por um longo período de tempo. A escolha do *podcast* para apresentação da produção, explorando os recursos próprios do formato, permite experimentações com a construção da narrativa e desperta o interesse de um público variado, aproveitando as possibilidades que o desenvolvimento da internet como espaço de circulação de discursos tem oferecido nos últimos anos. A condução da apresentadora — portando-se como uma companhia do ouvinte na investigação e exprimindo seu ponto de vista sobre diversos assuntos discutidos ao longo do programa — gera mais identificação com o *podcast*. Por fim, ainda que a proposta inicial seja a de elaborar um perfil de Jair Bolsonaro, destacando a trajetória e a construção da visão de mundo dessa personagem, Retrato Narrado (2020a), a exemplo dos melhores perfis jornalísticos (Lima, 2014), tem o êxito de ir além desse objetivo, revelando parte significativa

da trajetória e da construção dos discursos e estratégias do neoconservadorismo no Brasil — e oferecendo contribuições importantes para se acompanhar as futuras movimentações desse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender as principais formas de organização e atuação do neoconservadorismo brasileiro, partindo dos discursos e estratégias apresentados em Retrato Narrado (2020a), um *podcast* narrativo que se propôs a construir um perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), desde a adolescência até o final do primeiro ano de mandato. Tendo em vista esse objetivo primário, empreendemos numa investigação, um pouco mais aprofundada, de um tema emblemático para a recente história política do país: a disseminação sub-reptícia do conservadorismo brasileiro desde a Ditadura Militar.

Esse fenômeno, exposto ao longo dos episódios do *podcast*, assumiu um papel preponderante no percurso da pesquisa. Inicialmente, pretendíamos estudar os discursos que levaram Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente da República. Contudo, à medida em que se investigava as articulações e estratégias que culminaram com os resultados do pleito de 2018 — a maior vitória da extrema direita brasileira em eleições majoritárias durante a Nova República —, percebemos que a análise sobre a permanência de ideias e ideais conservadores na sociedade brasileira ao longo do tempo mostrou-se mais pertinente.

Parte desse deslocamento se deu pelo contato com a obra de Michel Foucault, especialmente o curso de 1976, no *Collège de France*, denominado *Em defesa da sociedade*. Ao situar as origens da “biopolítica” em fins do século XVIII, concebendo a política como “guerra continuada” e como guerra entre “raças”, Foucault (2010) descreve o racismo como um dispositivo elementar no processo de consolidação dos regimes políticos que caracterizaram os Estados modernos. A partir do século XIX, mesmo com a preocupação em prolongar a vida da população para a melhor extração de suas forças, o racismo inserido nos mecanismos de Estado permitiu que determinados segmentos de uma sociedade fossem considerados descartáveis, seja pela morte direta, seja pela exposição a riscos. Assim, a ficção das “raças”, como afirma Achille Mbembe (2018), serviu para estigmatizar contingentes populacionais subalternizados.

Um olhar mais atento para as discussões presentes no capítulo 1 — em que apresentamos autores que discutem diferentes aspectos da ascensão da extrema direita nas últimas décadas, a partir de contextos sócio históricos e políticos distintos — revela que a construção de discursos e táticas políticas elaboradas por representantes dos movimentos conservadores acabam por remontar à ideia de “guerra permanente”. Quer seja a “ideologia de gênero”, os “bandidos” que ameaçam a vida e a propriedade do “cidadão de bem” ou o “marxismo cultural” que destrói os valores da família e da moral cristã, a tendência é sempre propor uma divisão entre “nós” e “eles”, entre quem deve ter direitos e privilégios e quem deve ser eliminado por representar um

perigo para a sociedade — como bem descreve Jason Stanley (2020). E essa sociedade hierarquizada é atravessada, inevitavelmente, pelo racismo.

Portanto, o que conseguimos apreender é que a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência foi menos o início de algo — como a ascensão da extrema direita brasileira — e mais o resultado de um longo processo histórico e político, pautado por fraturas na organização social e política do Brasil que, em uma análise mais aprofundada, vêm desde o período da colonização portuguesa. A manutenção do sistema de escravidão foi um dos principais pontos de convergência no ideário do processo de independência do Brasil e, mesmo a sua abolição, ao final do século XIX, não foi capaz de reparar os séculos de violência e desigualdades perpetrados contra os afrodescendentes. A chamada “Constituição Cidadã” de 1988, comprometida pela negligência em relação aos crimes dos militares durante a Ditadura, está longe de apaziguar essas desigualdades, pois mesmo os tímidos avanços conquistados têm sido combatidos pelo neoconservadorismo.

Um outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito à temporalidade da análise. Assim como Retrato Narrado (2020a) não buscou dar conta de todo o mandato de Jair Bolsonaro, nossas discussões e análises não têm a pretensão de esgotar o tema abordado. O tempo da pesquisa acadêmica é diferente do tempo em que os fatos se desenrolam, e esta diferença provavelmente é o que permite uma investigação mais cuidadosa e aprofundada, trazendo à tona entendimentos difíceis de se verificar num primeiro momento. Como exemplo, as Jornadas de Junho de 2013, consideradas por pesquisadores como uma das chaves para se entender o fortalecimento recente da extrema direita brasileira, ainda tem seus sentidos e interpretações em disputa, passada mais de uma década.

Dessa forma, esperamos que este trabalho possibilite uma melhor compreensão deste percurso histórico, em especial dos discursos e estratégias que têm sido utilizados a fim de mobilizar afetivamente contingentes eleitorais ressentidos, atacando grupos sociais historicamente marginalizados e promovendo diferentes formas de coerção (física, política, social). O neoconservadorismo não se resume a Jair Bolsonaro, e segue atuante mesmo após sua derrota na tentativa de reeleição em 2022.

Até o momento de finalização da escrita desta pesquisa, em fevereiro de 2024, podemos citar alguns exemplos de acontecimentos e conjunturas que mostram a continuidade desse movimento, ou que podem contribuir para essa continuidade, tais como: os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023, que após um ano seguem sem ter os principais articuladores e financiadores (entre políticos, empresários e militares) responsabilizados, trazendo ecos da transição falhada pós-Ditadura Militar (1964-1985); os limites e entraves que o chamado “presidencialismo de

coalizão” impõe ao atual governo de Luís Inácio Lula da Silva, eleito a partir de uma frente ampla, para elaborar e aplicar políticas públicas capazes de atenuar as desigualdades sociais e econômicas do país; a persistência do neoliberalismo no planejamento dessas políticas, com noções como a do “teto de gastos” que tornam ainda mais difícil a superação das desigualdades; o avanço da crise climática, que coloca em embate evidências científicas com a ideia de desenvolvimentismo (e anti ciência), e cujos efeitos são sentidos de forma mais intensa pela população pobre e negra, e pelos povos originários e quilombolas, o chamado “racismo ambiental”; a tentativa de membros do Congresso de proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre muitos outros.

Há de se destacar também a maior capacidade da extrema direita — até o momento — de ocupar os ambientes da internet de forma mais eficaz na intenção de propagar suas ideias. Quase todas as principais redes sociais e plataformas de interação (YouTube, Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Telegram) têm sido palco para a disseminação de discursos extremistas e de informações falsas (*fake news*) na última década. Nesse contexto, os *podcasts* também são ferramentas importantes para diferentes atores neoconservadores alcançarem um público mais amplo. É possível observar um crescimento no uso do formato *mesacast*, normalmente gravados em *lives* transmitidas ao vivo em sites que captam áudio e vídeo, cujos conteúdos são selecionados e distribuídos posteriormente em trechos menores com o intuito de “viralizar”. Também é válido citar outras estratégias mais robustas, como a da produtora de conteúdos Brasil Paralelo, que oferece cursos, artigos, documentários, filmes e *podcasts* com um viés de extrema direita, com o objetivo declarado de “Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (Brasil Paralelo, 2024).

Aliada a isso está a falta de diretrizes claras das redes sociais para moderação desse conteúdo, quando não o descumprimento das próprias diretrizes já existentes, o que levanta questionamentos sobre a convivência ou até mesmo a concordância das chamadas *big techs* com os discursos extremistas. Ainda há a constante prática de *lobby* dessas multinacionais em diversos países — inclusive no Brasil — para travar ou barrar discussões e a implementação de legislações para a regulação das redes sociais e a responsabilização das *big techs* quanto aos crimes cometidos por meio de suas plataformas. Assim, o ambiente virtual segue em disputa.

O conservadorismo tem se mantido em diferentes camadas da sociedade brasileira desde sua formação, com anseios violentos e antidemocráticos. A falta de representatividade da extrema direita no sistema político partidário após a redemocratização não significou que esse movimento deixou de se articular por diferentes formas de participação política, seja por meio da formação de frentes parlamentares, seja pela presença entre as polícias e forças de segurança,

seja nas tensões raciais e sociais que sempre estiveram presentes no ordenamento do país. O momento atual — neoconservadorismo — tem tanto similaridades com esse contexto histórico quanto suas particularidades (como o uso das redes sociais ou o apelo a noções como “ideologia de gênero”). Contudo, é importante ressaltar que a base desses discursos e estratégias está na ideia de que a sociedade se encontra em constante estado de guerra e, portanto, é necessário escolher de que lado ficaremos. Essa guerra, pautada por matrizes raciais e apelando para as paixões e medos, expõe grupos historicamente estigmatizados (negros, mulheres, LGBTQIA+ etc.) a diversos riscos, ameaçando tanto as bases quanto a existência da própria democracia. Esse é o ponto mais importante do que pudemos discutir ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Dossiê Abrasco: pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, 2022. Disponível em: https://ss-usa.s3.amazonaws.com/c/308481554/media/1824637bb2d1e9e9d74927413860285/Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao2.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVENDO, Mauri de Castro. **Neoconservadorismo e o recrudescimento da intolerância política na era da pós-verdade**: análise do discurso de ódio da extrema-direita Brasileira no Facebook durante as eleições de 2018. 2020. 155f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgcel/wp-content/uploads/2021/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mauri-de-Castro-Azevedo_2020.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARROS, Antonio Teixeira *et al.* Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 2, p. 2-17, 2021. Disponível em: <http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/7863>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BENETTI, Pedro Rolo. Na antessala da bancada da bala: Argumentos contra o Estatuto do Desarmamento (2003). **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 859-882, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/42328>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONINI, Tiziano. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4315>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências: Senado Federal, 2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BROADCASTING. In: **Cambridge Dictionary**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/broadcasting>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CADERNO escola sem homofobia. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em Português**, v. 11, n. 2, p. 7-44, 2022.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Custo de bem-estar social dos homicídios relacionados ao proibicionismo das drogas no Brasil** (Publicação preliminar). Brasília: Ipea, 2023 (Texto para Discussão IPEA). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12132/1/Publicacao_preliminar_TD_Custo_bem_estar_social.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Domicílios 2023**. São Paulo, 16 de novembro de 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CÍCERO, José. Polícias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco cometeram 331 chacinas em sete anos. **Agência Pública**, 28 set. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/09/policias-do-rio-de-janeiro-bahia-e-pernambuco-cometeram-331-chacinas-em-sete-anos/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

COAF APONTA MOVIMENTAÇÃO ATÍPICA DE EX-ASSESSOR DE FLÁVIO BOLSONARO. **Folha de S. Paulo**, 06 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/coaf-aponta-movimentacao-atipica-de-ex-assessor-de-flavio-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

COLON, Leandro. 'Não me lembro desse cara', diz Bolsonaro sobre vizinho suspeito de matar Marielle. **Folha de S. Paulo**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/nao-lembro-desse-cara-diz-bolsonaro-sobre-vizinho-suspeito-de-matar-marielle.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Jair Bolsonaro é o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. **Correio Braziliense**, Brasília, 06 out. 2014. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes-2014/2014/10/06/noticias-eleicoes-2014,450885/jair-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, [S. l.], v. 32, p. e190106, 2021. DOI: 10.1590/0103-6564e190106. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/202586>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CRIME E CASTIGO. [Locução] Branca Vianna, Flora Thomson-DeVeaux e Paula Scarpin. [S.l.]. Produção: Rádio Novelo. 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/crimeecastigo/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DA SILVA, Wellington Teodoro; SUGAMOSTO, Alexandre; IRIGARAY ARAUJO, Uriel. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura y Religión**, v. 15, n. 1, p. 180-222, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistaculturayreligion.cl/index.php/revistaculturayreligion/article/view/911>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DONA DO PRÓPRIO NARIZ. revista **piauí**. Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FALCÃO, Márcio. Justiça do DF arquiva ação penal de Bolsonaro por incitação ao crime de estupro contra deputada Maria do Rosário. **G1**, Brasília, 08 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/11/08/justica-do-df-arquiva-acao-penal-de-bolsonaro-por-incitacao-ao-crime-de-estupro-contra-deputada-maria-do-rosario.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A política como violência: **Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 17, p. 228-257, 2021. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/215>. Acesso em: 03 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. — 2ª. ed. — São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

G1. Brasil registra 37 novas mortes por Covid-19; média móvel indica tendência de alta. **G1**, 31 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/12/31/brasil-registra-37-novas-mortes-por-covid-19-media-movel-indica-tendencia-de-alta.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

_____. Caso Adriano da Nóbrega: o que se sabe sobre o miliciano e a ação que resultou na sua morte. **G1**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/13/caso-adriano-nobrega-o-que-se-sabe-sobre-o-miliciano-e-a-acao-que-resultou-na-sua-morte.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

_____. Jornalismo da Globo lança novos podcasts. **G1**, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/noticia/2019/08/25/jornalismo-da-globo-lanca-novos-podcasts.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2023.

_____. Justiça recebe denúncia contra cinco militares pela morte de Rubens Paiva. **G1**, Rio de Janeiro, 26 mai. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/justica-recebe-denuncia-contracinco-militares-pela-morte-de-rubens-paiva.html>. Acesso em: 05 jan. 2024.

GLOBO. Podcasts e a crescente presença entre os brasileiros. **Globo**, 17 jul. 2021. Disponível em: <https://gente.globo.com/pesquisa-infografico-podcasts-e-a-crescente-presenca-entre-os-brasileiros/#:~:text=Os%20podcasts%20s%C3%A3o%20programas%20de,para%20consumir%20online%20ou%20offline>. Acesso em: 13 dez. 2023.

HAMMERSLEY, Ben. Audible revolution. **The Guardian**, 12 fev. 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

HIRATA, Daniel Veloso et al. (Orgs.). **A Expansão das Milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Relatório Final.** Rio de Janeiro: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF); Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

INTERCEPT BRASIL. Série: As Mensagens Secretas da Lava Jato. **Intercept Brasil**, c. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

KERCHE, Fábio; TANSCHKEIT, Talita São Thiago. Operação Lava Jato: o impacto da politização de escândalos de corrupção no sistema partidário. In: Fausto Augusto Jr.; José Sérgio Gabrielli.; Antonio Alonso Jr. (Org.). **Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021, v. 1, p. 147-170.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEMGRUBER, Julita (Org.). **Saúde na linha de tiro** [livro eletrônico]: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2023/08/RELAT%C3%93RIO_Saude-na-linha-de-tiro.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo Literário para iniciantes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MACHADO, Ana Maria; BEDINELLI, Talita; BRUM, Eliane. ‘Não estamos conseguindo contar os corpos’. **Sumaúma**, Manaus, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MACHADO, Uirá. Homeopatia, acupuntura e psicanálise são falsificações da ciência, diz Natalia Pasternak. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/07/homeopatia-acupuntura-e-psicanalise-sao-falsificacoes-da-ciencia-diz-natalia-pasternak.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2023.

MACIEL, Alice et al. Eduardo Bolsonaro teve 125 reuniões com membros da extrema direita do continente. **Agência Pública**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MALI, Tiago. Levantamento mostra redução de militares sob Lula. **Poder 360**, 07 set. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/levantamento-mostra-reducao-de-militares-sob-lula/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo literário: tradição e inovação**. Série Jornalismo a Rigor. Volume 10. Florianópolis: Insular, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MELO, Isabella. Crimes cometidos por CACs crescem mais de 1000% em 5 anos no DF. **G1**, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/12/crimes-cometidos-por-cacs-cresce-mais-de-1000percent-em-5-anos-no-df.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **cadernos pagu (53)**, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

NETO, Odilon Caldeira. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>. Acesso em: 03 jan. 2024.

NUNES, Pablo (Org.). **Das planícies ao Planalto** [livro eletrônico]: como Goiás influenciou a expansão do reconhecimento facial na segurança pública brasileira. Rio de Janeiro: CESeC, 2023a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1DHEBUVEwout6g6J_LXt1N7wW-pBq_rQw/view. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____. **O sertão vai virar mar** [livro eletrônico]: expansão do reconhecimento facial na Bahia. Rio de Janeiro: CESeC, 2023b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TtWwghDtLS6j-ALF3qqkvwyCfRSIHTz/view>. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____. **Um Rio de olhos seletivos** [livro eletrônico]: uso de reconhecimento facial pela polícia fluminense. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Yn0mSEs6AeqaDZDuSjBdJO_WbuLuIEzn/view. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ananias. AMAN-MATA: Jair Bolsonaro empregou 79 ex-colegas de Aman em cargos de comando e com supersalários no governo. **Intercept Brasil**, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/08/31/jair-bolsonaro-empregou-79-ex-colegas-de-aman-em-cargos-de-comando-e-com-supersalarios-no-governo/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

OLIVEIRA, Rafael. ‘Nenhum centímetro de terra indígena’: como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa. **Agência Pública**, São Paulo, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/04/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-como-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

OPERAÇÃO CONDOR. **Comissão Nacional da Verdade**. 2011-2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 31 jul. 2023.

O QUE É A BRASIL PARALELO? **Brasil Paralelo**, c2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PETTI, Daniela Ramos. Regulação, infraestrutura e mercados em uma área de milícia. **AVÁ**, v. 38, p. 95-120, 2021. Disponível em: <https://www.ava.unam.edu.ar/images/38/n38a05.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PINHO, Maria Dominguez Costa; MESQUITA, Pedro; CARREIRO, Rodrigo. A febre dos podcasts de política no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 53, p. 110787, 2022. DOI: 10.19132/1807-8583202253.110787. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/110787>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. **El País**, São Paulo, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PRAIA DOS OSSOS. [Locução] Branca Vianna. [S.l.]. Produção: Rádio Novelo. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PROJETO QUERINO. [Locução] Tiago Rogero. [S.l.]. Produção: Rádio Novelo. 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RÁDIO NOVELO. Sobre nós. **Rádio Novelo**. Rio de Janeiro. c2024. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RANGEL, Sérgio; VETTORAZZO, Lucas; FRANCO, Luiza. Vereadora do PSOL é morta a tiros no Rio de Janeiro. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/vereadora-do-psol-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RELLSTAB, Clara Cavalcanti. Audiodocumentário na era dos podcasts: Um estudo de caso sobre “Praia dos Ossos” e “Retrato Narrado”. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, Virtual. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife: Intercom, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt4-rm/clara-cavalcanti-rellstab.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RETRATO NARRADO. [Locução] Carol Pires. [S.l.]. Produção: piauí; Rádio Novelo. Distribuição: Spotify. 2020a. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4jqpeAOzOKCLBg3Pc0eZ6j?si=I7aqoUe3ToWlZW1lYQbybg&nd=1>. Acesso em: 20 fev. 2024.

_____: 1. Em busca de Eldorado. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: Marcelo Rubens Paiva; Elson Alves da Silva; Angelo Guido Bolsonaro. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 30 set. 2020b. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1YZtqK4nc6ivsJHZXHtA6v>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____: 2. Indisciplina Militar. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: Celso de Castro; Walther de Almeida; Maurício Santoro; Ana Cristina Valle. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 07 out. 2020c. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZNJCB5igL2e51eZJiVms8>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____: 3. Os anos em Brasília. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: Waldir Ferraz; Eliomar Coelho; Carla Zambelli; Marcelo Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 14 out. 2020d. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6IwxVk3C2g5HPtOhkZzgUy>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____: 4. A construção do Mito. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: João Guilherme Bastos dos Santos; Alessandra Aldé; Jean Wyllys; Marlos Ápyus; Letícia Duarte. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 21 out. 2020e. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2JrxUgnONvqS25yFbvjeVT>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____: 5. O caminho até o Planalto. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: Maurício Moura; Marina Silva; João Guilherme Bastos dos Santos; Alessandra Aldé. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 28 out. 2020f. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4hwFT1x4KUcF3cd6lgLwzC>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____: 6. A família presidencial. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: Juliana Dal Piva; Ana Cristina Valle; Thaís Oyama; Thais Bilenky. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 04 nov. 2020g. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2SI4DTyt7tqgS2Ug3jEg8V>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SADI, Andreia; SANTOS, Fábio. Carlos Bolsonaro é alvo de operação da PF que investiga espionagem ilegal pela Abin. **G1**, 29 jan. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/01/29/pf-mira-carlos-bolsonaro-em-apuracao-sobre-abin-paralela.ghml>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SALGADO, Fernando Antunes; SEGURADO, Rosemary. Militares na política: reinterpretação narrativa como estratégia para retomada do Poder. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2022. DOI: 10.25160/bjbs.v10i2.125713. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/125713>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SCHURSTER, Karl.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, [S. l.], v. 30, n. 60, p. 130, 2021. DOI: 10.24215/23142766e130. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/12155>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SOARES, Felipe Furini; RICOLDI, Arlene Martinez. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 39, p. 1–22, 2022. DOI: 10.20947/S0102-3098a0183. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1632>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOUZA, Juliana de. Reflexões sobre democratização na internet: análise da produção de podcasts no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 43281–43296, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-081. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12628>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SPOTIFY. Fan Study: 2023 Podcast Edition. **Spotify**. c2024. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/resources/research/fan-study>. Acesso em: 20 fev. 2024.

STABILE, Arthur. Número de brasileiros com autorização para ter arma aumenta 7 vezes durante mandato de Bolsonaro. **G1**, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/22/numero-de-brasileiros-com-autorizacao-para-ter-arma-aumenta-7-vezes-durante-mandato-de-bolsonaro.ghml>. Acesso em: 11 jan. 2024.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TEIXEIRA, Matheus. Por 7 a 4, Supremo confirma decisão que declarou Moro parcial em caso de Lula. **Folha de S. Paulo**, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/supremo-confirma-decisao-que-declarou-moro-parcial-em-caso-de-lula.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2024.

TEMPO QUENTE. [Locução] Giovana Girardi. [S.l.]. Produção: Rádio Novelo. 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/tempoquente/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**: populismo e extrema direita. Tradução de Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

TRINCA, Mayra Deltreggia; FIGUEIREDO, Simone Pallone. Formatos de Podcasts: uma nova proposta de classificação baseada em estruturas. In: Intercom - 45º Congresso Brasileiro de

Ciências da Comunicação, 2022. **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. João Pessoa: Intercom, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0805202217352562ed7f0dc794c.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

TROIKA. In: **DICIO**: Dicionário Online de Português. c2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/troika/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UOL INVESTIGA. [Locução] Juliana Dal Piva. [S.l.]. Produção: UOL. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/podcast/uol-investiga/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

VASCONCELLOS, Fábio. Número de candidatos policiais e das forças de segurança cresce 27% em 2022. **G1**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de-candidatos-policiais-e-das-forcas-de-seguranca-cresce-27percent-em-2022.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2024.

VEJA. ReVEJA Jair Bolsonaro: explosivo desde 1986. **Veja**, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986>. Acesso em: 04 jan. 2024.

VIANA, Luana. Estudos sobre podcast: um panorama do estado da arte em pesquisas brasileiras de rádio e mídia sonora. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 3, p. 1-16, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/43248>. Acesso em: 12 dez. 2023.

_____. O áudio pensado para um jornalismo imersivo em podcasts narrativos. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, Virtual. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, p. 1-15, 2020b. Disponível em: <https://journals.ipl.pt/cpublica/article/view/72>. Acesso em: 12 dez. 2023.

VICENTE, Eduardo. Do rádio ao podcast: as novas práticas de produção e consumo de áudio. **Anais do XXVII Encontro Anual da Compós**, PUC Minas, 2 a 6 de junho de 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2018/trabalhos/do-radio-ao-podcast-as-novas-praticas-de-producao-e-consumo-de-audio?lang=pt-br>. Acesso em: 11 dez. 2023.

VIEIRA, Adriana Barsotti; CRUZ, Lúcia Santa. Jornalismo literário em podcasts: Uma análise dos roteiros do Vozes, da CBN. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4326>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ZUCCHI, Gustavo. Bolsonaro faz mais votos do que em 2018, mas perde a eleição. **Metrópoles**, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/bolsonaro-faz-mais-votos-do-que-em-2018-mas-perde-a-eleicao>. Acesso em: 21 jan. 2024.